

PAULO ROBERTO VIDNIK DE SANTANA

**AS OPERAÇÕES DE PAZ E OS INTERESSES POR TRÁS DE OPERAÇÕES NO
TIMOR-LESTE E NA BÓSNIA-HERZEGOVINA**

BRASÍLIA – DF

2017

PAULO ROBERTO VIDNIK DE SANTANA

**OPERAÇÕES DE PAZ E OS INTERESSES POR TRÁS DE OPERAÇÕES NO
TIMOR-LESTE E NA BÓSNIA-HERZEGOVINA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de Relações Internacionais do UniCEUB,
como requisito para obtenção do grau de Bacharel
Relações Internacionais

Orientador: Prof. Dr. Frederico Seixas Dias

**BRASÍLIA-DF
2017**

PAULO ROBERTO VIDNIK DE SANTANA

**OPERAÇÕES DE PAZ E OS INTERESSES POR TRÁS DE OPERAÇÕES NO
TIMOR-LESTE E NA BÓSNIA-HERZEGOVINA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de Relações Internacionais do UniCEUB,
como requisito para obtenção do grau de Bacharel
Relações Internacionais

Orientador: Prof. Dr. Frederico Seixas Dias

BRASÍLIA, ____ DE _____ DE 2017

BANCA EXAMINADORA

PROF. DR. FREDERICO SEIXAS DIAS

EXAMINADOR (A)

EXAMINADOR (A)

RESUMO

As Operações de Paz foram criadas pelas potências mundiais durante o século XX, utilizando-se da carta da Organização das Nações Unidas, com o objetivo de salvar e melhorar a vida dos civis em países que são alvos de tais operações. Utilizando a teoria realista e a idealista esse trabalho aborda dois casos diferentes de Operações de Paz, sendo uma da Organização das Nações Unidas e outra da Organização do Tratado do Atlântico Norte, e analisa os interesses dos países ao participarem em de tais operações. Além disso também abrange os avanços que se puderam analisar nesses países, por meios de avaliações gerais como: PIB, IDH, expectativa de vida, etc., analisando o período anterior, durante e após essas operações. Dessa forma encontramos vários dados a respeito de como se deram tais operações, com um outro ângulo, buscando explicações mais profundas do que apenas uma “causa humanitária”, mesmo podendo haver países que realmente tenham a causa humanitária como única razão por estar participando de tal operação.

Palavras-chave: Operações de Paz. Organização das Nações Unidas. Organização do Tratado do Atlântico Norte. Defesa dos Interesses Nacionais.

ABSTRACT

Peace Operations were created by the world powers during the twentieth century, using the United Nations Charter, with the aim of saving and improving the lives of civilians in countries that are targets of such operations. Using both realistic and idealist theories this work deals with two different cases of Peace Operations, one of which is of United Nations Organization and the other of the North Atlantic Treaty Organization, and analyzes the interests of countries in participating in such operations. In addition, this paper also covers the progress that could be achieved in these countries by means of general assessments such as: GDP, HDI, life expectancy, etc., analyzing the previous period, during and after these operations. In this way we have found several data about why such operations were implemented by the participating nations, from another point of view, seeking deeper explanations than just a "humanitarian cause", even though there may be countries that really have the humanitarian cause as reason for participating in such operations.

Key-Words: Peace Operations. United Nations. North Atlantic Treaty Organization. Defense of National Interests.

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| INTRODUÇÃO..... | 07 |
| 1 PRINCÍPIOS GERAIS E AS TEORIAS DO CAMPO..... | 09 |
| 1.1 INTRODUÇÃO..... | 09 |
| 1.2 AS DIFERENÇAS ENTRE AS OPERAÇÕES DE PAZ..... | 09 |
| 1.3 PRINCÍPIOS QUE REGEM AS OPERAÇÕES DE PAZ..... | 14 |
| 1.4 CRÍTICAS RELACIONADAS AOS PRINCÍPIOS PROPOSTOS..... | 16 |
| 1.5 DEBATES TEÓRICOS..... | 18 |
| 1.6 EXEMPLOS DE ESTUDOS SIMILARES..... | 23 |
| 1.7 CONCLUSÃO..... | 26 |
| 2 OPERAÇÃO DA ONU NO TIMOR-LESTE..... | 28 |
| 2.1 INTRODUÇÃO..... | 28 |
| 2.2 O TIMOR-LESTE..... | 28 |
| 2.3 O CONFLITO E SUAS CONSEQUÊNCIAS..... | 33 |
| 2.4 AS OPERAÇÕES DA ONU..... | 36 |
| 2.5 O PÓS-ONU..... | 38 |
| 2.6 CONCLUSÃO..... | 49 |
| 3 OPERAÇÃO DA OTAN NA BÓSNIA-HERZEGOVINA..... | 53 |
| 3.1 INTRODUÇÃO..... | 53 |
| 3.2 A BÓSNIA-HERZEGOVINA..... | 53 |
| 3.3 O CONFLITO E SUAS CONSEQUÊNCIAS..... | 59 |
| 3.4 AS OPERAÇÕES DA OTAN..... | 62 |
| 3.5 O PÓS-OTAN..... | 64 |
| 3.6 CONCLUSÃO..... | 77 |
| CONCLUSÃO..... | 79 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... | 81 |

INTRODUÇÃO

As Operações de Paz têm ganho cada vez mais relevância no cenário internacional. Após o fim da Guerra Fria mais resoluções de pacificação vêm sendo aprovadas pelo Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas e apoiadas por outras organizações.

A partir de tal cenário, o presente trabalho busca, com base em textos acadêmicos do campo de conhecimento relativo ao assunto, apresentar a dinâmica que leva alguns países a se associarem para a realização dessas operações e também as consequências de tal ação.

Também buscaremos analisar a seguinte questão: “em que medida os países que se envolveram nas Operações de Paz, seja no pós-Guerra da Iugoslávia ou na pós-Independência do Timor-Leste, foram beneficiados no período seguinte de reconstrução daqueles países e em que medida a sociedade desses países acabaram por se beneficiar desse processo?”.

As respostas mais comuns que poderemos encontrar é que esses países estariam participando de tais operações por razões humanitárias. Mas será que todos os países que participam estariam nessas operações realmente apenas por razões humanitárias? Ou teriam outros interesses? Como por exemplo: Econômico, tendo em vista que ao participar de tais operações esse país pode estar conseguindo fazer com que suas empresas participem do processo de reconstrução do país que recebe a missão de paz e assim aumentando o seu superávit comercial. Político, no sentido de que ao participar dessas operações tal país possa estar se demonstrando ao cenário internacional como um player que deseja ter um papel mais importante nesse cenário. Compromisso identitário, por ter sido sua antiga metrópole e ter que ajudar esse país a se pacificar. Compromisso Humanitário, por em tese não ter nenhum laço cultural com determinado país, ao observar o que está acontecendo em determinado país dispor forças para ajudar sua população a se reconstruir. Ou até mesmo militar, por enviar pessoas de seu país para que ganhem experiência nessas operações para que estejam melhor preparadas quando voltarem a seu país natal, nesse caso ainda podemos ressaltar que os países mais desenvolvidos, que não necessitem desenvolver seus soldados dessa forma, também podem entrar nessas missões por meio militar, só que na área de quem fornece os equipamentos para essas operações.

O objetivo geral deste trabalho é compreender como as Operações de Paz, em geral, são utilizadas no jogo de interesses dos países participantes de tais operações para lhes

concederem benefícios. Isso se dará através de análise de como eram as relações dos países antes, durante e depois das operações. Também contextualizemos cada caso analisado descrevendo sobre sua história, seu conflito, como as operações aconteceram e o que se sucedeu tanto na relação com os países que participaram das operações quanto no dia a dia da população local, por meio de dados indicadores tais como IDH, PIB, Taxa de expectativa de vida, etc.

De acordo com o prefácio do livro “Operações de Manutenção de Paz da ONU: de que forma os direitos humanos revolucionaram a principal ferramenta internacional da paz” (FAGNELLO, 2013), a pesquisa sobre as operações de manutenção da paz das Nações Unidas é um objeto pouco explorado na comunidade científica brasileira, e que tal situação não reflete a verdadeira importância desse tema no âmbito internacional. Dessa forma, entendi que é oportuno buscar compreender e aprofundar os conhecimentos do assunto e contribuir assim para o cenário científico nacional.

A metodologia utilizada nesse trabalho foi o Estudo de Caso, onde por meio da ajuda de textos teóricos da área, em conjunto de dados estatísticos, foi possível analisar melhor as operações realizadas tanto pela Organização das Nações Unidas (ONU), quanto pela Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), e assim podermos responder o objetivo geral deste trabalho.

O trabalho está organizado em três partes. A primeira parte abrange a gama teórica, sobre como são as Operações de Paz, também trata sobre o confronto realista e idealista-institucionalista e acaba com exemplos de estudos semelhantes, analisando o como os autores tentaram chegar às suas conclusões. A segunda parte que abordará o caso da operação de paz da ONU no Timor-Leste, tratando da história, como se deram as operações e suas consequências. E a terceira parte traz o caso da Operação de Paz da OTAN na Bósnia-Herzegovina, detalhando a parte histórica do conflito, o como se deram as operações e as consequências.

1 PRINCÍPIOS GERAIS E AS TEORIAS DO CAMPO

1.1 INTRODUÇÃO

Ao tratarmos a respeito de operações de paz devemos conhecê-las, seus princípios, qual é o âmbito em que ela é desenvolvida, se é uma operação organizada pela Organização Nações Unidas (ONU) regida pelas regras determinadas pelo Conselho de Segurança (CS) ou se essa operação é desenvolvida fora dos moldes da ONU, por exemplo, as organizadas pela Organização do Tratado do Atlântico Norte ou seus similares. A operação realizada por cada um desses atores internacionais tem regras diferente nas quais serão submetidos os Estados que participem dessas operações e é sobre algumas dessas diferenciações que trataremos nesse primeiro capítulo

1.2 AS DIFERENÇAS ENTRE AS OPERAÇÕES DE PAZ

Após o fim da Segunda Guerra Mundial ao redigirem e ser oficializada a Carta das Nações Unidas, foi dado início à uma nova era no campo das relações internacionais. A carta logo em seu Artigo 1 estabelece que “manter a paz e a segurança internacionais” serão o seu principal objetivo e que para isso devem “tomar *coletivamente medidas efetivas* para evitar ameaças à paz e reprimir os atos de agressão ou qualquer outra ruptura da paz”. (CARTA DAS NAÇÕES UNIDAS, 1945)

Para que o Artigo 1 da Carta das Nações Unidas fosse devidamente respeitado e colocado em prática, foram desenvolvidos mecanismos para que tal ação fosse cumprida e as formas dessas Operações se desenvolverem, tudo delimitado pelo Conselho de Segurança, dão-se por diversas áreas: A prevenção de conflitos, *peacemaking*, *peacekeeping*, *peace enforcement* e *peacebuilding*.

A primeira forma se dá pela prevenção de conflitos, digamos que esta é de fato a área inicial do conflito, uma parte onde será interessante que as negociações diplomáticas evoluam de forma eficiente e fluída para que as disputas intraestatais e interestatais não evoluam para um conflito violento, além de ser também uma forma rápida de solução caso estes conflitos já estejam acontecendo, para que sejam solucionados tais problemas que se visem o fim de tais agressões.

A segunda forma de atuação é o *peacemaking*, que é utilizado durante a ocorrência de conflitos e seu objetivo é solucioná-los por intermédio de ações diplomáticas, (Boutros-Ghali, 1992, p 9). Sua forma mais eficaz de solucionar tais conflitos é trazer as partes envolvidas no conflito à uma mesa de negociação para que seja intermediado por esta, entre os envolvidos no conflito, um cessar-fogo. Para que essa ação ocorra há várias formas, uma delas envolve a participação dos “bons ofícios” do Secretário-Geral da Organização das Nações Unidas, outra forma é que um requerimento seja posto à mesa ou na Assembleia Geral da ONU ou no Conselho de Segurança. O *peacemaking* também poderá ser feito com participações de organizações não-oficiais e não-governamentais ou por uma relevante personalidade que se disponha a realizar tal ação (UNITED NATIONS, 2008, p. 17).

A terceira forma utilizada pela Organização das Nações Unidas é o *Peacekeeping* esta modalidade é utilizada e desenvolvida para preservar a paz, por isso é realizada onde não há mais conflitos armados e para darem assistência às implementações dos acordos encaminhados pelos *peacemakers*, (UNITED NATIONS, 2008, p. 17). Desta forma as Operações de *Peacekeeping* se desenvolvem dentro de três princípios básicos, que segundo Fagnello (2012, p. 70-76) seriam a “Holly Trinity”, que são o Consentimento, a Imparcialidade e o Mínimo uso da força.

Para a autora o primeiro requisito para que uma Operação de Manutenção da Paz na modalidade *peacekeeping* ocorra é o consentimento do Estado anfitrião e/ou das partes conflitantes. Esse consentimento contata a necessidade de que não haja mais a guerra em si, pois uma das atuações desta modalidade prevê o início da normalização da vida da população civil em seu dia a dia. Durante o mandato os *peacekeepers* devem trabalhar para que a confiança das partes conflitantes, em que uma paz possa ser encontrada, não seja perdida. Pois caso ao contrário os conflitos podem voltar a acontecer e assim essa missão estaria comprometida pelo fato de não haver o ambiente propício para sua realização, já que com a volta dos conflitos armados se exigirá uma missão do estilo *peace enforcement*, que veremos suas características mais à frente.

O segundo requisito é a imparcialidade, que “é crucial para a manutenção do consentimento e cooperação das partes envolvidas, na medida em que assegura a implementação justa dos mandatos, sem prejudicar ou beneficiar determinada parte do conflito”. A imparcialidade tem que ser observada pelos dois lados do conflito na atuação das forças em seu dia a dia, pois sua existência implica na lógica de que estas missões não estão

sendo realizadas no intuito de ganhar a guerra para um dos lados do conflito, mas sim de caminhar ao lado dos dois conflitantes para chegar a uma paz efetiva. Logo é extremamente necessário que a cautela e imparcialidade, sem que isso se confunda com neutralidade ou inatividade, ou seja, vendo que uma das partes está fazendo uma ação que vai contra, por exemplo, os direitos humanos as *peacekeeping operations* deverão tomar atitudes a respeito e tentar anular quaisquer ações das partes envolvidas para que tal ação não seja completada.

O terceiro requisito é o mínimo uso da força. Isso resulta da ideia de que uma missão de manutenção da paz não é uma missão similar a uma de *peace enforcement*, por exemplo, sendo assim não é empregado o uso de armas para sua realização. Porém, desde a primeira missão de paz houve um acordo na utilização da força em casos de legítima defesa em tais operações. Esse “mínimo uso da força” recebeu mais poder depois da década de 90 do século passado onde muitas operações exigiram maior emprego de força para a proteção de civis, sendo assim o Conselho de Segurança aprovou que os *peacekeepers* usassem “*all necessary means*” para impedir iminentes tentativas de golpes internos e o extermínio de civis.

A quarta forma de Operações de Paz utilizada pela ONU é o *Peace Enforcement*, este necessita da aprovação do Conselho de Segurança para que possa ser liberado o seu uso e sem o consentimento do estado objeto da intervenção. Tais medidas buscam restabelecer a paz e a segurança internacionais onde a entidade concluíra haver uma grave ameaça à paz, quebra da paz ou algum ato de agressão (CARTA DAS NAÇÕES UNIDAS, 1945, cap. VII). Se quiser o conselho de segurança poderá, quando apropriado, utilizar-se de agências e organizações regionais para implementar ações sob sua autoridade, (UNITED NATIONS, 2008, p. 18).

A quinta forma de atuação é o *Peacebuilding*, um tipo de atuação recentemente desenvolvido, reflexo das crises da década de 1990, que deve ser colocado em prática somente após o término do *Peacekeeping* para que suas ações sejam definitivas. Logo o *peacebuilding* trata-se de um processo complexo e de longo prazo que tem como seu principal objetivo criar condições adequadas necessárias para uma paz duradoura, fortalecendo assim as instituições de determinado país, fortalecendo seu exército e legitimando as ações deste estado que estava por outrora em meio à um conflito do mais diverso fator (UNITED NATIONS, 2008, p. 18).

Estas Operações de Paz, via ONU, para serem realizadas necessitam que os países membros colaborem para cobrir as despesas. Segundo Fontoura (1999), quase todo o período da Guerra-Fria foi marcado por uma crise na Organização das Nações Unidas devido às despesas das Operações de Paz. Na época, houve um impasse já que em um parecer emitido em

1962 a Corte Internacional de Justiça determinou, à luz do Artigo 17, inciso 2, que o atraso no pagamento de contribuições não pagas em decorrência das Operações de Paz implicaria ao País devedor a perda do direito de voto, conforme dizia o Artigo 19. Essa decisão trouxe transtornos, já que Países como a França e a antiga União das Repúblicas Socialistas Soviéticas estavam passando por uma crise financeira e alegavam não poderem cumprir seus pagamentos. Esse fato trouxe o medo de que países começassem a abandonar a ONU, assim como aconteceu na antiga Liga das Nações. Somente em 1973 a Assembleia Geral das Nações Unidas modificou esse sistema de financiamento da organização por meio da implementação da Segunda Força de Emergência das Nações Unidas. Medida que basicamente dividiu os países em 4 categorias: Categoria A- Composta pelos países que detêm as cadeiras permanentes, que pagam a mesma percentagem do Orçamento Regular e respondem pelos descontos conferidos pelos países da categoria C e D, como suas “responsabilidades especiais”; Categoria B- Composta por países desenvolvidos, pagam o mesmo percentual pago para o Orçamento Regular; Categoria C – Composta por países em desenvolvimento, pagam 20% do percentual pago para o Orçamento Regular; Categoria D – Composta por países com menor desenvolvimento relativo, contribuem com 10% da percentagem paga do Orçamento Regular. Dessa forma a ONU conseguiu manter um orçamento estável para essas operações e tirando a dependência da “boa vontade” dos países para que realizassem os pagamentos.

Ainda segundo Fontoura (1999) não há um sistema ou parâmetros que ordenem como os países contribuirão com tropas para estas Operações de Paz, da ONU. Isso faz com que haja uma universalidade no contingente de tropas causando, de certa forma, um prejuízo para a organização já que há desigualdade na formação dos militares que, se procedentes de países em desenvolvimentos ou de menor desenvolvimento relativo, podem vir sem armamentos para a missão, causando assim um grande trabalho para que as tropas estejam padronizadas e habilitadas para ir para a missão.

De outro lado, também temos outras organizações que não são parte dos organismos internos da ONU que também podem fazer operações de paz como por exemplo a Organização do Tratado do Atlântico Norte, que veremos a seguir um pouco mais de suas características e o como acaba diferenciando-se da ONU.

A Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) foi criada em 1949 e, segundo o livro *A Transformação da NATO, 2004*, serviu além de uma grande aliança militar de estados europeus com os Estados Unidos e Canadá contra uma forte ameaça de guerra que surgia com

o fortalecimento da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas após o fim da 2ª Guerra Mundial, esse tratado serviu também para aproximar esses países europeus para que assim evitassem novos conflitos entre si e tendo uma maior interdependência entre eles para assegurar a paz.

De uma organização formada primeiramente para garantir a defesa de determinados países membros em caso houvesse uma nova guerra, a OTAN tem passado por mudanças no contexto pós-Guerra Fria. Como, por exemplo, os que Bertazzo (2010, p104-105) colocou em seu artigo publicado “Atuação da OTAN no Pós-Guerra Fria: Implicações para a Segurança Internacional e para a ONU”, no qual Bertazzo fala sobre o aumento no envolvimento da OTAN em operações de paz e ajuda humanitária, que passou a ser um dos pontos de controvérsias dessa nova fase da organização, pois por ter sido criada com um viés puramente militar suas operações não costumavam a ter um aspecto civil. Outro ponto abordado é que suas operações contam com pouca legitimidade, isso se dá por ser uma organização independente da ONU. Mesmo tendo em vista que a maior parte dessas operações realizadas pela OTAN não partiu dessa própria organização, mas sim de pedidos externos a essa como, por exemplo, o caso da participação na operação da ONU na Bósnia-Herzegovina e a um pedido atendido de um Estado não-membro, o Paquistão, e também já atuou diversas vezes no continente africano a pedidos da União Africana.

Ainda de acordo com Bertazzo (2010, p108) a OTAN passou a se envolver mais em operações a partir de 1992 complementando atividades da ONU. Há um contraste entre o crescimento das missões de intervenção da OTAN em relação a diminuição do número de missões de intervenção realizado pela ONU, depois da intervenção realizada pela OTAN no Kosovo sem um mandato específico da ONU. É interessante, e ao mesmo tempo perigoso, observar que em sua primeira operação da qual participou a OTAN cumpriu “estritamente” o escrito na Carta das Nações Unidas, servindo como capacidade aérea adicional da ONU, com mandato do Conselho de Segurança monitorando o embargo aéreo na Bósnia, e depois disso a OTAN atuou outras vezes de formas variadas sendo uma delas sem nem mesmo um mandato da ONU.

O fato de a OTAN atuar em missões de paz sem a permissão do Conselho de Segurança da ONU é ao mesmo tempo que preocupante, pelo fato de haver uma falta de legitimidade dessas ações aos olhares internacionais, também é observado por alguns atores como algo benéfico já que muitas vezes as missões de Operação de Paz da ONU demoram muito a ser

aprovadas no Conselho de Segurança pela falta de interesse de uma das potências que podem vir a vetar tal ação que não considere oportuna para o momento. Além, de o processo de decisões ser demasiadamente lento, por ser excessivamente burocrático até em assuntos em que todos os Membros Permanentes do Conselho de Segurança estejam a favor de determinada intervenção, como o ocorrido no conflito da Bósnia, caso que não ocorre com as operações da OTAN pelo fato de terem uma maior agilidade no processo de decisão, em comparação a dificuldade encontrada no âmbito do Conselho de Segurança.

1.3 PRINCÍPIOS QUE REGEM AS OPERAÇÕES DE PAZ

As Operações de Paz, sejam da ONU ou não, são baseadas em princípios que regem toda a estrutura montada. As Operações de Paz da ONU, por exemplo, conforme o exposto na Doutrina Capstone são baseadas em quatro pilares.

O primeiro é que na Carta da Organização das Nações Unidas diz sobre a ONU ser estabelecida para salvar as futuras gerações de uma guerra futura e de ter o principal propósito de manter a paz e a segurança internacional. Mesmo na carta não tendo nada específico sobre as Operações de Paz, o Conselho de Segurança criou esse tipo de operação baseando-se legalmente pelos capítulos VI, VII e VIII da Carta de São Francisco. Onde no capítulo VI trata sobre “Pacific Settlement of Disputes”, no cap. VII sobre “Action with Respect to the Peace, Breaches of the Peace and Acts of Aggression” e no VIII que permite que instituições como a OTAN, por exemplo que se dá através de acordos regionais possam também promover a manutenção da paz e segurança.

O segundo pilar é resguardado nos Direitos Humanos, pois “Os integrantes das Operações de Paz da ONU – sejam militares, policiais ou civis- deverão estar em acordo com as Leis Internacionais sobre os direitos humanos e compreender como suas atividades se inserem com os direitos humanos. Integrantes das Operações de Paz devem compreender que eles não deverão perpetuar os abusos aos direitos humanos. Eles devem estar hábeis a reconhecer as violações ou abusos aos direitos humanos, e estar preparados para responder adequadamente de acordo com as imposições de seus mandatos e competências. Os integrantes das Operações de Paz da ONU deverão respeitar os direitos humanos ao lidar com colegas e com as pessoas locais, ambos em suas vidas públicas ou privadas. Quando cometerem abusos deverão ser responsabilizados”. (UNITED NATIONS, 2008 – tradução nossa)

O terceiro pilar é constituído sob as Leis Humanitárias Internacionais, pois estas estabelecem todas as regras a respeito de conflitos armados instituídos pelas Convenções de Genebra.

Segundo a Doutrina Capstone:

International humanitarian law is designed to protect persons who do not participate, or are no longer participating, in the hostilities; and it maintains the fundamental rights of civilians, victims and non-combatants in an armed conflict. (UNITED NATIONS, 2008)

O quarto pilar trata sobre as ordens do Conselho de Segurança da ONU (CSONU), pois cada ação realizada em uma Operação de Paz da ONU é necessária uma ordem anteriormente dada pelo CSONU. Essa ordem irá determinar o tipo de operação será exercida entre todas as modalidades, a sua duração entre outras ordens possíveis para que sejam resguardadas a paz e a segurança dita necessária pelo CSONU.

Além disso Friedrich Kratochwil e John Ruggie desenvolvem em *“International organization: a state of the art on an art of the state”* (1986) discorrem a respeito de alguns pontos fundamentais elaborados para o bom funcionamento dessas organizações. A transparência, a legitimação e o último ponto é o epistemológico.

Ligado com a base de um regime internacional se destaca a transparência, ela é importante pois por ela os estados saberão o que esperar do comportamento de outros estados em vários âmbitos como, por exemplo, no comércio internacional, em investimentos, não-proliferação nuclear e direitos humanos. Logo as organizações internacionais são eficientes instrumentos criados em nome da transparência.

O Segundo ponto, a legitimação, é fundamental para um regime internacional, pois de nada vale um regime que seja perfeitamente planejado e projetado, mas que não consiga realizar os projetos por sua legitimidade ser indeterminada. Pelos autores Kratochwil e Ruggie (1986, p. 773) o regime precisa ser legitimado por seu eleitorado pelo fato de que caso não seja as negociações deste serão intermináveis tendo em vista que cada um de seus componentes irão procurar o seu próprio objetivo. Logo, um regime precisaria ser estável e hegemônico, pois a principal armadilha destes são causados pelas organizações internacionais, tendo em vista o seu caráter universal, que são o principal local de legitimação global sobre regimes internacionais hoje em dia.

E o terceiro ponto é a epistemologia, segundo Kratochwil, e Ruggie, (1986, p. 773) o autor Stephen Toulmin teria dado uma boa colocação ao problema, para esse autor: “O problema da compreensão humana é duplo. O homem sabe, e ele também está consciente de que ele sabe. Nós adquirimos, possuímos e utilizamos nosso conhecimento, mas, ao mesmo tempo, nós estamos conscientes de nossas próprias atividades como conhecedores”(tradução nossa). Para os autores no cenário internacional, nem os processos pelos quais os conhecimentos se tornam extensos ou os meios pelos quais as reflexões sobre o conhecimento se aprofundam são passivos ou automáticos. Esses processos seriam intensamente políticos, e para bem ou para mal, as organizações internacionais se posicionam para ser o veículo através do qual ambos os tipos de conhecimentos entram na agenda internacional.

1.4 CRÍTICAS RELACIONADAS AOS PRINCÍPIOS PROPOSTOS

Alguns autores divergem sobre a real motivação dos países se juntarem a essas organizações internacionais serem puramente sobre os seus princípios que ao assinarem tais acordos seriam os mesmos aos seus, sem haver segundos interesses por trás de tais atos. Alguns teóricos, guiados pela teoria realista, apresentam argumentos para fazer tal contraponto aos idealistas.

Segundo as palavras de Mearsheimer em seu artigo “*False Promise of International Institutions*” (1995, p. 7) o autor diz mais sobre a mais importante diferença entre as visões de mundo dos Realistas em comparação aos Institucionalistas é que suas respostas a uma única pergunta simples: As instituições afetam de forma marcante na perspectiva de estabilidade internacional?

Para os realistas a resposta é não, segundo eles as instituições são um reflexo da distribuição do poder no mundo e que as instituições são baseadas nos cálculos das próprias grandes potências e que essas instituições nada podem fazer no comportamento do estado. Logo, para os realistas as instituições são importantes apenas no segundo plano no cenário internacional.

Já os Institucionalistas respondem essa mesma pergunta de uma forma diferente, para eles as instituições podem alterar a preferência do Estado, e como consequência o comportamento do Estado. Para eles as instituições desencorajariam os Estados a tomar suas decisões baseado em seu próprio interesse e que as instituições teriam a capacidade de manter os Estados longe da guerra.

O autor chega na conclusão de que as instituições têm um papel mínimo no comportamento dos Estados e que elas são promissoras no mundo pós-Guerra Fria. Ainda de acordo com o autor as instituições seriam definidas como um conjunto de regras que estipulam formas com as quais os estados deveriam não somente cooperar, mas também competir com os outros estados. Estipulando assim os comportamentos aceitáveis perante os outros estados e os comportamentos não aceitáveis.

Morgenthau, em seu livro “A Política Entre as Nações” (2003, p. 88) trata sobre as atividades políticas que pode ser tomada, seja nacional ou internacional. Para o autor existe três padrões básicos. As diretrizes podem: conservar o poder, aumenta-lo ou demonstra-lo. E para o autor esses três padrões são muito comuns no cenário internacional, logo, uma nação pode desejar manter o status quo, quando deseja conservar o poder que tem, pode querer adquirir mais poder do que tem, mediante a mudanças no sistema existente de uma forma que lhe seja favorável, e pode querer demonstrar o poder que tem, seja para mantê-lo ou para aumenta-lo ainda mais, professando uma política de prestígio.

E assim os estados podem atuar dentro das instituições, e por meio dos âmbitos internos destas, para alcançarem os seus objetivos, sejam eles os mais diversos possíveis, pois em cada instituição poderá haver um interesse oculto.

Segundo Neack (1995), Estados-Nações como por exemplo: Austrália, Canadá, Bélgica, Brasil, Holanda, Nova Zelândia, Polônia e Suécia, começaram a participar e se debruçaram nas Operações de Paz das Nações Unidas para poderem se posicionar com uma Potência-Média, um status que seria um grau logo a baixo dos “5 Grandes” (Estados Unidos, Inglaterra, França, China e Rússia) e um grau acima dos outros países, pois estes também contribuiriam para a manutenção da paz no cenário internacional. Para a autora esses países se beneficiam do sistema internacional e defendem a manutenção do status quo, pois a manutenção desse status quo fortalece a sua própria segurança Nacional. Fontoura (1999) acrescenta que a maioria dos países em desenvolvimento e os de menor desenvolvimento relativo enviam sobre tudo integrantes de seu exército para as Operações de Paz da ONU, pois seus interesses são justamente que esses indivíduos aprendam, adquiram experiências e se especializem, tendo em vista que no momento em que estes soldados integram batalhões da ONU, pois estes necessitam treinamento para estarem aptos para ir a campo, enquanto os países mais ricos e desenvolvidos se limitariam a outras áreas como por exemplo cederem equipamentos tecnológicos, armamentos para tais missões e pessoal especializado para as missões.

Outro dado interessante é apresentado por Spooner (2016), este autor diz em seu artigo que pelo fato de o Canadá ter sempre estado próximo e em sintonia com as Operações de Paz das Nações Unidas ele conquistou a simpatia e o bom olhar de várias pessoas ao redor do mundo, tendo essa afirmação expressa em estatísticas elaboradas com cidadãos de mais de 60 países diferentes, ganhando assim uma reputação de ser um país que colabora para a manutenção da paz global. Cavalcante (2010) diz que durante o governo Luís Inácio Lula da Silva o Brasil teve um grande aumento na sua participação de operações de paz, chegando a participar de seis das oito operações de paz estabelecidas pela ONU durante tal período. Diz também que de fato o papel que o Brasil desenvolveu no Haiti refletiu a estratégia nacional para colocar o país como um dos promotores da paz, o que fortaleceu a imagem do Brasil no cenário internacional, reforçando assim a imagem do país como uma potência média. Período de grande evolução que também coincidiu com o retorno da busca por um lugar permanente no conselho de segurança pleiteado pelo Brasil.

Segundo Carr (2001, p. 135), em “20 anos de Crise”, a política sempre pode ser compreendida, no âmbito internacional, como uma política de poder. Ele nos diz que não são todas as ações de um estado que se pode ser denominado política, mas sim a todas as questões envolvendo conflitos de poder. E que para compreender o assunto político é de fundamental importância compreender quais são os envolvidos no tema.

Desse modo esses autores contrapõem o fato de que mesmo com as instituições proporem princípios que regeriam tais ações, e que mesmo os estados se dispõem a participarem de livre e espontânea vontade desses acordos. Podemos observar que os estados conseguem atingir outros objetivos participando dessas instituições e que podem entrar em uma instituição com uma intenção diferente da qual tal instituição foi criada. Pois, além de compreender os objetivos e princípios de tais instituições, os estados também tem os seus próprios objetivos.

1.5 DEBATES TEÓRICOS

Após várias críticas ao modelo pensado pelos institucionalistas, mais incisivamente a críticas de Mearsheimer, Keohane e Martin fizeram o artigo intitulado de “*The promise of institutionalist theory*”. Onde discorreriam melhor sobre como funcionaria o cenário internacional e ao mesmo tempo tentam desconstruir os argumentos anteriormente proposto por Mearsheimer em seu artigo “*False Promise of International Institutions*”.

Entre os três principais pontos abordados por esta resposta a crítica estão: 1- A Falácia da Lógica Realista; 2- Política Econômica vs. Segurança e o Problema dos Ganhos Relativos; e 3- Trabalho Empírico dos Impactos das Instituições.

No primeiro ponto, A Falácia da Lógica Realista (KEOHANE; MARTIN, 1995, p. 41), os autores colocam como um dos problemas centrais dessa teoria realista de Mearsheimer a chamada “*grim Picture of world politics*”, pois não seria bem especificados as condições de como seriam operados tais fatos já que a teoria generalizaria as coisas. Uma das observações é que o realismo possui muitas generalizações globais, sem qualificações sobre se as condições podem ser válidas. O autor questiona Mearsheimer sobre dois exemplos dados pelo próprio Mearsheimer. O primeiro ponto é sobre os ganhos relativos, pois segundo o autor os Estados devem ser motivados pelos ganhos relativos quando tratarem sobre cooperação, porém depois Mearsheimer diz que essa afirmação pode ser falsa quando a ameaça de guerra for baixa. O segundo ponto é dado sobre no mundo realista de Mearsheimer todos os Estados gostariam de ser o poder mais forte do sistema, porém isso não se observaria na vida atual, pois não observamos países como Suíça, Alemanha ou Grã-Bretanha querer se tornar tal potência.

E contra argumenta dizendo que o institucionalismo não procura antecipar as condições em que sejam aplicadas as suas proposições como o realismo faz, e que só espera que os estados criem as instituições quando estejam dispostos a cooperar, caso pensem em seus próprios interesses não se espera que essas instituições fossem criadas. Contudo, dado o interesse dos Estados, as instituições poderiam prover informações, reduziriam os custos, fariam os acordos mais credíveis, estabeleceriam locais de coordenação, e facilitariam em geral as operações de reciprocidade entre os seus estados membros.

O segundo ponto é dado pelo tema da Política Econômica vs. Segurança e o Problema dos Ganhos Relativos, nesse ponto falam que o argumento do autor realista necessita de correção em dois casos. O primeiro é que Mearsheimer afirma que os institucionalistas basearam sua teoria em que a política internacional pode ser dividida em dois ramos, a segurança e a política econômica, enquanto o institucionalismo de fato só se aplicaria somente a este último. Argumentam que muitos atores realmente fazem essas afirmações, mas que não é predominante na visão literária dos institucionalistas e que eles claramente não aceitam essa afirmação. E o segundo especificamente sobre a afirmação de atores internacionais poderem acabar trapaceando nas coordenações dos ganhos relativos, os institucionalistas respondem que o foco dos institucionalistas não é baseado somente nesse aspecto, mas que nas situações de

coordenação as trapaças não são problemas, mas distúrbios, que são sérios embora que não fossem enfatizados nas primeiras literaturas institucionalistas.

Em último ponto, os autores abordam o Trabalho Empírico dos Impactos das Instituições (KEOHANE; MARTIN, 1995, p. 46), neste ponto respondem ao questionamento de Mearsheimer sobre termos que obter mais trabalhos empíricos para fazer um julgamento final a respeito do poder explicativo do institucionalismo e os institucionalistas respondem que a teoria institucionalista conceitua as instituições tanto como variáveis independentes quanto dependentes para a teoria "as instituições mudam como resultado da ação humana, e as mudanças nas expectativas e no processo que resultam podem exercer profundos efeitos sobre o comportamento do Estado". A teoria institucional tem um relato coerente tanto da criação de Instituições e seus efeitos: as instituições são criadas pelos estados por causa de seus efeitos antecipados sobre os padrões de comportamento. Pesquisas recentes feitas por institucionalistas abordaram as instituições como sendo variavelmente dependentes, dependendo das condições em que foram criadas. Recentemente, pesquisas procuraram, mais sistematicamente, demonstrar que as instituições às vezes são significativas para os resultados políticos e para determinar as condições de cada caso".

Em seguida a estas críticas institucionalistas, Mearsheimer (1995) faz sua réplica as críticas contra sua abordagem no artigo "*False Promise of International Institutions*" e elabora um novo artigo "*A Realist Replay*". Neste artigo o autor separa a sua discussão em 5 pontos.

"*The Core Issue*" (MEARSHEIMER, 1995), é o título do primeiro ponto onde o autor expõe o motivo central dessa réplica e com isso começa com a seguinte pergunta:

Can international institutions prevent war by changing state behavior? Specifically, can institutions push states away from war by getting them to eschew balance-of-power logic, and to refrain from calculating each important move according to how it affects their relative power position? (MEARSHEIMER, 1995, p. 82).

O autor explica que para a teoria realista a resposta é não, e que eles acreditam que as instituições são apenas o reflexo das ações dos estados em vez de poder determinar o que cada estado pode ou não realizar e que a única coisa que poderia chegar a frear o estado de possuir algum mal comportamento é a balança de poder. Segundo o autor os institucionalistas falam que as alianças militares são "*inner-directed*" (dirigidas internamente) pelas instituições, das quais gerenciam e resolvem conflitos entre os estados, e facilitam a cooperação entre eles. Por

isso, quanto mais países participando dessas instituições será melhor para a existência de paz. Colocando o exemplo da Segurança Coletiva como um bom exemplo dessas instituições com um modo “*inner-directed*”. O autor contrapõe falando que a teoria institucionalista se esqueceu das alianças que possuem o “*outer-directed*” (dirigidas para o exterior). Segundo Mearsheimer, as alianças militares não estão estabelecidas a princípio para manter a paz entre os estados membros, muito menos para coagir eles de violarem a balança-de-poder. Porém, as alianças estão atentas a estados fora dela, ou a uma coalisão de estados, a qual a aliança espera deter, coagir, ou derrotar em uma guerra.

“*John Ruggie: A Ship Passing in the Night*” é o segundo ponto colocado no texto. E nele Mearsheimer responde a Ruggie, sobre a resposta dada por este ao não conseguir dar uma forte defesa da teoria institucionalista, pelo fato de “simplesmente não estar endereçada ao debate de como as instituições surgem, segundo o livro ‘*False Promise*’” (MEARSHEIMER, 1995, p. 83). Além do mais argumenta que os principais argumentos criados por Ruggie, sobre as instituições, são consistentes com o realismo. O primeiro exemplo, dado por Mearsheimer, é sobre a argumentação de que durante a “Guerra Fria” alguns realistas davam conselhos que iam contra a criação da OTAN e da unificação da Europa, diz ainda que os políticos foram sábios e decidiram ignorar esses conselhos. Mearsheimer diz que “o argumento é correto, porém irrelevante, pois não diz nada sobre se as instituições são a causa da paz por independentemente de afetar o comportamento do estado” (MEARSHEIMER, 1995, p. 83-84, tradução nossa). O segundo exemplo de Mearsheimer é que Ruggie faz uma citação realista ao dizer em seu texto que “Os EUA do pós-Guerra seguiram o seu interesse e buscou gerenciar a mudança do equilíbrio de poder no cenário internacional”, mas o autor acrescenta que “os formuladores de políticas dos EUA também tinham certos objetivos institucionais em mente”, como o estabelecimento da OTAN. Mearsheimer diz que pode ser verdade, mas esse argumento tem pouco a ver sobre se as instituições causam a paz ao afetar indevidamente o comportamento do estado, mais ainda o autor diz que Ruggie argumenta que os EUA ficaram melhores, durante a guerra fria, com as instituições como a OTAN, do que estariam sem elas. E Mearsheimer completa dizendo que acredita que as grandes potências usam as instituições para promover os seus interesses e que mais uma vez Ruggie não aborda a questão central levantada em “*False Promise*”: Se as Instituições podem causar a paz independentemente de afetar o comportamento do Estado? (MEARSHEIMER, 1995, p. 84, tradução nossa).

“*Robert Keohane and Lisa Martin: Realist by Any Other name...*” é como começa o seu terceiro ponto (MEARSHEIMER, 1995, p. 85). Nele o autor da réplica diz que as instituições

liberais reformulam sua teoria após essa discussão inicial trazida por Mearsheimer, com base no realismo, e que a resposta dada por Keohane e Martin na verdade é uma tentativa de descrever o “institucionalismo liberal pós-Grieco” e coloca-o em comparação ao realismo. O autor diz que se olharmos com um olhar cuidadoso a resposta de Keohane e Martin na verdade revelará que o institucionalismo liberal, versão mais recente do institucionalismo, é na verdade nada mais do que o realismo em si, e não mais uma alternativa ao realismo.

“*Charles Kupchan and Clifford Kupchan: Mixing Oil and Water*” é o quarto ponto abordado por Meirsheimer em seu artigo, e nele fala sobre seu debate a respeito da Segurança Coletiva. Nele é exposto as críticas feitas no artigo “*False Promise*” sobre o tema da Segurança Coletiva, onde o autor debate a crítica realizada pelos Kupchan’s dizendo que a teoria proposta por eles é uma rígida alternativa e diretamente desafiadora ao realismo. Pois, os comportamentos estatais são diferentes de acordo com as diferentes teorias, e as projeções de vida no cenário internacional varia igualmente de uma forma muito grande.

I argued in “False Premise” that there are flaws in the logic of collective security, and that there is much historical evidence that it is unworkable in practice. I also argued that concerts, in contrast, are institutions that are compatible with realism, and therefore they work according to a different logic than collective security. Thus, collective security systems and concerts should be regarded as distinct institutional forms (MEISHEIMER, 1995, p. 88).

“*Alexander Wendt: Missing the Critical Issues*” (MEISHEIMER, 1995, p. 90). É o Quinto e último ponto da réplica. Mearsheimer fala que Wendt se equivocou pelo fato de tratar, em sua resposta, sobre temas que não faziam parte da real discussão. Segundo o autor o ponto não era sobre como funcionava a teoria crítica, e nem como ela se difere da teoria realista, mas sim qual das teorias é a ideal para elaborar o melhor guia para compreender o comportamento do Estado.

Um bom fechamento dessas discussões é dado por Seay (2007) em seu artigo “*Realism, Liberalism and Humanitarian Intervention: Is there a middle ground?*”. Nesse artigo a autora expõe a discussão acima observada, abordando as visões tanto dos realistas quanto dos liberais.

O ponto importante trazido por Seay (2007, p.2) é sobre o grande debate sobre as intervenções militares com fins “humanitários”, a autora elabora perguntas interessantes a respeito do “como nós decidimos quando tais intervenções são justificáveis?”, “quem teria a

autoridade de autoriza-las? ” e “o que poderia justificar a quebra do princípio da não-intervenção? ”. Para essa última pergunta a autora traz que muitos diriam que a resposta é Ruanda, pelo fato de naquele país ter ocorrido um grande massacre de uma parte da população, da etnia tutsis, principalmente relacionada a falta de capacidade do Conselho de Segurança em resolver a ação, logo quando ocorreu o conflito na Iugoslávia, onde também houve no início um massacre, menor do que na Ruanda, alguns países da OTAN decidiram utilizar-se do uso da força mesmo sem a autorização do Conselho de Segurança. Em seguida, a autora traz a pergunta do que deveríamos respeitar primeiro, a Moral ou a Lei?

Nardin argues that both ‘principles and institutions are contested, uncertain, and abused. One appeals to procedures when people cannot agree on principles, and to principles when institutions are unjust or ineffective’ (NARDIN 2006 apud SEAY, 2007, p. 03).

Para ela a legalidade não é o único aspecto controverso da intervenção, também há a legitimidade. Para uma intervenção possuir legitimidade pode depender de quem está realizando-a, onde será a intervenção e se os motivos pelo qual a intervenção se dá está dentro de seus próprios interesses.

1.6 EXEMPLOS DE ESTUDOS SIMILARES

Para buscar um “norte” nesse trabalho, procuraremos apresentar aqui outros estudos feitos por autores que também buscaram compreender as intervenções, não importando com a teoria abordada nos trabalhos, mas buscando compreender a linha seguida em cada caso. Logo, para a análise que veremos no capítulo 2 tentarei seguir exemplos de análises como as feitas por Wheeler (2003), em seu livro *Saving Strangers Humanitarian Intervention in International Society*, no cap. 8, “The Limits of Humanitarian Intervention from the Air: Cases of Bosnia and Kosovo”, e por Finnemore, em seu artigo “Constructing Norms of Humanitarian Intervention”. Lembrando que o objetivo aqui não é se estender em demasiado sobre esses textos, mas sim observar os pontos levantados por esses autores para compreender melhor suas pesquisas e o como elaboraram suas respostas a esses pontos levantados.

Wheeler (2003), começa sua análise apresentando dados do conflito e sobre como e quais foram as circunstâncias levaram as tropas da OTAN entrarem no conflito, falando também sobre as causas do fim do conflito.

O autor elabora seu capítulo baseado em duas perguntas:

- 1- *“How far did Western intervention in the Bosnian war establish new precedents for humanitarian intervention? Did the deployment of peacekeeping forces to protect humanitarian relief convoys, the 'safe-areas' policy, and the use of air power against Serb targets in 1994 and 1995 push out the boundaries of intervention in ways that rivalled the cases of Iraq and Somalia? Or, is it NATO's intervention in Kosovo that marks the crucial turning point in changing the normative context of humanitarian intervention in the former Yugoslavia?”* (WHEELER, 2003, p. 243); e
- 2- *“Whether Western intervention was successful in promoting humanitarian values. Western governments justified their actions in Croatia and Bosnia on the grounds that placing their soldiers in harm's way would not have stopped the ethnically motivated violence, but how persuasive were these rationales? Did they mask a deeper reluctance on the part of Western governments to become engaged in armed rescue when no vital interests were perceived to be at stake?”* (WHEELER, 2003, p. 243).

Como respostas aos questionamentos feitos no início do capítulo o autor fala sobre quatro pontos: 1- “International Responses to the Serb-Croat War, June 1991-April 1992” (WHEELER, 2003, p. 243), 2- “Protecting Humanitarian Values by Force in Bosnia, 1992-1995” (WHEELER, 2003, p. 249), 3- “Operation Allied Force as a Humanitarian War” (WHEELER, 2003, p. 257) e 4- “NATO as Humanitarian Enforcer or Law breaker” (WHEELER, 2003, p. 275).

Percebemos o primeiro ponto é destinado para o momento histórico no qual se decorreram as ações, o segundo é sobre as causas humanitárias envolvidas nesse contexto, o terceiro é sobre as alianças feitas para tentar solucionar tal problema e o quarto se dá para tratar das ações da OTAN e quais foram os impactos destas.

Como respostas às perguntas a serem respondidas pelo o autor, ele nos traz as seguintes duas respostas:

Na primeira, o autor afirma que os países perderam inúmeras vezes a oportunidade de intervir decisivamente, e que os governos sempre tentaram contornar a situação. E que é muito simples imaginar que se tivessem bombardeado os navios da Iugoslávia poderiam ter parado, o líder do massacre bósnio, Milosevic. Mas como os Governos ocidentais nunca chegaram a

tentar uma opção como está não sabemos o que poderia ter acontecido. O autor comenta que se o Conselho de Segurança tivesse transformado a Bósnia em seu protetorado, muito provavelmente, teriam evitado tantas mortes de civis. E conclui, a primeira resposta, dizendo que a lição mais importante que podemos ter dessa intervenção da ONU, na Bósnia, é que mesmo a implantação das forças militares terem sido postas de maneira preventivas, elas conseguiram evitar que ocorresse algo pior com os povos da ex-Iugoslávia (WHEELER, 2003, p. 283).

Na segunda resposta, o autor questiona o motivo pelo qual a aliança mais poderosa da história não conseguiu fornecer uma boa opção terrestre. E chegou à conclusão de que nenhum governo de tal aliança defendeu essa estratégia, pois acreditavam que tal ação faria com que eles perdessem o apoio de sua população. Sendo assim esses países fizeram com que o motivo da ação humanitária se baseasse na restrição primordial de que a operação fosse “livre de vítimas” e que sem essa garantia não seria possível que ocorresse a intervenção no Kosovo. Essa exigência fez com que os meios de combates selecionado para a missão fosse dado por meio de bombardeios, que mesmo assim, acabou produzindo contradições a proposta da intervenção ser humanitária. O autor diz que, o que suavizou o impacto dos bombardeios foi que, sem esse instrumento seria inconcebível que Milosevic tivesse concordado com a Força do Kosovo. E finaliza questionando sobre se a contradição que se abriu entre os meios de intervenção e um resultado humanitário positivo é bastante rígida para desqualificar a Operação Força Aliada como humanitária (WHEELER, 2003, p. 284).

Dessa forma observamos uma sequência de argumentos e fatos explicando desde o princípio o ocorrido e as causas e consequências de ações realizadas nessas operações.

Outra forma de análise proposta por Finnemore em seu artigo “Constructing Norms of Humanitarian Intervention”, nos traz outro tipo de opção para a análise de caso. A autora tenta nos fazer pensar mais nos interesses que estão por trás das ações dos Estados. Segundo ela:

The recent pattern of humanitarian interventions raises the issue of what interests intervening states could possibly be pursuing. In most of these cases, the intervention targets are insignificant by any usual measure of geostrategic or economic interest. Why, then, do states intervene? (FINNEMORE, 2002, p. 1).

Com essa pergunta inicial a autora elabora, em seu artigo, uma grande gama de acontecimentos históricos como, o início de intervenções com o carimbo dizendo que eram

“humanitárias” desde o século 19, passando pela expansão do termo “humanidade” e soberania, pela abolição da escravidão e do comércio de escravos, da colonização, descolonização e a autodeterminação, também fala sobre as intervenções após a criação do Sistema ONU, na Intervenção unilateral em desastres humanitários e nas Intervenções multilaterais em desastres humanitários.

Segundo Finnemore, o seu ensaio “argumenta que o padrão de intervenção não pode ser entendido além do contexto normativo em mudança no qual ocorre. O contexto normativo é importante porque ele molda concepções de interesse. Os pressupostos analíticos padrão sobre estados e outros atores que perseguem seus interesses e tendem a deixar as fontes de interesse vagas ou não especificadas. A afirmação aqui é que o contexto normativo internacional molda os interesses dos atores internacionais e faz isso de forma sistêmica e sistemática. Ao contrário das variáveis psicológicas que operam a nível individual, as normas podem ser variáveis de nível sistêmico tanto na origem quanto nos efeitos” (FINNEMORE, 2002, p. 1-2, tradução própria)

Outro argumento interessante que a autora apresenta em seu artigo é:

Humanitarian intervention looks odd from conventional perspectives on international political behavior because it does not conform to the conceptions of interest that they specify. Realists would expect to see some geostrategic or political advantage to be gained by intervening states. Neoliberals might emphasize economic or trade advantages for interveners. (FINNEMORE, 2002, p. 3).

O interessante aqui nesse texto é observar que a autora traz várias abordagens e em cada uma delas expõe o interesse que estava por trás de cada ação envolvendo os mais diversos países em vários continentes e o que cada uma dessas ações fez com que o sistema internacional acabasse tendo que evoluir, pois alguns casos abriram uma “jurisprudência” no âmbito internacional

1.7 CONCLUSÃO

Neste primeiro capítulo expusemos ao leitor análises das ações de Operação de Paz e os processos nos quais os países seguem para as realizar essas Operações de Paz. Para isso buscamos compreender como são constituídas tais Operações, quais seriam os princípios por

elas defendidos, buscamos análises teóricas favoráveis que defendiam os princípios constatados nessas instituições, também colocamos análises contrárias que dariam um contraponto extremamente importante para o debate acadêmico e finalizamos com as réplicas das discussões que houberam em decorrência desses debates.

Portanto, quando falamos sobre interesses que estão por trás de ações de um Estado em uma Operação de Paz, estamos tratando de um tema muito delicado principalmente, pois não é algo, muitas vezes, exposto. Por esse motivo é importante observar dados que podem indicar alterações nas relações entre os países participantes.

Nos Capítulos seguintes, analisaremos Intervenções Humanitárias tanto dentro do âmbito da ONU quanto da OTAN. Nessas análises verificaremos também as relações dos países no período anterior e posterior a Operação, principalmente do lado econômico, e além disso também trataremos sobre o que pode ter mudado no âmbito interno dos países que sofreram a intervenção.

2 OPERAÇÃO DA ONU NO TIMOR-LESTE

2.1 INTRODUÇÃO

Neste capítulo colocaremos em análise as missões humanitárias no Timor-Leste, tendo em vista que a ONU fez cinco missões desde 1999 até 2012. Procurando observar todos os fatores de tais acontecimentos e seus desdobramentos, apresentaremos o país, os conflitos que se desencadearam na utilização dessas missões da ONU, no lado do pós-conflito analisaremos se houve mudanças no cenário econômico com os países que estiveram na realização dessas operações, e avaliar se desde a implantação das missões da ONU houve uma melhora, de fato, na vida da população local.

2.2 O TIMOR-LESTE

O Timor-Leste se localiza no sudoeste asiático, tem uma área de 14.919 km², uma população de 1.211.000 pessoas, sua capital se encontra baseada na cidade de Dili, utiliza o Dólar americano como sua moeda local e é membro das Organização das Nações Unidas desde 27 de setembro de 2002 (DATA, 2017). Segundo o Observatório de Complexidade Econômica (OEC) do Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT), em 2015 - Dado mais recente -, os principais produtos de exportação do Timor-Leste foram: Petróleo Cru, com 93% de participação nas exportações trazendo ao país cerca de US\$ 284 milhões; Café, com 3.8% de participação nas exportações rendendo cerca de US\$ 11 milhões; e Gás, com participação de cerca de 2.1% das exportações, rendendo cerca de US\$ 6.46 milhões de Dólares.

Figura 1: Mapa do Timor-Leste



Fonte: Encyclopædia Britannica, Inc.

O país foi descoberto pelos portugueses em 1515, onde encontraram populações organizadas em pequenos estados, reunidos em duas confederações: Serviam e Belos, ambos praticavam religiões animistas (Segundo o site do governo Timorense). No século XVI, a ilha era frequentada por navegadores e comerciantes portugueses interessados no lucrativo comércio de sândalo que era encontrado nas montanhas do Timor. Os líderes timorenses trocavam tais especiarias por armas, tecidos e instrumento de ferro dos portugueses. A influência dos portugueses no início do século era pequena, porém no final do século frades dominicanos, portugueses estabeleceram uma missão no principal porto, e algum tempo depois, os Topasses, ou portugueses negros (descendentes de soldados, marinheiros e negociantes portugueses e mulheres das ilhas vizinhas) começaram a se estabelecer na ilha, com isso a cultura portuguesa foi sendo difundida na região (SANTANA 1997, apud SPIELER, 2007, p. 15).

Segundo Spieler (2007), a ilha também foi alvo de disputa entre portugueses e holandeses pelo controle de especiarias no Sudoeste Asiático, tal disputa só foi solucionada por vários acordos firmados entre os dois países, com o tratado de 1859 que dividia o Timor em dois, o Timor Ocidental holandês, com a capital em Cupang, e o Timor Oriental português, com a capital em Dili.

“Durante os primeiros 300 anos de colonização, Portugal deu pouca atenção ao Timor Leste e interessou-se mais por suas outras colônias. No final do século XIX, o quadro começou a mudar em função do interesse de Portugal em aumentar seu poder econômico e defender suas colônias de países que expandiam seus impérios, como Inglaterra, Alemanha e França” (SPIELER, 2007 p. 15)

Buscando em suas colônias uma fonte de renda, Portugal começou a tentar gerar no Timor Leste um desenvolvimento econômico e social. Essa mudança, entretanto, se pautou, em alguns momentos, em táticas opressoras como “o cultivo forçado de colheitas comerciáveis, trabalho forçado para a construção da infraestrutura no território e a cobrança de impostos por cabeça” (SANTANA 1997, apud SPIELER, 2007, p. 16). Segundo Spieler(2007), isso levou a se criar uma elite nativa urbana, pois passou a existir cargos administrativos na colônia devido ao desenvolvimento. Porém mesmo com esses esforços o Timor Leste não chegou a ser uma real fonte de renda para Portugal (p. 16).

Essa onda de desenvolvimento existente na colônia portuguesa foi interrompida durante a Segunda Guerra Mundial. “Apesar dos protestos de Portugal, que permanecia neutro, os aliados ocidentais, ao declararem guerra ao Japão, começaram a utilizar a ilha de Timor como linha de defesa contra o avanço japonês em direção à Austrália. O Japão, no entanto, invade a ilha e rapidamente expulsa os holandeses da parte ocidental. Na parte oriental, timorenses e militares australianos conseguiram resistir durante quase um ano às investidas japonesas. Mas, em janeiro de 1943 o Japão já controlava toda a ilha. ” (SPIELER, 2007, p. 16). Segundo Spieler, sob ocupação Japonesa, em 17 de agosto de 1945, os indonésios declararam independência da Holanda. Isso ocorreu devido ao fato de mesmo que a guerra já tivesse acabado, as tropas aliadas não tinham reconquistado as Índias Orientais Holandesas e com isso a Holanda passou a tentar controlar novamente sua antiga colônia, porém depois de quatro anos a independência da Indonésia foi aceita. Enquanto isso Portugal manteve o Timor Leste sob controle enquanto a parte ocidental da ilha era incluída na soberania da Indonésia.

Segundo Magalhães (1999), “o subdesenvolvimento, com a conseqüente inexistência de uma elite intelectual timorense, a falta de quadros e de um verdadeiro sentimento nacionalista, ligados à forma própria de relacionamento das autoridades portuguesas com os livres, reis locais timorenses, num quadro que se mantinha muito próximo do “feudalismo” tradicional no território, terá sido um fator importante para um retorno, quase sem dificuldades, da administração portuguesa. Outro fator terá sido o facto de a maior parte dos residentes portugueses terem também sofrido com a ocupação” (1996 apud MAGALHÃES e SPIELER, 2007, p. 16).

Com a adesão de Portugal na ONU, em dezembro de 1955, muitas críticas e questionamentos surgiram em relação ao país ter colônias e tais críticas se baseavam na própria Carta das Nações Unidas. Segundo Spieler, “Logo após a admissão de Portugal, o Secretário-

Geral da ONU envia uma nota ao governo português o questionando sobre o enquadramento dos territórios sob sua administração nos termos no artigo 73 da Carta. Este artigo, que faz parte do capítulo XI, intitulado “Declaração relativa aos territórios não autônomos”, estabelece que “os membros das Nações Unidas que têm ou assumem responsabilidades pela administração de territórios cujos povos ainda não atingiram uma forma completa de autogoverno”, teriam a obrigação de transmitir regularmente ao Secretário-Geral, a título de informação, dados relativos às condições sociais, políticas, econômicas e educacionais dos territórios pelos quais são responsáveis. Segundo a Carta, essas metrópoles deveriam estimular o desenvolvimento do autogoverno e ajudar na promoção de instituições políticas livres, visando superar a dependência a fim de inserir um novo Estado soberano no sistema internacional. O governo português, em resposta ao Secretário-Geral, afirmava não administrar territórios não-autônomos, ou seja, não possuir colônias. Os seus territórios ultramarinos eram considerados parte integrante do Estado português de acordo com a sua Constituição política.” (SPIELER, 2007, p. 17).

Mesmo com a argumentação do governo português, em 1960, três resoluções contra a política ultramarina de Portugal foram aprovadas pela Assembleia Geral das Nações Unidas: resoluções 1514 (XV), 1541 (XV) e 1542 (XV). (1996 apud MAGALHÃES e SPIELER, 2007, p. 17). Segundo Silva, a resolução 1514 (XV) condenava todos os termos genéricos de colonialismo e reafirmando a autodeterminação dos povos. A resolução 1541 (XV) determinava a obrigação de comunicar à organização as informações referidas a alínea e) do artigo 73 da Carta. A resolução 1542 (XV) determinou que o Timor Leste e outras colônias portuguesas eram territórios não-autônomos, nos termos do Cap. XI da Carta das Nações Unidas. (SILVA 2000, apud SPIELER, 2007, p. 18).

Segundo Spieler (2007), “só a partir de 1974, com a Revolução dos Cravos e a transição democrática, é que Portugal inicia o processo de descolonização e acata a resolução da ONU, passando a considerar o Timor Leste como território não-autônomo sob sua administração” (SPIELER, 2007, p. 18). Havia em Portugal nesse período “conversações entre os governos de Portugal e da Indonésia sobre a descolonização de Timor. Na época aqueles dois países trilhavam caminhos politicamente opostos: em Portugal, as forças armadas tinham assumido o poder amparadas no Partido Comunista; na Indonésia, os militares consolidavam regime inaugurado na década anterior com o esmagamento do partido comunista. Nenhuma das partes considerava seriamente a viabilidade da independência do Timor restando as hipóteses de

integração a Indonésia ou de continuidade da ligação a Portugal, com estatuto de autonomia. ” (CUNHA, 2001, p. 16)

Segundo Cunha (2001), nesse período de descolonização foram criadas associações políticas na ilha, destas se destacam três: a União Democrática Timorense (UDT) e a Associação Socialdemocrata Timorense (ASDT) / Frente Revolucionária de Timor-Leste Independente (Fretilin) e a Associação Democrática Timorense (Apodeti). A UDT foi o primeiro partido político a se constituir, cujo objetivo exposto em seu manifesto era: “uma autonomia progressiva..., mas sempre à sombra da bandeira de Portugal; o direito à autodeterminação, e a integração de Timor numa comunidade de língua portuguesa”, em seguida surge a ASDT que buscava o direito à independência (por meio de uma autonomia progressiva) e o desenvolvimento de uma “política de boa vizinhança e de todos os setores e a todos os níveis com todos os países da área geográfica de Timor, mas preservando-se incondicionalmente os superiores interesses do povo timorense”, porém dentro da ASDT havia duas facções “Uma moderada com maior ascendência inicial e uma visão interna e regional realista e outra constituída por elementos mais idealistas e radicais que defendiam a adoção de uma postura aguerrida para o partido. Essa segunda facção tornou-se mais influente com a chegada a Timor em meados de 1974 de um grupo de estudantes universitários timorenses residentes em Portugal imbuídos de teorias revolucionárias absorvidas no calor da revolução dos cravos e no acompanhamento da situação nas colônias africanas. Em 11 de setembro de 1974, a ASDT se transformou na Fretilin, politicamente mais agressiva e reivindicando, mais tarde, o papel de única representante do povo timorense. E a terceira associação foi a Apodeti, cujo objetivo colocado no manifesto de seu partido era: ‘uma integração autônoma na República da Indonésia de acordo com a lei Internacional’. ” (CUNHA, 2001, p. 124-125).

Ainda segundo Cunha (2001), a resposta vinda do Timor-Leste surgiu por meio de uma coligação entre dois partidos que tinham repúdio a integração na Indonésia, quais seriam a UDT e a Frente Revolucionária de Timor-Leste Independente (Fretilin). Essa coligação foi bem recebida por Portugal, já que esta coligação fazia com que houvesse um bom relacionamento entre as elites políticas da colônia, algo bom para um processo de descolonização, para que não ocorresse uma possível guerra civil. Meses depois da formação da ASDT e da UDT houve um interesse em fusão partidária, porém não se concretizou. Esse desentendimento em um contexto onde Portugal já não estava mais interessado na região fez com que os partidos fossem aos poucos se distanciando e torando-se radicalizados. Radicalizações que fizeram com que os países da região temessem uma conversão do Timor-Leste ao comunismo.

2.3 O CONFLITO E SUAS CONSEQUÊNCIAS

A partir de 1974 com a declaração do primeiro ministro Australiano, Gough Whitlam, sendo favoráveis à anexação à Indonésia as relações a respeito da independência do Timor-Leste passaram a se tornar inviáveis. Observando como o cenário mudava dirigentes da UDT quiseram fazer uma nova proposta de coligação com a ASDT, porém nesse momento na ASDT o “Grupo de Lisboa” passou a tomar conta e a sigla passou a ser reconhecida como Fretilin, adotando assim um modo de posicionamento mais radical, fazendo com que o cenário não fosse mais favorável a um acordo entre a UDT e a ASDT, que virara Fretilin. (CUNHA, 2001, p. 129)

A mudança no cenário Internacional foi tão grande que o chanceler português que, em agosto de 1974, tinha sido favorável à autodeterminação do Timor-Leste em outubro, do mesmo ano, seu ministro de Coordenação Interterritorial visitou o Timor-Leste e diante das associações partidárias afirmou seu parecer quanto à inviabilidade da tese da Independência daquele país.

Nesse contexto a coligação que poderia ser uma defesa para os dois partidos se viu rompida, graças ao extremismo tomar conta de uma das partes. Segundo Cunha, “Com o rompimento da Coligação, em fins de maio, o panorama político timorense entrou em processo acelerado de polarização. As esperanças de uma descolonização pacífica, mediante um referendo aceito por todas as partes interessadas, interna e externamente, tornaram-se cada vez mais remotas. Por um lado, havia recrudescimento do fervor revolucionário da Fretilin e conseqüentemente boicote ao encontro de Macau, em julho do outro ano; por outro lado o progressivo envolvimento da liderança da UDT com os mentores da “Operação Komodo”, encorajando golpe de agosto de 1975. Nessa ação, a UDT mostrou-se imprecisa e seus objetivos: contestava autoridade portuguesa, mas não pretende substituir inteiramente. Aparentemente superestimou os incentivos recebidos de Jacarta, interpretando-os como luz verde para um Timor-Leste independente desde que sobre o controle da UDT e livre dos radicais da Fretilin. Ante o malogro do golpe, a UDT não teve alternativa senão a de aderir a outra coligação; o Movimento Revolucionário Anticomunista (MAC), integrado pela Apodeti e representantes de partidos menores, então já refugiados no Timor Indonésio” (CUNHA, 2001, p. 131)

Ainda segundo Cunha, após a Guerra Civil, a Fretilin controlou o Timor-Leste e solicitou o beneplácito de Portugal para legitimar o controle do território. Porém sabendo que o governo Indonésio não toleraria um governo da Fretilin no Timor-Leste, a Fretilin exigiu uma

rápida conversa com Portugal, na expectativa de ter sua independência. Mas vendo que o governo português estava indeciso, sabendo do avanço militar das forças indonésias e a indiferença da comunidade internacional, acabou por proclamar unilateralmente sua independência, no dia 28 de novembro de 1975. Essa decisão foi feita de uma forma desesperada na esperança de encontrar aliados para que pudesse haver uma mudança na postura da indonésia de realizar a sua intervenção militar. Não houve tempo suficiente para isso e em menos de duas semanas a República Democrática de Timor-Leste foi invadida por forças indonésias (CUNHA, 2001, p. 132).

No dia 07 de dezembro de 1975 houve a invasão da indonésia. “Às 2 horas da madrugada, navios indonésios começaram a bombardear a periferia de Dili, onde acreditavam que as Falintil – braço armado da Fretilin – tinham baterias de artilharia. Às 5 horas da madrugada, aviões despejavam paraquedistas na zona portuária. Soldados indonésios começaram a espalhar a violência pela cidade, como demonstra a transmissão da rádio da Fretilin, de Dili, nas primeiras horas do dia da invasão. Além dos inúmeros assassinatos, os soldados indonésios também saqueavam casas e igrejas e mandavam os bens roubados via navio para a Indonésia. Grande parte da população fugiu para as montanhas tentando escapar das forças indonésias” (SPIELER, 2007, p. 24-25).

“Alguns dias depois da invasão a Dili, soldados indonésios foram para outras cidades importantes, e, eventualmente, também para o interior. No Natal, os militares indonésios, que já contabilizavam dez mil, receberam um suplemento de mais quinze a vinte mil. Em meados de fevereiro de 1976, sessenta mil habitantes do Timor Leste já tinham sido mortos” (SANTANA 1997, apud SPIELER, 2007, p. 25). Segundo Silvestre, “Cabe ressaltar que em parte do período entre 1977-1979, grande parte da população timorense vivia nas montanhas, apoiando os combatentes de resistência. Nessa ocasião, o controle indonésio limitou-se aos principais centros urbanos. No entanto, o emprego de aviões OV-10 Bronco, fornecido pelos EUA em 1978, permitiu às forças invasoras bombardear regiões de homizios da população, destruindo depósitos clandestinos para o abastecimento das forças de guerrilha, proporcionando importantes vantagens aos invasores” (SILVESTRE, 2004, p. 39). É importante ressaltar também que “o governo indonésio promoveu uma eleição democrática de fachada, com o objetivo de dar um esclarecimento à opinião pública internacional quanto às suas possíveis intenções pacíficas, demonstrando desejar escolher o administrador do vizinho ocupado. Durante o processo eleitoral, somente o partido do governo tinha liberdade de realizar campanha e, como se não bastasse, os militares indonésios compeliavam, sob ameaça, os

timorenses a votarem no candidato do governo, manipulavam os resultados e apresentavam maior número de eleitores do que havia na realidade, para garantir o resultado desejado pela administração indonésia, subjugando o povo timorense e o seu direito de autodeterminação. Ainda assim, a Indonésia continuava reprimindo as guerrilhas e manifestações nacionalistas, empregando forte ação militar, resultando em diversos incidentes, como o do cemitério de Santa Cruz, na capital do Timor Leste, em setembro de 1991, quando militares indonésios abriram fogo sobre manifestantes civis desarmados, deixando um saldo de 273 mortos e 255 desaparecidos, colocando a questão timorense novamente no foco das atenções, deixando claro que a integração não era pacífica e ainda não estava consumada.” (SILVESTRE, 2004, p.39).

Os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (Palop) foram os mais ativos advogados da causa da autodeterminação timorense e seus chanceleres manifestaram até 1984, “preocupação por Portugal não assumir com clareza suas responsabilidades históricas, políticas e jurídicas na questão de Timor” (CUNHA 2001, p. 191). Essas iniciativas não passaram em branco pelas lideranças a ponto de terem recebido o reconhecimento do então líder do Conselho Nacional de Resistência Maubere. “Há de se assinalar que a reação timorense contra a invasão indonésia contava com o apoio da ONU, embora de forma subjetiva, por intermédio de dez resoluções, condenando esta atitude, manifestando-se a favor da autodeterminação” (SILVESTRE, 2004, p. 41). Ainda segundo Silvestre (2004) parte da Comunidade Europeia apoiou os timorenses com uma moção de condenação, sendo seguida pela Comissão de Direitos Humanos, reunida em Genebra. Mas, de fato, as ações da FALINTIL e o apoio prestado pelos Palop, ONU e Comunidade Europeia só começaram a surtir resultados positivos quando outros dois importantes personagens, defensores da luta pela causa timorense, tiveram merecido reconhecimento internacional. Em 1996, o bispo Carlos Belo e o ativista exilado José Ramos Horta, receberam o Prêmio Nobel da Paz, fazendo com que o conflito retornasse aos noticiários de todo mundo, após anos de omissão, conferindo uma maior dimensão à pujança daquele povo. A pressão internacional sobre a Indonésia atingiu seu auge em 1998, quando o presidente Habibí, da Indonésia, decidiu por uma consulta popular, sob o patrocínio da ONU, para definir o futuro timorense. A população deveria, então, opinar pela independência ou pela anexação, com certo grau de autonomia (SILVESTRE, 2004, p. 41-42).

2.4 AS OPERAÇÕES DA ONU

O plebiscito foi conduzido pela Missão das Nações Unidas em Timor Leste (UNAMET), criada pela ONU, em 30 de agosto de 1999, missão criada para dar as condições necessárias e verificar o plebiscito envolvendo a proposta da Indonésia de autonomia especial a qual houve um comparecimento de 90% dos eleitores às urnas que acabou com a rejeição de 78,5% desses eleitores, o que deu margem a independência do Timor-Leste (SILVESTRE, 2004, p.43).

Segundo Cunha (2001), ao saberem do resultado:

“Milícias, contrárias à independência, lançaram uma onda de violência contra a população civil, marcada por atrocidades e assassinatos, acompanhados da destruição do país, sem que as forças policiais e militares indonésias tenham mostrado capacidade ou disposição de intervir, gerando gravíssima situação humanitária. Em consequência do agravamento da situação, o Conselho de Segurança da ONU enviou a Jacarta uma missão de embaixadores e realizou, em 11 de setembro, uma sessão aberta, na qual os Estados-membros, manifestaram repúdio à deterioração da situação em Timor-Leste. No dia seguinte, o governo indonésio anunciou a aceitação do envio de uma força multinacional ao território. Aprovada em 11 de setembro de 1999, pela Resolução número 1264 do Conselho de Segurança da ONU, a INTERFET liderada pela Austrália, onde também estavam os seguintes países: Alemanha, Bangladesh, Brasil, Canadá, Coreia do Sul, Dinamarca, Estados Unidos, Egito, França, Filipinas, Irlanda, Itália, Jordânia, Quênia, Malásia, Noruega, Portugal, Reino Unido, Singapura e Tailândia. Tiveram a missão de restaurar a paz e segurança e facilitar as operações de assistência humanitária, além de proteger e apoiar a UNAMET no cumprimento do seu mandato, fazendo valer o resultado da consulta popular. O mandato da INTERFET durou até fevereiro de 2000 e, nesse período, uma de suas principais tarefas foi desarmar as milícias.” (CUNHA, 2001, p.230).

Rizzi (2010) acrescenta que “logo após a chegada da Força Internacional no Timor-Leste (INTERFET), em setembro de 1999, as Forças Armadas e autoridades indonésias começaram a abandonar o território, embora o governo indonésio continuasse a afirmar que manteria as suas responsabilidades com o Timor até o ato de anexação ser revogado pelo parlamento. Segundo os Acordos de Nova Iorque, nessa fase, as Nações Unidas administrariam transitoriamente o território no caso de uma vitória da independência”. O parlamento indonésio

aprovou unanimemente, em 19 de outubro 1999, a revogação do ato de anexação do Timor-Leste (1976) e assim o Conselho de Segurança aprovou a criação de uma Administração Transitória das Nações Unidas no Timor-Leste (UNTAET) para atuar até 31 de janeiro de 2001, devendo o componente militar da UNTAET substituir a INTERFET. “Os elementos fundamentais do mandato da UNTAET eram garantir a segurança e a ordem no território timorense; estabelecer sua administração efetiva; contribuir para o desenvolvimento dos serviços sociais e civis; assegurar a coordenação e distribuição de ajuda humanitária, reabilitação e assistência ao desenvolvimento; apoiar o desenvolvimento de capacidades de autogoverno; e apoiar a criação de condições para um desenvolvimento sustentável” (RIZZI, 2010, p.68). Ainda no final de outubro de 1999, os últimos militares indonésios deixaram o território timorense, colocando fim aos 24 anos de ocupação militar onde mais de 200mil timorenses foram mortos e o Alto-Comissariado das Nações Unidas para Refugiados calcula que aproximadamente outras 200 mil pessoas tenham fugido da região. (SPIELER, 2007, p.43)

Tal plano teve seu auge nas eleições legislativas, em 2001, com a promulgação da Constituição Nacional, em 2002, e com as eleições presidenciais, em 2002, quando elegeram Xanana Gusmão, da Fretilin, o primeiro presidente do Timor-Leste, em 20 de maio de 2002, fazendo assim com que o Timor-Leste torna-se totalmente independente.

Segundo Rizzi (2010), a Missão das Nações Unidas de Apoio ao Timor-Leste (UNMISSET) teve o mandato de 2002 até maio de 2005, e tinha como objetivo dar assistência para o Timor-Leste, que havia acabado de se tornar independente. No fim do mandato da UNMISSET foi criado um escritório da ONU no país, inaugurando a missão política das Nações Unidas no Timor, o Escritório das Nações Unidas em Timor-Leste (UNOTIL), que iria durar de maio de 2005 até maior de 2006, dando o apoio necessário para o desenvolvimento e aprimoramento das instituições estatais, e dando treinamentos a respeito de governança democrática e direitos humanos e também dando condições mudar situação no país e dessa forma fazendo com que as tropas apoiassem o governo local (RIZZI, 2010, p. 69). Apesar disso, entre fevereiro e março de 2006 um motim realizado por militares aconteceu e forçou o Primeiro-Ministro demiti-los. Mas esse choque promoveu um levante nas Forças Armadas e generalizou uma desordem civil que matou milhares de timorenses e mais de 155mil tiveram que fugir de suas casas. A situação só voltou ao normal quando se prorrogou o mandato da UNOTIL e do envio de tropas para assistência militar-policial da Austrália, Nova Zelândia, Malásia e Portugal. Após a chegada dessas forças o próprio governo criou um Comando Conjunto para uma força conjunta da polícia e do exército nacional, que durou 4 meses, para

reforçar o policiamento nos centros urbanos e esclarecer as motivações rebeldes. Segundo Rizzi (2010), por meio da Resolução nº 1704, de 25 de agosto de 2006, o Conselho de Segurança da ONU estabeleceu a Missão Integrada das Nações Unidas no Timor-Leste (UNMIT), que teve um mandato longo para que o país pudesse superar o levante realizado no início daquele ano. Nessa missão foram empregados cerca de 1.500 agentes policiais, militares e funcionários da organização (RIZZI, 2010, p. 70).

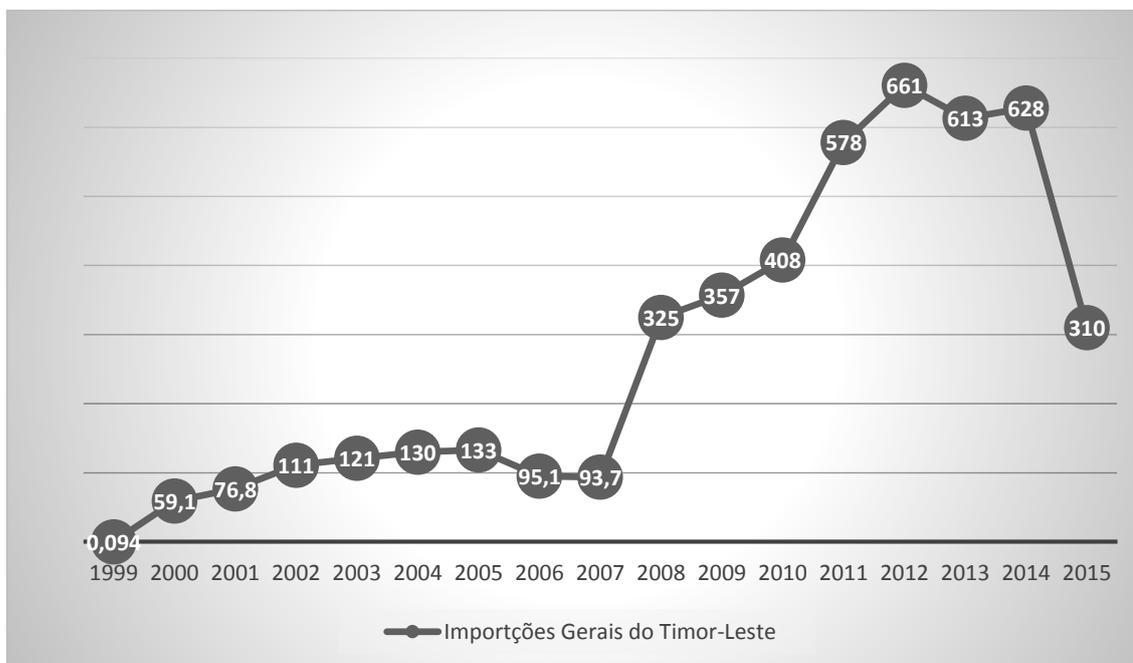
2.5 O PÓS-ONU

A UNMIT finalizou o seu mandato em 2012, deixando o país após 6 anos, sendo que a ONU iniciou suas Operações em 1998, com o estabelecimento do plebiscito em 1999, totalizando assim 14 anos. E desde 1999 o Timor-Leste vem tendo uma grande evolução no seu nível de Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Segundo dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) temos base para constatar essa evolução. Para fins de comparação: o Timor-Leste passou a ter registros na entrada do novo milênio (2000), logo nessa primeira medição vemos que o país teve o seu IDH avaliado em 0,418. Na segunda medição do país, em 2005, teve o seu IDH avaliado em 0,461 crescendo 0,043 nesse período de 5 anos, outros países como, por exemplo, o Brasil, no mesmo período, de 2000 a 2005, cresceu, respectivamente, de 0,669 para 0,710, totalizando um aumento de 0,041 pontos no índice. Já na terceira medição realizada em 2007, apenas 2 anos depois, teve seu IDH avaliado em 0,519 tendo assim crescido 0,058 desde a última avaliação, cresceu mais nesses dois anos do que nos 5 anos que seguiram a primeira medição. Em 2010 houve a quarta medição do IDH do Timor-Leste foi avaliado em 0,565 crescendo 0,046 desde a última medição e crescendo um total de 0,147 em uma década. Nos anos que se seguiram o Timor-Leste foi avaliado, em 2011, em 0,571 e, em 2012, em 0,576, crescendo de 2010 a 2012, 0,011 na avaliação. Podemos analisar que de fato houve uma grande melhora na qualidade de vida da população, em base ao IDH (PNUD, 2013, p.156).

Porém, para analisar os possíveis interesses de algumas das Estados-Nações que participaram dessas operações da ONU no Timor-Leste, selecionaremos 3 Estados-Nações que mais se envolveram (numericamente segundo dados da UNMISSET), Austrália (com 111 pessoas), Brasil (com 143 pessoas) e Fiji (com 137 pessoas), e outros três países, Malásia, Nova Zelândia e Portugal, totalizando 6 países de um total de 29 que participaram desta missão (SC/2005/310)

Para responder a essas perguntas verificaremos a balança comercial de tais países, um a um, com relação às importações realizadas pelo governo timorense desde o início da sua “pseudo-independência” em 1999 até 3 anos depois do fim da atuação da ONU naquele país, sendo o ano de 2015. Conforme o gráfico abaixo observamos a evolução comercial desses países com o Timor-Leste no período de 1999 até 2015.

Figura 2: Importações Gerais do Timor-Leste, em milhões de US\$



Fonte: Observatory of Economic Complexity (OEC) – MIT

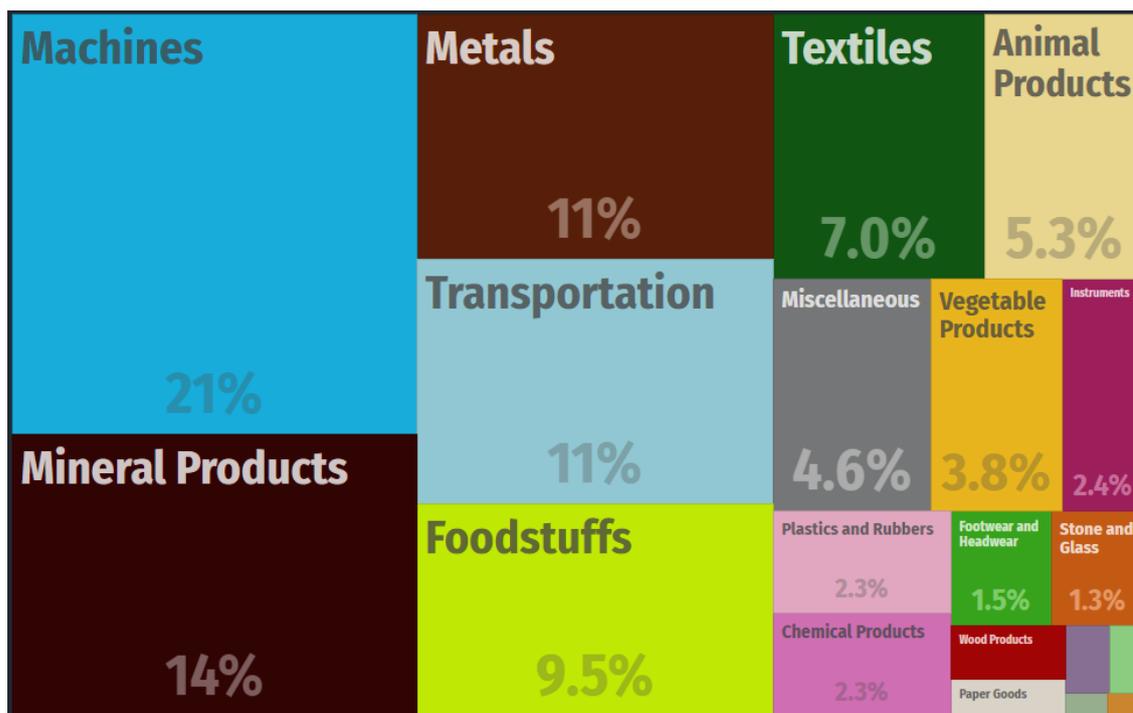
Primeiramente vemos no gráfico acima o fluxo das Importações do Timor-Leste durante o período de 1999 até 2015. Durante esta pesquisa de dados, não foi encontrado dados sobre o comércio do Timor-Leste antes de 1999, pelo motivo de o país não existir. Verificamos que durante o período de 2000 a 2007, de forma geral, houve poucas alterações no volume de importação gerais do Timor-Leste, já nos anos seguintes esse panorama mudou completamente ao observarmos que em 2007, o valor total importado era de 93,7 milhões de Dólares, no ano seguinte era de 325 milhões de dólares e em 2012 atingiu o valor máximo, até então, de 661 milhões de dólares, valor que se manteve durante os dois anos seguintes e voltaram a cair em 2015.

Podemos observar nesse gráfico que houve uma grande evolução nas importações gerais pelo Timor-Leste no período em que houve as operações de paz da ONU, algo que bate com os dados de evolução do país em modo geral como vimos anteriormente, pelas análises de IDH feito pelo PNUD. Mas que também pode ser relacionada à interesses de outros países pois

podemos comparar esse gráfico com a parte histórica das operações e percebemos que após o levante de 2006 houve uma maior pressão para que houvesse paz no timor e em seguida a esse momento histórico percebemos que o gráfico de importação só aumentou até o momento auge em 2012, ano final da missão onde já se acreditou que o país já estava suficientemente estável.

Segue abaixo um gráfico com os tipos de produtos importados pelo Timor-Leste para compreendermos melhor essa interação comercial:

Figura 3: Percentagem das Importações do Timor-Leste, em 2013.



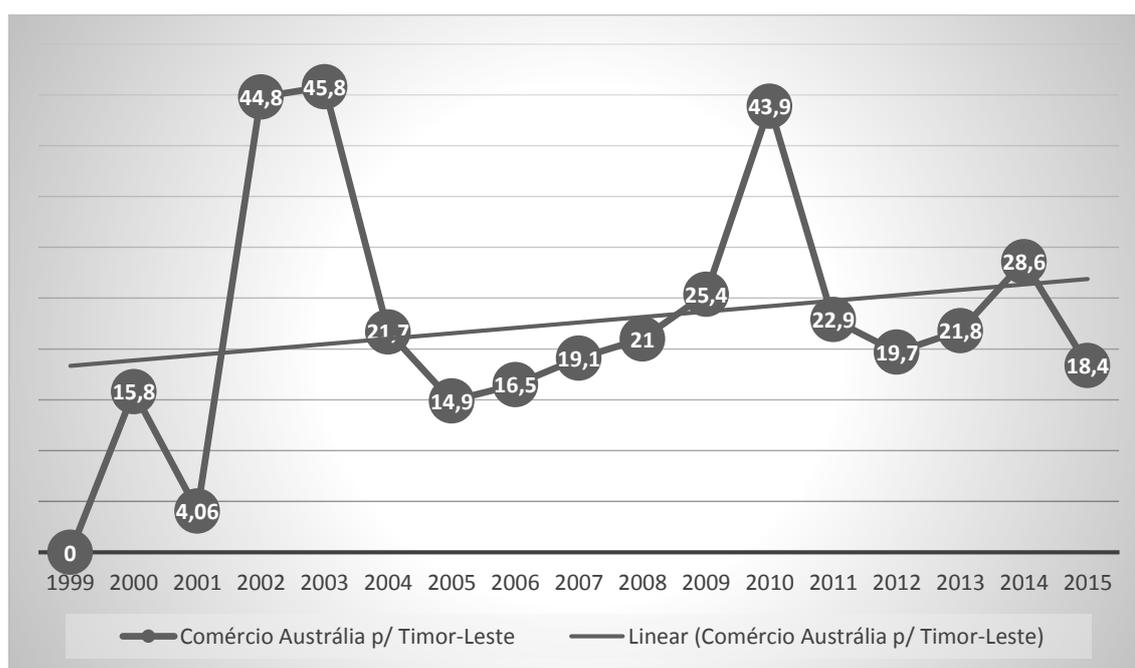
Fonte: Observatory of Economic Complexity (OEC) – MIT

Se observarmos o gráfico abaixo, focado na Austrália, observaremos que desde que houve a Independência do Timor-Leste houve uma grande importação dos produtos australianos para os mercados timorenses. Esse grande volume é claramente observado na comparação dos 4 primeiros anos onde a importação de produtos australianos pelos timorenses era zero e passou a tocar o montante de 48.8 milhões de dólares, com a participação de 40% nos produtos importados pelo Timor-Leste, nos anos que se seguiram houve uma grande diminuição desse montante chegando ao mínimo de 14.9 milhões de dólares em 2005 e voltando a crescer novamente após esse ano. É interessante observarmos que ao longo desses 13 anos de missões da ONU no Timor-Leste a curva linear do comércio com a Austrália foi ascendente. Após o fim das Missões da ONU a curva de exportação de produtos australianos para o Timor-Leste continuou a crescer, chegando em 2013 a quantia de 21.8 milhões de dólares, 2014 a

quantia de 28.6 milhões de dólares e havendo uma queda no último ano observado, 2015, para 18.4 milhões de dólares. Nesse mesmo período é interessante observar que a Austrália, em 2000, tinha suas exportações gerais girando em torno de 69.6 bilhões de dólares, em 2002 esse valor era de 71.8 bi, em 2005 alcançou os 108 bi, já no ano de 2008 passou para 211 bi, em 2010 era 224bi, em 2015 diminuiu para 191 bilhões (OEC).

Analisando tais estatísticas podemos observar que houve um aumento significativo no comércio entre a Austrália e o Timor-leste, ao ponto da Austrália chegar a ser responsável por 40% das importações realizadas pelo Timor-Leste. Sua posição pode ter sido estratégica para esse aumento das exportações, tendo em vista a localização ser muito próxima, mas além desse ponto econômico é importante ressaltar que o papel da Austrália como líder dessa missão pode não ter sido por acaso, mas sim uma possível ambição em se consolidar como uma liderança regional, frente a Nova Zelândia e a própria Indonésia, que com essa operação acabou perdendo um território.

Figura 4: Importação do Timor-Leste em relação a produtos Australianos, em milhões de US\$.



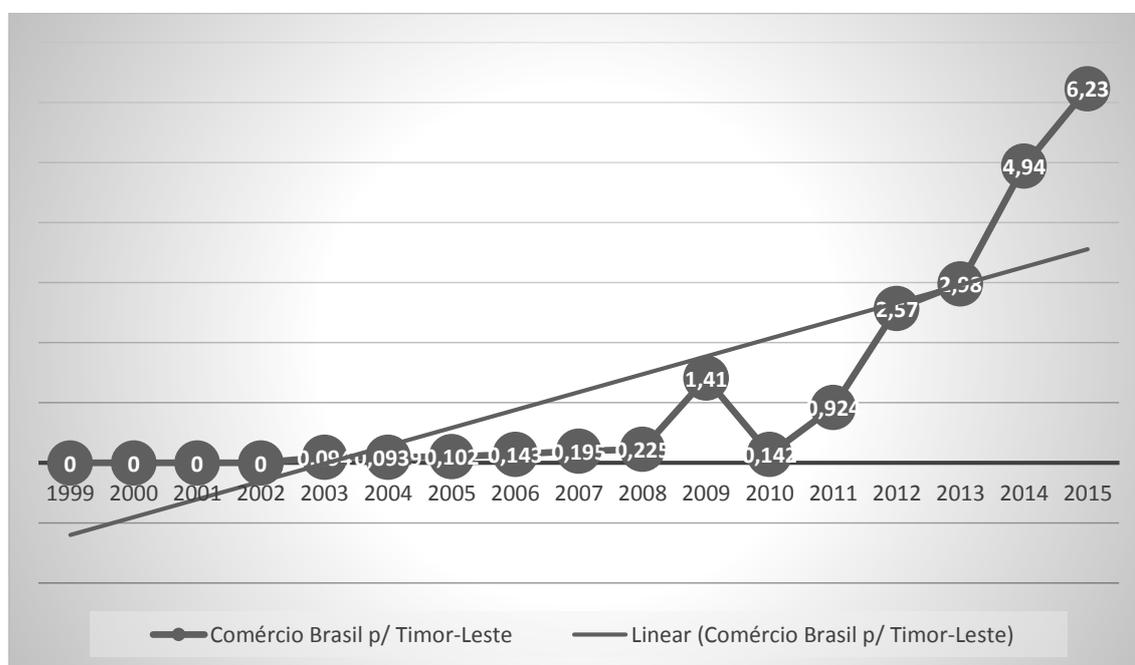
Fonte: Observatory of Economic Complexity (OEC) – MIT

Segundo dados do OEC, reparamos, no gráfico abaixo, que desde que houve o início das operações da ONU no Timor-Leste o Brasil só foi começar a exportar para o Timor-Leste em 2003, abrindo as exportações com um montante baixo de 94 mil dólares, evoluindo ao passar dos anos de um forma de que em 2006, esse montante chegava aos 102 mil dólares e em 2009 já atingia aos 1.41 milhões de dólares exportados, em 2012 o número ganhou na balança

comercial brasileira em relação ao Timor-Leste alcançava aos 2.57 milhões de dólares e no último dado obtido esse valor já era 6.23 milhões de dólares. No mesmo período avaliado o Brasil teve, em 2000, um montante exportado no valor 57.6 bilhões de dólares, três anos depois eram de 77.5 bilhões de dólares, em 2006 exportava um montante de 143 bilhões de dólares, em 2009 esse valor chegava aos 158 bilhões de dólares, em 2012 era de 248 bilhões de dólares e no último ano avaliado era de 196 bilhões de dólares.

Nesse caso brasileiro podemos analisar que provavelmente participou dessa operação com outros objetivos além dos econômicos, devido ao fato de que não foi observado ao longo dos anos da operação um grande aumento das exportações brasileiras ao Timor-Leste. No ponto de vista político, o Brasil pode ter utilizado essa operação para ganhar mais prestígio no cenário internacional e poder se posicionar como uma das lideranças regionais na América do Sul. Na visão militar o Brasil levou várias pessoas para essa missão o que pode ter sido um ponto fundamental para que mais tarde o Brasil tivesse força internacional o suficiente para liderar a missão no Haiti, pois teria pessoas treinadas e com experiência para comandar uma futura missão. Um ponto ainda não abordado é que o Brasil pode ter participado dessa operação por motivo Identitário, tendo em vista que o Brasil e o Timor-leste são países que foram colônia de Portugal.

Figura 5: Importação de produtos Brasileiros pelo Timor-Leste, em milhões de US\$.

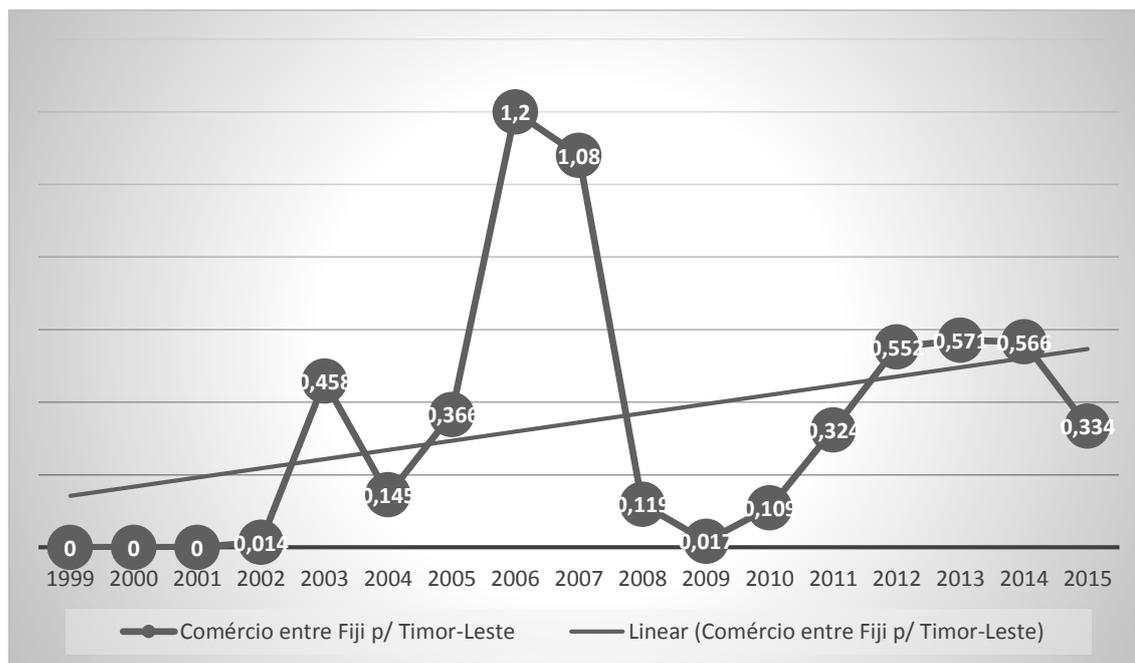


Fonte: Observatory of Economic Complexity (OEC) – MIT

Sobre os dados comerciais das exportações de Fiji para o Timor-Leste vemos que, apenas em 2004, após 5 anos da independência do Timor-Leste, houve um número da exportação de Fiji para o Timor, e o valor foi de 14 mil dólares, em 2004 esse valor subiu para 458 mil dólares, houve uma queda nos dois anos seguintes e em 2006 esse valor atingiu a marca de 1.2 milhões de dólares, valor que não viria a ser atingido novamente pois nos anos seguintes houve uma grande redução nesse valor, chegando, em 2009 ao valor de 17 mil dólares e após esse período as exportações de Fiji para o Timor voltou a subir mas se estabilizou entre 2012 a 2014 por volta dos 550 mil dólares e voltou a cair em 2015, como podemos observar no gráfico abaixo. No mesmo período analisado Fiji teve um total de 703 milhões de dólares em 2000, em 2005 foi de 887 milhões de dólares, em 2010 foi de 1.09 bilhões de dólares e no último ano selecionado o valor total exportado era de 957 milhões de dólares.

Logo, ao analisarmos o total da participação de Fiji identificamos o provável interesse militar ao participar da operação de paz no Timor-Leste, pelo fato de ter sido o segundo que mais enviou cidadãos para integrarem as tropas da ONU. Podemos observar que o interesse econômico não seria bem visto com um dos interesses possíveis pois esse país não teve uma evolução muito grande no volume das exportações. O aspecto humanitário também pode ter sido o fator, ou um dos fatores que tenham levado Fiji a participar dessas operações, outro aspecto é o Político, onde Fiji pode ter participado dessa operação para assim como outros países, ter mais prestígio no âmbito internacional.

Figura 6: Importações de produtos de Fiji pelo Timor-Leste, em milhões de US\$.



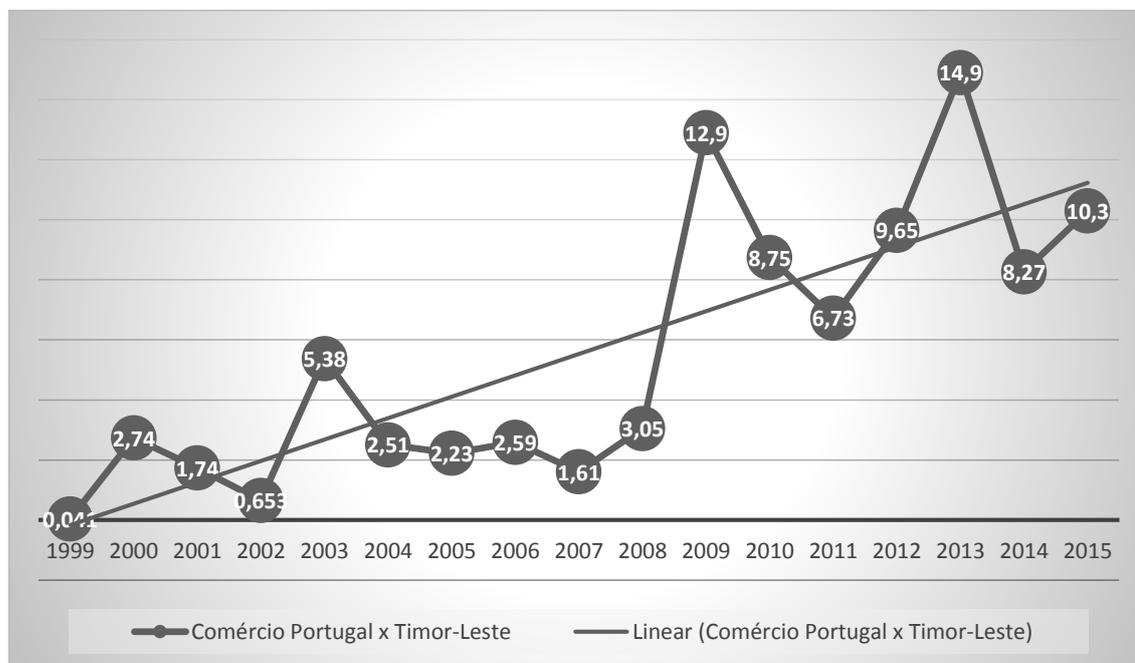
Fonte: Observatory of Economic Complexity (OEC) – MIT

Com o gráfico abaixo podemos focar nas variações do fluxo de importações de produtos portugueses pelo Timor-Leste nos 13 anos das Operações da ONU. Podemos observar que a princípio a relação timorense-portuguesa não trouxe a Portugal um ganho tão expressivo nas exportações como ocorreu em relação a Austrália, talvez a distância seja um dos fatores que possam explicar essa diferença, mas o fato é que as exportações portuguesas que em 1999, eram de 42 mil, arredondando, passaram a ser de 2.4 milhões no ano seguinte, 2000, e em três anos, 2003, Portugal chegou exportar para o Timor-Leste 5.38 milhões de dólares, em 2009 chegou atingiu o máximo de sua série histórica, durante as Operações da ONU, exportando 12.9 milhões de dólares, após o fim das operações as exportações portuguesas para o Timor continuaram a crescer, atingindo em 2013 um total de 14.9 milhões de dólares, no ano seguinte caiu para 8.27 milhões de dólares e em 2015 voltou a aumentar para 10.3 milhões de dólares. Nos 16 anos avaliados constata-se que a evolução linear da exportação de Portugal para o Timor-Leste foi crescente, ainda mais do que da Austrália. Portugal no mesmo período exportou para o resto do mundo um total de 24.6 bilhões de dólares em 2000, já em 2005 esse valor subiu para 38.2 bilhões de dólares, em 2010 esse valor foi para 48.7 bilhões de dólares, e no último ano avaliado o valor das exportações foi de 55.1 bilhões de dólares.

Para analisar os possíveis interesses portugueses no Timor-Leste temos primeiramente observar que o Timor-Leste era uma colônia portuguesa e que todo o processo de independência

desse novo país foi bastante complicado. Logo, há uma grande possibilidade de dos interesses de Portugal ao participar dessa missão serem baseados em um Compromisso Identitário. Do ponto de vista comercial podemos observar que durante o período da operação de paz, Portugal conseguiu aumentar suas exportações para o Timor-Leste, mesmo essas sendo quase que irrelevante para Portugal, se observarmos as exportações totais de Portugal.

Figura 7: Importações de produtos portugueses pelo Timor-Leste, em milhões de US\$.



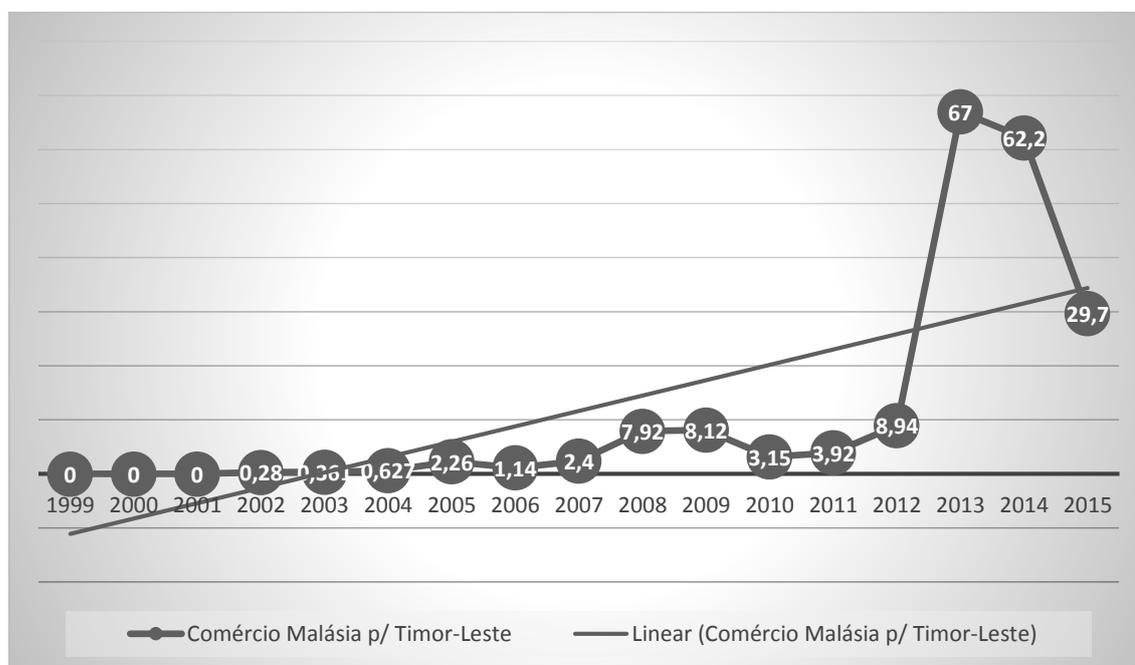
Fonte: Observatory of Economic Complexity (OEC) – MIT

Passando a observar a Malásia, no gráfico abaixo, constata-se que diferentemente dos dois primeiros países de análise não houve uma evolução tão repentina como o ocorrido com a Austrália ou com Portugal, mas com a Malásia esse processo se deu de forma mais lenta. A exportação de produtos malaios ao Timor só passou a existir após 2002, porém de forma muito menos do que a observada anteriormente, tendo exportado cerca de 280 mil dólares em produtos para a ilha. As exportações de produtos malaios só passaram a ganhar um volume considerável em 2006, coincidentemente esse foi justamente no período de início da UNOTIL e em 2006, também coincidentemente, ou não, foi quando houve o levante militar no Timor-Leste onde tropas malaias foram solicitadas a participar para a volta da normalidade no país. É interessante observar que em 2004 as exportações de produtos malaios ao Timor girava em torno de 627 mil dólares e em 2006 o valor passou a ser de 1.14 milhões de dólares, em 2007 de 2.4 milhões de dólares, em 2008 de 7.92 milhões de dólares e em 2009 chegou a bater os 8.12 milhões de dólares., número q diminuiu no ano seguinte em 2012 voltou a subir, passando dos 8.94 milhões

de dólares, e até que em 2013 houve um pico de 67 milhões de dólares ganho em produtos exportados da Malásia para o Timor-Leste, número que no ano seguinte caiu para 62.2 milhões de dólares e em 2015 foi para 29.7 milhões de dólares. Observamos assim que a partir de 2006 a 2013 houve uma gigantesca curva ascendente nas exportações de produtos malaios ao Timor-Leste fazendo que a curva linear que existia de 1999 a 2005, que era quase estável se tornasse ao analisar os 16 anos uma linha crescente, como a portuguesa, talvez maior, e, com certeza, maior do que a australiana. Nesse mesmo período a Malásia tinha em 2000 o valor de suas exportações na casa dos 104 bilhões de dólares, em 2005 foram 166 bilhões de dólares, em 2010 subiu para 223 bilhões de dólares e em 2012 o valor era de 258 bilhões de dólares e no último ano avaliado nessa pesquisa o valor caiu para 255 bilhões de dólares.

Observando o gráfico abaixo podemos dizer que a Malásia, a princípio, não foi incentivada a participar de essa operação por motivos econômicos, tanto que não tiveram grandes alterações comerciais durante o período da operação de paz, porém após o período das operações o comércio cresceu muito. Assim no caso da Malásia podemos ressaltar que uma das probabilidades é que tenha participado da operação de paz por uma Causa humanitária, na região, também não podemos descartar a probabilidade da Malásia ter participado dessas operações como uma das formas de se promover internacionalmente e para dar a seus cidadãos treinamento para manter suas tropas organizadas e bem treinadas.

Figura 8: Importação de produtos malaios pelo Timor-Leste, em milhões de US\$.

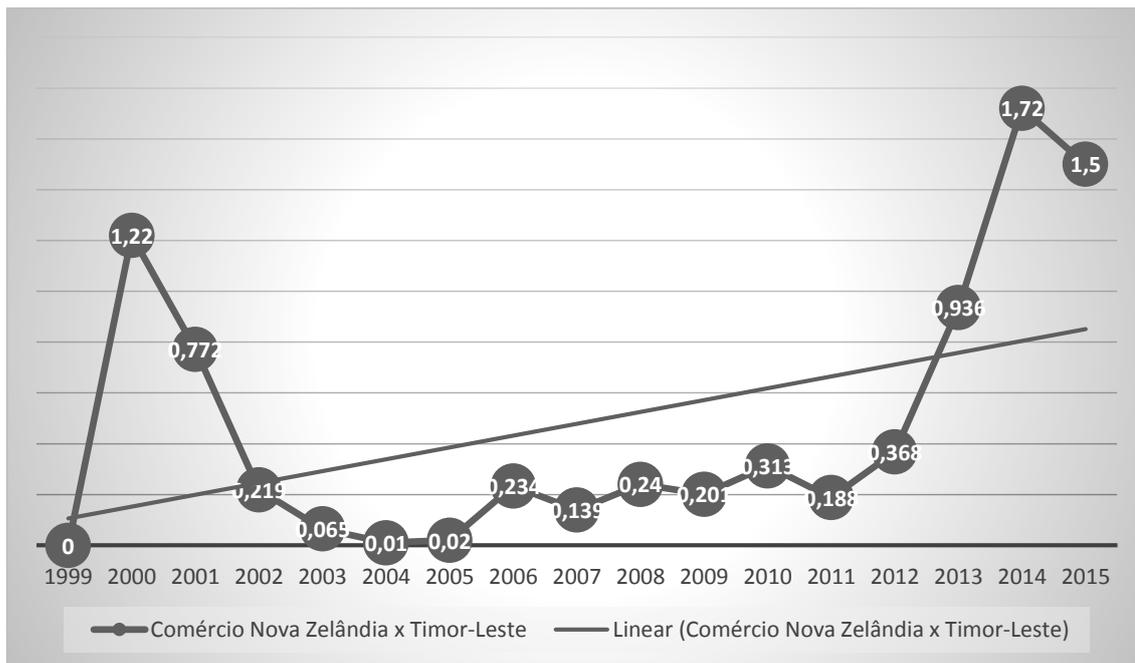


Fonte: Observatory of Economic Complexity (OEC) – MIT

Sobre a Nova Zelândia o podemos falar, observando o gráfico abaixo, que diferentemente do que aconteceu com os três países anteriormente citados, ela no início teve uma importante participação nos produtos importados pelo Timor-Leste, tendo em 2000 um montante de 1.2 milhões de dólares exportados. Após 2000 o montante exportado pela Nova Zelândia ao Timor-Leste diminuiu muito, chegando a crescer em determinados momentos, como nos últimos três anos avaliados, 2013 à 2015, que subiu em comparação aos outros anos, de 368mil dólares, em 2012, para 1.72 milhões de dólares, em 2014, mas no geral podemos afirmar que Nova Zelândia teve ao longo do tempo uma participação quase que inexpressiva se fossemos colocar em consideração outros países que participaram das operações da ONU e uma participação muito menos expressiva se compararmos a todas as importações do Timor-Leste veremos que a participação da Nova Zelândia (NZ) é extremamente baixa, algo diferente ao observado com os outros países acima citados. O que pode explicar essa diferença em relação aos outros países é que não necessariamente um país busque participar de tais operações com algum interesse monetário, mas podem existir outros como, por exemplo, conquistar um maior aprendizado a seus militares, atingir um objetivo ideológico, entre outros que talvez sejam impossíveis de detectarmos com análise em dados. Podemos reparar que no mesmo período a NZ exportou em 2000 cerca de 14.3 bilhões de dólares, em 2005 esse valor era de 22.9 bilhões de dólares, 31.4 bilhões de dólares em 2010 e 35.8 bilhões de dólares no ano de 2015.

Na análise da Nova Zelândia é interessante observarmos que, assim como a Austrália, a NZ também pode ter se envolvido nessa operação por ser próxima ao seu território aproveitando para provavelmente demonstrar também uma certa liderança na região. E que é improvável que algum interesse econômico tenha sido o fator motivador para que a NZ tenha participado de tal ação, devido ao fato de não havermos analisado um aumento durante todo o período da operação. Logo, um dos motivadores pode ter sido um apego a causa Humanitária, devido ao grave conflito na região que pode ter sensibilizado o governo local para deslocar seus cidadãos para ajudar a melhorar a situação no Timor-Leste.

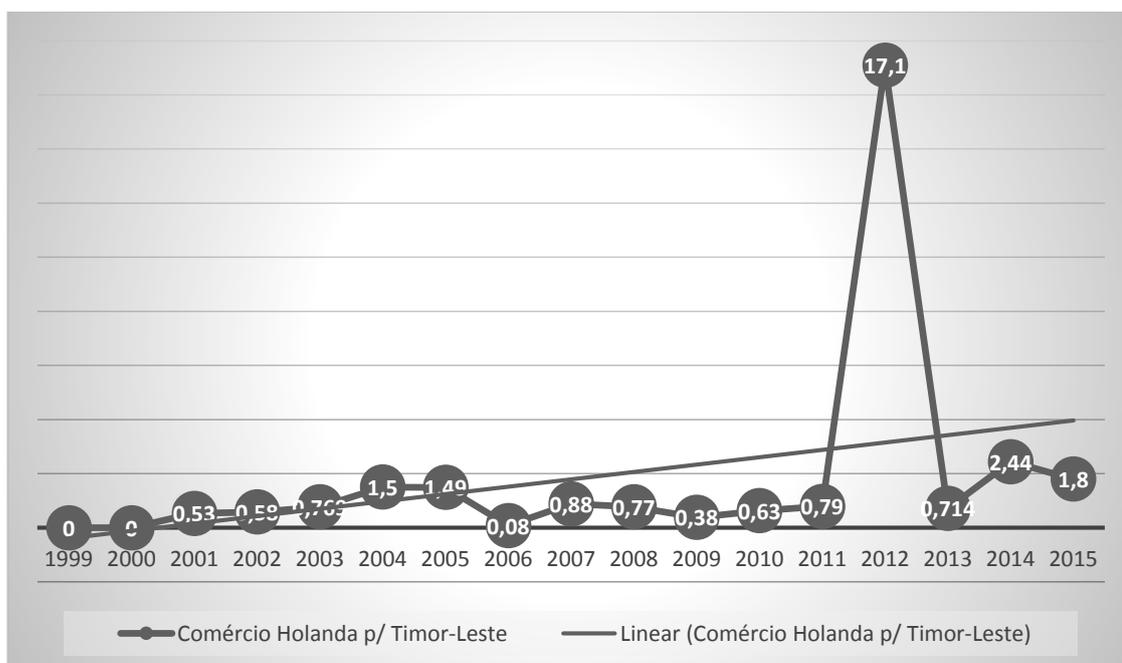
Figura 9: Importações de produtos neozelandeses pelo Timor-Leste, em milhões de US\$.



Fonte: Observatory of Economic Complexity (OEC) – MIT

Para completar essa análise é fundamental observarmos um Estado que não tenha participado desta operação e que tenha um grande volume de exportações globais, para observarmos se o surgimento dessa operação causou algum impacto na exportação deste país para o Timor-Leste, e um Estado que se encaixa nesse aspecto é a Holanda.

Figura 10: Importações de produtos holandeses pelo Timor-Leste, em milhões de US\$.



Fonte: Observatory of Economic Complexity (OEC) – MIT

Nos primeiros anos da missão não encontramos dados sobre o comércio entre esses dois países, em 2001 encontramos o primeiro dado de exportação de produtos holandeses para o Timor-Leste mesmo que com um valor muito pequeno, valor esse que se manteve a baixo da casa dos 1 milhão de US\$ até 2004, ficando até 2005 e voltando a cair a partir do ano seguinte e permanecendo baixo até 2012 quando há um pico momentâneo nessas exportações que em 2015 já voltara aos valores próximos aos observados no período anterior a 2012.

Observamos que, em média, a exportação de produtos holandeses para o Timor-Leste não foi alterado em grande parte durante o período observado, com exceção de 2012, que as exportações holandesas subiram extremamente e logo caíram para um valor semelhante ao anterior no ano seguinte. As pequenas alterações podem constatar que as operações de paz podem ser um meio mais fácil de um país entrar em contato com outro e assim colocar seus produtos em uma maior possibilidade de serem negociados. O fato da Holanda não ter participado dessa operação no Timor-Leste apenas fez com que os seus produtos fossem exportados de uma maneira mais natural e sem tantos picos no período próximo do início da operação, como pudermos observar que foi o caso de outros países.

2.6 CONCLUSÃO

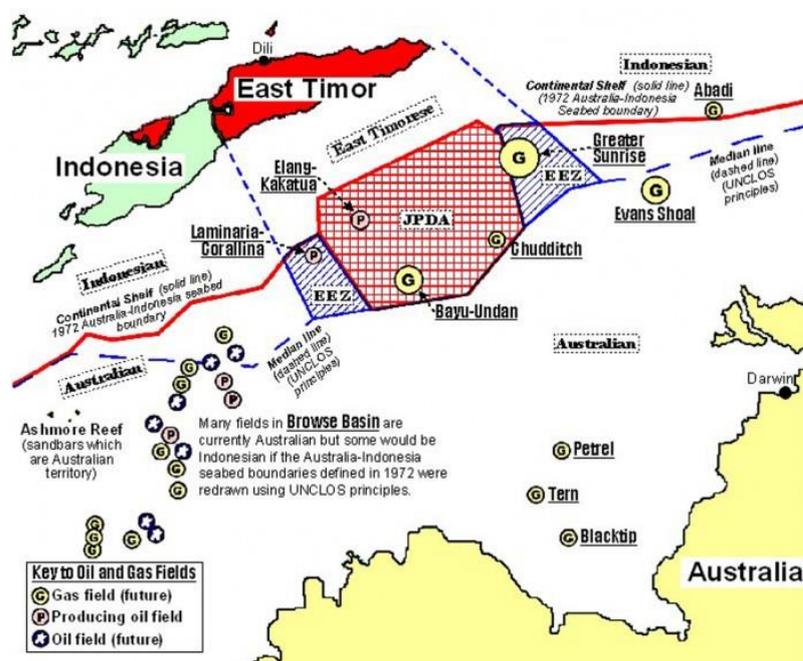
Podemos concluir fazendo uma observação do quão importante foi a participação dos países do PALOP ao fazerem pressão, ainda que por não serem muito fortes no cenário internacional como outros países tenha sido pequena, mas o importante é que eles fizeram barulho no cenário Internacional. Mas teria sido esse um dos fatores principais pelo qual a ONU passou a observar a situação do Timor-Leste com maior importância, depois de grandes massacres sofrido pela população nativa na década de 70 do século passado, e as potências regionais e mundiais resolveram se conscientizarem do que realmente estava acontecendo na ilha?

Segundo Silvestre, um dos motivos pela mudança de postura tomada pela Austrália, agora apoiando um Timor-Leste independente, tem ingredientes a mais do que apenas um desejo de que defender a paz, a estabilidade e os direitos dos cidadãos timorenses, mas sim pela possibilidade de obtenção de vantagens econômicas além de promover prestígio internacionalmente, e somado ao desejo de esse caso facilitar atingir o seu objetivo de ser líder na sua região. O autor diz ainda que quando a Austrália percebeu que a ONU havia tomado uma postura favorável a independência do Timor-Leste, quase que de uma forma instantânea

percebeu que permanecer apoiando a Indonésia lhe causaria problemas futuros. Então mais prontamente possível atendeu à solicitação do CS e enviou tropas para pacificar a ilha. (SILVESTRE, 2004, p.68-69).

Reparamos que os interesses iniciais, o medo do avanço comunista no Timor, deram o aval para o governo indonésio a anexar o Timor-Leste e que os interesses posteriores, como provavelmente a recente descoberta de reservas de petróleo e gás no mar entre Austrália e a Ilha de Timor, além do direito da população escrito na carta da ONU sobre a autodeterminação dos povos ajudaram a viabilizar a independência do Timor-Leste.

Figura 11: Mapa do campo de exploração de petróleo e gás no mar de Timor.



Fonte: timorhauniandoben.com

As missões da ONU, em conjunto da boa política elaborada pelas lideranças timorenses, ajudaram o país evoluir seu Índice de Desenvolvimento Humano e o que não podemos concluir é que se os países que participam dessas missões da ONU estão envolvidos apenas por interesses econômicos, tendo em vista que o exemplo da Nova Zelândia que teve sua curva linear nas exportações descendente, caso observássemos apenas os anos que houve a missão. Mas não podemos deixar de notar que vários países selecionados para observação tiveram momentos onde tiveram um grande aumento no comércio com o país objeto da operação, e que isso pode ter incentivado a estes a se envolverem em tais operações. Além disso a participação em atividades da ONU pode ser uma forma dos países conseguirem aumentar sua “importância”

no cenário internacional e assim talvez pelear por uma cadeira permanente no Conselho de Segurança, algo que países como o Brasil, por exemplo, tanto deseja.

Percebemos que esta operação de fato mudou a vida da população timorense, segundo os dados do IDH do PNUD, e que de acordo com os institucionalistas esse pode ter sido um dos casos de sucesso, tendo em vista que por meio de uma instituição foi formado um novo país, sem ter tido uma guerra entre nações para que esse acordo fosse mantido. Já do lado realista a independência do Timor nos anos 90 e a sua anexação, pela Indonésia, nos anos 70 explicitam o quão forte, influente e decisivo é o interesse de potências no cenário internacional, tendo em vista que nos anos 70 o medo de que a ilha se tornasse comunista deu o aval ao governo indonésio para anexar a ilha e nos anos 90 o fato da comunidade europeia, entre outras, como o Palop, apoiar a causa timorense fez com que a ilha se tornasse independente.

Nas análises reparamos que alguns países, que participaram das operações de paz, tiveram um grande aumento nas exportações para o Timor-Leste, mesmo que o valor total dessas exportações tenha sido quase que insignificante se comparado com o total exportado por esses países para o resto do mundo, esses países, vendo do ponto de vista timorense, fizeram um grande impacto nas suas relações comerciais, principalmente quando reparamos, por exemplo, a Austrália chegando a ocupar 40% do total das importações realizadas pelo Timor-Leste.

Outro ponto interessante dentro desse aspecto comercial é que muitos países como Brasil e Malásia tiveram um rápido aumento nas exportações no pós-operação o que indica que eles podem ter fortalecido as relações entre os países e que com o final das operações possam ter feitos acordos para que ocorresse esse aumento observado.

Outros países não tiveram grande aumento no comércio com o Timor, como por exemplo a Nova Zelândia, que pode sinalizar que esse país não necessariamente tenha participado da operação tendo em vista o aspecto comercial, mas talvez um incentivo humanitário ou político. Analisando o gráfico de Fiji podemos reparar que não houve um aumento comercial tão forte e nem tão impactante para o Timor-Leste, indicando que o possível interesse não fosse o comercial, porém pelo fato de Fiji ter sido o segundo país a enviar a maior quantidade de pessoal, se contarmos a operação da UNMISSET, provavelmente então o interesse pode ter sido militar, no sentido de desenvolver seus cidadãos treinados e ganharem experiência de campo.

O caso da Holanda nos faz observar que pelo fato desse país não ter participado de tal operação, pode ter influenciado que as exportações holandesas para o Timor-Leste tenham se mantido estáveis, quase que sem aumentar muito durante o tempo, com exceção de 2012, e que dessa forma seria possível analisar que as operações da ONU podem ajudar os países que compõem tal operação a se inserir com maior facilidade dentro do país alvo de tal operação.

Lembro que nessas análises não há uma única vertente, os países podem participar por diversos fatores, podendo incluir vários interesses, ou apenas alguns, aqui apenas analisamos e avaliamos alguns prováveis fatores de interesse.

3 OPERAÇÃO DA OTAN NA BÓSNIA-HERZEGOVINA

3.1 INTRODUÇÃO

Nesse terceiro capítulo abordaremos sobre a missão realizada na Bósnia-Herzegovina, de uma maneira semelhante a apresentada no capítulo 2, sobre o Timor-Leste. O capítulo está separado em cinco partes: A primeira parte tratará sobre o país e sua história; A segunda abordará os acontecimentos que desencadearam no conflito e seus desdobramentos; na terceira parte falaremos sobre as operações que foram empregadas pela Organização do Tratado do Atlântico Norte na Bósnia-Herzegovina após o acordo de paz de Dayton (1995); em seguida, na quarta parte falaremos sobre o impacto dessas operações e a quinta parte trataremos sobre a conclusão.

3.2 A BÓSNIA-HERZEGOVINA

A Bósnia-Herzegovina é um país localizado no Sudeste da Europa, possui uma área de 51.209 Km², uma população com cerca de 3.802.000 de habitantes, sua capital é localizada na cidade de Sarajevo, utiliza o Mark Convertível (BAM) como moeda local e é membro da Organização das Nações Unidas desde 22 de maio de 1992. Segundo o Observatório de Complexidade Econômica do MIT, em 2015 – dado mais recente-, a Bósnia-Herzegovina exportou cerca de US\$ 5.37 Bilhões, dentre os quais 17% foram exportados em produtos relacionados a metais, 12% em máquinas, 9,3 relacionado a produtos diversos, 8.8% a produtos de Calçados/Chapelaria, etc.

Figura 12: Mapa da Bósnia-Herzegovina.



Fonte: Encyclopædia Britannica, Inc.

A história da Bósnia-Herzegovina é repleta de acontecimentos, seu território é datado desde antes do Império Romano, o qual quando conquistou, por volta de deu o nome de Dalmatia, tal região mais tarde seria o ponto de divisão, seguindo o curso do rio Drina, entre o Império Romano do Ocidente, com a capital estabelecida em Roma, e o Império Romano Oriental (também chamado de Império Bizantino), com a capital estabelecida em Constantinopla (atual Istambul). Dessa forma, a região onde se encontra nos dias atuais a Bósnia era um ponto de encontro entre Impérios, pessoas, filosofias e teologias.

Por volta do período da queda do Império Romano, 460 depois de Cristo, tribos Eslavas, incluindo Sérvios, Croatas e Eslovenos, não se tem um consenso sobre o tema, migraram provavelmente de onde hoje se encontra a Ucrânia, Rússia, e ainda se diz que talvez até tenham vindo povos nórdicos para habitar na região, dessa forma experimentaram se desenvolver com as três culturas misturadas. Com a queda do Império Romano mais povos eslavos migraram para a região e esses povos com o tempo adotaram o Cristianismo como religião, devido ao rompimento da ligação da Igreja católica romana com a Bizantina (1054) fez com que mais uma vez o rio Drina fosse ponto de divisão, agora religiosa, os Eslovenos e Croatas se tornaram Católicos Romanos, adotando o alfabeto romano, já os povos de onde hoje se encontram a Sérvia, Montenegro e a Macedônia se tornaram Católicos Ortodoxos, adotando o alfabeto cirílico. (DOMIN, 2001).

Figura 13: Mapa do Rio Drina



Fonte: Internationally Shared Surface Water Bodies in the Balkan Region

Já os Bósnios estavam exatamente na divisa entre esses dois lados e acabou por adotar uma religião vinda de onde hoje se encontra a Bulgária, chamada de Bogomilismo. Essa religião tinha sido erradicada pelos Ortodoxos, e tanto os Ortodoxos e os Católicos Romanos consideravam essa religião herética.

Em 28 de junho de 1389, “*St. Vitus’s Day*”, ocorreu uma importante batalha onde o Rei Lazar da encontrou tropas invasoras do Império Otomano, sob o Comando do Sultão, no Kosovo Polje, durante a batalha o Sultão foi morto e o Rei Lazar acabou perdendo a batalha, faleceu e foi enterrado no campo de batalha. Essa foi uma das várias batalhas que aconteceram durante a expansão do império otomano. Sessenta e quatro anos depois dessa batalha, em 1453, Constantinopla caiu sob domínio dos Otomanos. Kosovo Polje é um evento recordado até os dias de hoje, e em uma dessas comemorações no ano de 1914 houve a visita do arquiduque austríaco Francisco Ferdinando prestigiando o evento, que acabou sendo assassinado, evento que deu início a Primeira Guerra Mundial.

Após 1463, o Império Otomano passou a ocupar a região e por causa dos bósnios não terem apoio nem dos Sérvios (Ortodoxos) nem dos Croatas (Católicos), os bósnios foram mais suscetíveis a adotarem o Islã como religião (DOMIN, 2001).

Durante o século 15 a longa ocupação otomana na Bósnia fez com que houvesse um grande crescimento demográfico na região e devido a perseguições a judeus na Espanha e na França, judeus migraram para Sarajevo, onde conseguiram encontrar uma tolerância religiosa e conseguiram criar uma comunidade ativa, rica e poderosa. Nesse período onde o império otomano começava a se estabelecer na Europa, a Croácia, em união com a Hungria, fez com

que os sérvios que estavam fugidos em seu território fossem deslocados para a fronteira com a Bósnia, essa área passou a ser chamada de “Krajina” ou fronteira, de fato foi como uma barreira humana contra o avanço otomano. Se por um lado foi efetivo durante os anos onde reinava o temor de uma invasão otomana na região, essa decisão seria um problema na futura tentativa de criar uma nação pura, para os croatas (DOMIN, 2001).

As mudanças na sociedade durante o período otomano foram muito significativas, não é porque eles eram tolerantes que não havia distinção entre Islâmicos e não Islâmicos. Um exemplo é que nesse império somente os mulçumanos poderiam possuir propriedades, votar, ou participar do governo. Não-mulçumanos, tinham que pagar taxas em seus trabalhos. Nesse período os Bósnios se converteram ao Islã, e grande parte dos países eslavos se converteram ao Islã. Nesse mesmo período várias cidades foram construídas no estilo islâmico, e desde 1580 os otomanos criaram uma administração regional que reconhecia como parte da Bósnia regiões da Eslováquia, Croácia, Servia e Dalmatia. É interessante que nesse período as grandes percussões Otomanas aos muros de Viena, 1533 e 1683, partiam da Bósnia.

Após a última tentativa de conquista dos otomanos à Viena, em 1683, o império Otomano recuou e a Áustria passou a dominar a Eslovênia e a Croácia, porém a Bósnia continuava sob domínio Otomano.

No século 18 e na primeira metade do século 19, os bósnios enfrentaram uma guerra defensiva contra a Áustria e Veneza no mesmo tempo que também demandavam uma maior autonomia perante os Otomanos, isso fez com que, após as rebeliões que ocorreram durante 1831-32, os bósnios conquistassem essa maior autonomia e em 1860 ganhassem, por meio de reformas no império otomano, o status de província. É importante ressaltar que nesse período acontecia revoluções pela Europa, devido à inspiração da Revolução Francesa e as posteriores incursões napoleônicas, onde várias nações desejavam sua independência ou pelo menos um alto grau de independência, dessa forma Bósnios, Croatas e Sérvios buscavam sua independência, concretizando o que mais tarde seria chamada de “Primavera dos Povos”

Em 1853, os Russos conquistaram a Criméia dos Otomanos, dando início ao declínio do Império Otomano, devido a essa vitória, a Rússia passou a ganhar influência sobre os Balcãs, particularmente com a Sérvia e com Montenegro. O Império Russo, durante 1877, conseguiu ganhar outras guerras contra os otomanos ao longo do rio Danúbio, na Armênia “São Petersburgo liquidava assim a cabeça do Império Otomano na Europa. A Rússia tornava-se a potência hegemônica nos Balcãs, o que balançou o equilíbrio de toda a Europa” (GERSTENBERG, acesso 19/09/2017)

O ano de 1878 foi crucial para compreendermos os acontecimentos futuros na região. Nesse ano houve a Conferência de Berlim com o fim de evitar uma eminente guerra mundial envolvendo as grandes potências europeias, Rússia, Inglaterra e Áustria na disputa de territórios. A Rússia se posicionava como a protetora dos sérvios, porém a conferência acabou com a hegemonia Russa na região e deu o direito a Áustria de administrar a Bósnia-Herzegovina e grande parte da Sérvia. Fazendo com que a Rússia ficasse desconfiada das potências europeias.

Em 1908 houve a anexação da Bósnia por parte da Áustria, fazendo uma prevenção de possíveis reclamações Servias e Otomanas sob o domínio da região. Dois anos depois, parlamento Bósnio era composto por representantes de todas as nações que compreendiam tal território. Durante esses anos houve uma grande transformação, tanto econômica e cultural (DOMIN, 2001).

“It was at this time that Croatian intellectuals first came up with an idea for an independent state for all south Slavs or “Yugo - Slavia”.”
(DOMIN, 2001)

No ano de 1914, a Sérvia demandava acesso ao Mar Adriático, aumentando as tensões entre os países da região. A ida do Arquiduque Francisco Ferdinando para a capital da Bósnia, Sarajevo, em 28 de junho, em decorrência do aniversário da batalha “Kosovo Polje” ocorrida em 1389, fez com que os extremistas sérvios que viviam na Bósnia tivessem o palco perfeito para agirem. Nesse dia houve o assassinato do arquiduque austríaco e em decorrência disso a Áustria declarou guerra à Servia, a Rússia apoiou, novamente, a Sérvia. A Alemanha, que outrora realizava a conferência de Berlim para evitar uma guerra mundial, apoiou a Áustria que também foi apoiada pela Bósnia, com exceção de alguns bósnios-mulçumanos que integraram o exército sérvio, Croácia e Eslovênia.

A Primeira Guerra Mundial foi devastadora nos Balcãs houve um grande número de Bósnios-Sérvios que foram forçados a saírem da Bósnia para a Sérvia, Montenegro ou que acabaram mortos.

Após a primeira guerra mundial, o Império Austro-húngaro foi desmantelado e na região dos Balcãs foi criado, pelo tratado de Genova, o Reino dos Sérvios, Croatas e Eslovenos, com a Bósnia adicionada ao território Sérvio pelo tratado de Versailles, e assim se tornaram um estado independente. E em 28 de junho de 1921, o parlamento dos reinos concordou em estabelecer um estado centralizado com a Sérvia no comando, a Croácia e a Eslovênia foram contra essa decisão, e dessa forma os Sérvios dominaram o que foi inicialmente pensado pelo

Croatas sobre existir um estado multinacional e multiétnico. Esse estado tinha muitos problemas e os croatas, por exemplo, consideravam estar sendo oprimidos como nunca antes haviam sido, entre outros problemas culturais, linguísticos, religioso e étnico. Tudo isso se manteve até a segunda guerra mundial.

Durante a segunda guerra mundial a Jugoslávia foi ocupada pelos Alemães, Húngaros e Italianos durante 4 anos, e nesse período a Croácia aliou-se com esses países e um grupo chamado “Ustasha” cometeu atrocidades contra Sérvios colocando-os em campos de concentrações e de extermínio. Os judeus da Bósnia foram perseguidos e mortos, suas sinagogas e símbolos foram danificados ou destruídos. Duas forças surgiram para contrapor a violência causada pelo grupo vigente no poder, estes eram o grupo formado por sérvios, Chetniks, considerado pelo governo da Sérvia como os legais representantes do governo, em exílio, da Jugoslávia, e os Partisans, liderado por Josip Broz Tito com o apoio das forças aliadas. Esses dois grupos lutaram contra os alemães enquanto os Bósnios-Mulçumanos decidiram aliar-se ao grupo de Tito. Tito e seu grupo, comunista, conquistaram o apoio dos aliados por terem muita força no campo de batalha e por serem importantes na região. Essa guerra deixou, entre os Croatas Ustasha e os Sérvios Chetniks, mais de 1 milhão de mortos.

Com a criação do Partido Comunista da Jugoslávia as pessoas tiveram por onde se unir contra os invasores e mais tarde com o fim da Guerra, Tito proibiu as discussões sobre as atrocidades cometidas durante a guerra, no intuito de que se esquecesse o passado e que se colocasse uma tampa sobre as emoções ferventes. Porém, uma vez que essa tampa fosse levantada alguns políticos iriam estar prontos para explorar as atrocidades ocorridas na guerra para promover seus interesses (DOMIN, 2001).

Tito governou a República Federativa da Jugoslávia, deu a Bósnia uma constituição e a independência de república dentro do Estado Jugoslavo, também criou o estado da Macedônia como uma república separada. Durante seu governo Tito criou o seu próprio braço do Socialismo, chamado de “Titoísmo” para que assim estivesse um status de estado não alinhado dentro do mundo da guerra fria. Tito também matou vários de seus opositores depois de 1945, e no mundo pós-guerra ele conseguiu assegurar 45 anos de paz étnica na Jugoslávia, o que ele costumava chamar de “Irmandade e unidade” (DOMIN, 2001). Inicialmente em seu governo eram reconhecidos, na Bósnia, apenas dois grupos étnicos, os Bósnios Croatas e Sérvios, porém em 1968 houve uma reformulação na constituição que passava a aceitar os Bósnios-Mulçumanos como uma terceira nação distinta. Em 1974 houve uma nova descentralização onde as seis federações da república tiveram maior independência econômica e política. Essa

descentralização, segundo Domin estabeleceu a cena para a ruína da Jugoslávia e um novo conflito nos Balcãs. (DOMIN, 2001)

3.3 O CONFLITO E SUAS CONSEQUÊNCIAS

Com a morte de Tito em 1980, aos 88 anos, aumentou o ressentimento sobre se ter um estado com o controle centralizado no governo. Com a economia em uma péssima situação acabou levando a uma tensão étnica, pois os políticos nacionalistas culpavam a situação econômica estar daquela forma a etnias, que serviam como bode expiatório. E a cada vez havia um maior medo de um controle Sérvio na região. Em 1981 ocorreu, durante a primavera, choques no Kosovo entre a administração sérvia e vários albaneses começaram a solicitar o status de sétima república e não de independência. Essa situação levou a manifestações sangrentas que foram fortemente reprimidas pelas forças de polícia e do exército Jugoslavo.

Em fevereiro de 1984, a cidade de Sarajevo hospedou as olimpíadas de inverno, símbolo internacional de paz e tolerância. Dois anos depois, Slobodan Milosevic, tornou-se o chefe do partido comunista da Sérvia e fomentou o ultranacionalismo sérvio. Dessa forma ele aproveitou o aniversário de 600 anos da batalha de Kosovo Polje, em 28 de junho de 1989, e exigiu um controle mais apertado sobre o Kosovo. Em março daquele ano o status autônomo de Voivodina e de Kosovo haviam sido anulados e essas regiões, contra suas vontades, se tornaram partes integrantes da Sérvia (DOMIN, 2001). Logo, o que discurso de Milosevic serviu para esclarecer o processo em andamento de desmantelamento da multijugal Jugoslávia de Tito.

Após as eleições de 1990, que aconteceram na Jugoslávia, o partido comunista ganhou as eleições somente em 2 das 6 nações, entre essas estavam a Sérvia e Montenegro. Tal derrota se deu pelo grande aumento do nacionalismo nas nações que compunham a Federação. Depois das eleições os Croatas e os Eslovenos abandonaram a ideia de uma Jugoslávia unida e deixaram a Federação, prontamente suas independências foram reconhecidas pelos países europeus como estados independentes. O presidente Croata, Franjo Tudjman, prometeu a seus eleitores uma Croácia “forte, democrática e independente com suas fronteiras históricas”. Tendo em vista desse desmoronamento da República Federativa da Jugoslávia, o presidente Miroslav declarou que as fronteiras da Sérvia teriam de ser redefinidas por causa do futuro do estado Sérvio e que essas novas fronteiras deviam abranger todas as áreas onde vivem Sérvios.

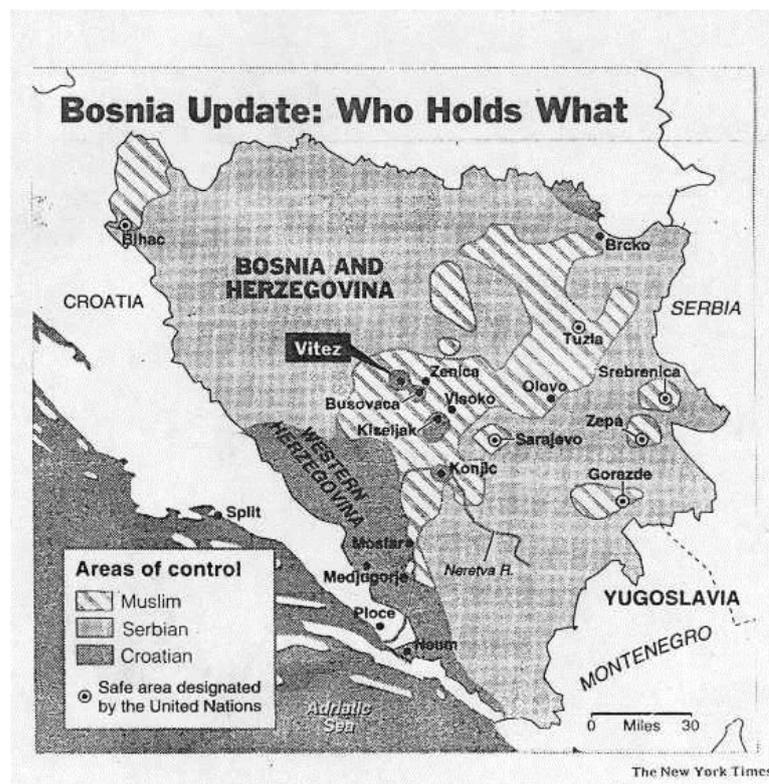
A Bósnia-Herzegovina seguiu a Eslovênia e a Croácia e criou-se um referendo que os políticos soubessem o que a população pensava sobre a independência do país. Esse referendo foi boicotado por vários Bósnios-Sérvios, e o resultado foi favorável a independência da Bósnia-Herzegovina. No dia 2 de março de 1992, tropas paramilitares sérvios se posicionaram em volta de Sarajevo. Em 6 de Abril de 1992, a Bósnia-Herzegovina foi reconhecida, pela comunidade europeia, como uma nação independente e no mesmo dia tropas paramilitares sérvias atacaram uma multidão que estava fazendo demonstrações pacíficas. Essas tropas atiraram e bombardearam cidades por toda a Bósnia durante março e abril. Começara assim o sítio à Sarajevo e a Guerra na Bósnia-Herzegovina. (DOMIN 2001)

Segundo Fagnello, as forças sérvias com o apoio do Exército da República Federativa da Iugoslávia iniciaram uma campanha militar com o objetivo de promover uma “limpeza étnica”. O objetivo era eliminar os bósnios, não apenas os mulçumanos, mas das as outras minorias para assim formar uma “grande Sérvia” pura. Outra dimensão da guerra era destruir os conteúdos históricos bósnios e tentar assim apagar de uma vez por todas, todos os vestígios da Bósnia na História. Dessa forma, houveram bombardeios em prédios, a arquitetura clássica, igrejas católicas romanas e mesquitas, e tudo o que pudesse remeter a aquela cultura foi alvo dos nacionalistas sérvios. (FAGNELLO, 2013, p. 118)

O que aconteceu nos anos seguintes se coloca, nos dias atuais, com uma grande falha na forma de agir do Conselho de Segurança, devido à grande lentidão no processo de tomada de decisões, falta de orientação correta sobre como os “capacetes azuis” deveriam se comportar. Várias reuniões do Conselho de Segurança tentaram criar meios de defender as populações de um verdadeiro massacre, muitas delas são responsáveis pela salvação de milhares de vidas, principalmente as “safe áreas”, que era bolsões onde as populações podiam se refugiar dos conflitos. (FAGNELLO, 2013, p. 118-121)

Na foto abaixo podemos repara além das poucas “safe areas” o quão dividido etnicamente a Bósnia estava naquele momento.

Figura 14: Mapa das “safe areas” da ONU na Bósnia



Fonte: Bosnia-Herzegovina: The International Response

Em 14 de março de 1992, forças sérvio-bósnias lançaram um ataque contra a *safe area* de Gorazde, e nesse ataque centenas de civis morreram. Devido à grande dificuldade encontrada nessa guerra a ONU pediu ajuda à OTAN para protegesse o pessoal da *United Nations Protection Forces* (UNPROFOR), nos dias 10 e 11 de abril a OTAN bombardeou posições Sérvio-Bósnias. Após esse acontecimento e de outras resoluções do conselho de segurança a OTAN passou a ter um papel nessa guerra, bombardeando vários alvos sérvios e mantendo as *safe areas* a salvo (FAGNELLO, 2013, p. 121-122)

Durante vários momentos os sérvios se recusaram a negociar um cessar fogo, porem após um a resposta da OTAN, a um lançamento de bomba em um mercado em Sarajevo matou 37 pessoas, ter sido o ataque aéreo mais pesado lançado sob a Iugoslávia, somado a decisão da Croácia de se unir ao exército local contra as forças sérvio-bósnias, os sérvios se mostraram abertos a um diálogo para o fim do conflito. E assim em setembro de 1995 foi feito um acordo preliminar de paz em Genebra e em dezembro do mesmo ano os mulçumanos, sérvios e croatas se reuniram em Dayton, nos Estados Unidos, para tratar de um acordo definitivo de paz. (FAGNELLO, 2013, p. 125)

3.4 AS OPERAÇÕES DA OTAN

Após o acordo de Dayton, foi assinado em Paris o “*General Framework Agreement for Peace*” (GFAP), em 14 de dezembro de 1995. E em seguida, no dia 16 de dezembro, a OTAN lançou a maior operação jamais empregada pela aliança, a “*Operation Joint Endeavour*”. Baseada na resolução 1031 do conselho de segurança da ONU, a OTAN teve o mandato para implementar aspectos militares ao acordo de paz.

A primeira missão recebeu o nome de *Implementation Force* (IFOR), que começou seus trabalhos em 20 de dezembro de 1995, com um mandato de um ano. Nessa missão, a OTAN cumpriu a principal tarefa militar de forçar e manter o cessar das hostilidades, separando as forças armadas da Bósnia, da entidade Bósnia-Croatas (a Federação) e da entidade Bósnios-Sérvios (da República Srpska), durante o mês de janeiro de 1996; desocupando áreas entre as duas entidades até o final de março; e removendo o armamento pesado das duas entidades, até o final de junho. Durante os meses que se seguiram, dentro do mandato de um ano, as tropas da IFOR continuaram fazendo o serviço de patrulha na fronteira, abriram mais de 2.500 km de estradas no país, redisseram ou concertaram mais de 60 pontes, e liberou o aeroporto e as linhas férreas de Sarajevo. (SFOR, 2005)

Devido ao sucesso mesmo com pouco tempo de trabalho do IFOR, a segurança foi reestabelecida o que fez ser possível levar a cabo uma Alta representação, por meio de eleições, e outras organizações surgiram para começar os trabalhos implementando o lado civil do acordo de paz e criar condições para que os cidadãos da Bósnia pudessem retornar a sua rotina natural. O IFOR deu um grande suporte para que em setembro de 1996 fossem realizadas eleições, que foram organizadas em conjunto da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE). (SFOR, 2005)

Após as eleições, que foram realizadas de maneira pacífica, a IFOR completou sua missão com sucesso, porém se observou que ainda havia muito a se fazer em relação ao lado civil, dessa forma o processo civil, étnico, poderia acabar sendo instável e inseguro. Em seguida dessas observações, o Ministro de Defesa da OTAN decidiu que deveria haver mais alguma missão de acompanhamento na Bósnia após o fim da IFOR, sendo assim entre novembro e dezembro de 1996, concluiu-se que seria necessário a redução da presença militar na região para que se consolidasse o processo de paz. Dessa forma os ministros da OTAN decidiram que deveriam organizar a Força de Estabilização (SFOR), que foi implementada após o término do mandato da IFOR. (SFOR, 2005)

A distinção dessas duas operações foi que a IFOR (*Operation Joint Endeavour*) tinha o papel de implementar a paz, já a SFOR (*Operation Joint Guard / Operation Joint Forge*) teve a função de estabilizar a paz.

A SFOR foi respaldada pela resolução 1088 do Conselho de Segurança da ONU no dia 12 de dezembro de 1996, sua operação, assim como a IFOR, tinha como base o capítulo 7 da Carta da ONU (*peace enforcement*). Logo, a SFOR tinha autorização para usar a força para completar suas missões ou para se proteger. (SFOR, 2005)

A missão primária do SFOR era de contribuir com a segurança e paz necessária para a consolidação da paz, e suas tarefas específicas eram: Deter ou prevenir qualquer hostilidade ou ameaças à paz; Promover um clima no qual o processo de paz possa continuar a avançar; e Prover o suporte as organizações civis em suas capacidades. No início a SFOR tinha um tamanho de cerca de 32.000 homens na Bósnia-Herzegovina, a metade da IFOR. Com a construção dos termos de paz o tamanho da SFOR foi diminuindo e sendo mais concentrada na implementação de todas as provisões do acordo de paz:

· *“Stabilization of the current secure environment in which local and national authorities and other international organizations can work.”*

· *“Providing support to other agencies (on a selective and targeted basis, in view of the reduced size of the forces available).”*

Nessas dessas missões participaram os seguintes países que fazem parte da OTAN: Bélgica, Canadá, República Tcheca, Dinamarca, França, Alemanha, Grécia, Hungria, Islândia, Itália, Holanda, Noruega, Polônia, Portugal, Espanha, Turquia, Reino Unido e Estados Unidos da América. Já entre os países que não fazem parte da OTAN que participaram dessas operações estão: Albânia, Áustria, Argentina, Bulgária, Estônia, Finlândia, Irlanda, Letônia, Lituânia, Marrocos, Romênia, Rússia, Eslováquia, Eslovênia e Suécia. E também participaram por um acordo especial com o Reino Unido: Austrália e Nova Zelândia. (SFOR, 2005)

É importante ressaltar que a Rússia participou tanto do IFOR quanto do SFOR, a partir de 1996 e que essas operações foi o ponto de maior envolvimento conjunto que a Rússia e a OTAN já tiveram.

Nos aspectos civis, é fundamental ressaltar que essa não foi uma operação onde depois do prazo final da missão tudo foi dado por concluído. A OTAN em comum acordo com

outras organizações, como por exemplo: *UN International Police Task Force (UNIPTF)*; *European Union Police Mission (EUPM)*; *UN High Commissioner for Refugees (UNHCR)*; *Organization para Security and Co-operation in Europe (OSCE)*; e *International Criminal Tribunal for the former Yugoslavia (ICTY)*. Foram organizações que ajudaram a cumprir os aspectos civis do *Peace agreement office of the High Representative (OHR)*, além de outras organizações governamentais e não governamentais que também ajudaram nessas missões. O papel recebido pela OTAN foi de apoiar essas organizações a realizarem os seus trabalhos (SFOR, 2005).

3.5 O PÓS-OTAN

A missão da OTAN terminou em 2 de dezembro de 2005 e foi trocada por um quartel da OTAN em Sarajevo e da Força da União Europeia – EUFOR (BOOKLET A5, 2004, pág. 23). E com isso houveram vários acontecimentos que ocorreram na Bósnia-Herzegovina durante esse período de ocupação de forças de paz da OTAN, e não mais como forças de segurança como havia tido durante 1992 até a concretização do acordo de Dayton em 1995, desde o início da IFOR até o final da SFOR foram mais de 10 anos de constante reconstrução da Bósnia, tanto do ponto de vista de infraestrutura como também da sociedade.

Alguns dados nos ajudam a avaliar como se deu o impacto dessas operações no país, e um dos dados disponíveis é do Rendimento nacional Bruto (RNB) per capita, que é medida que se tem para medir o padrão médio de vida de uma população ao pegar o Produto nacional Bruto e dividi-lo pela quantidade de habitantes, e durante os anos pós-guerra, a Bósnia-Herzegovina obteve ao valor de 760 no RNB per capita, no ano de 1996, dois anos depois o país já apresentava o valor de 1,320, na virada do século, o país já apresentava um valor de 1,480, em 2005 no último ano da operação SFOR, o valor era de 3,110 dez anos depois, em 2015 a Bósnia apresentou 5,030 em RNB per capita (BANCO MUNDIAL). Para termos um parâmetro o Brasil em 1995 tinha 3,020, em 1997 chegou aos 5,040, mas logo em 2000 já caiu novamente para os 3,860, em 2005 o país tinha o valor de 3,940, em 2013 o Brasil tinha o valor de 12,730 na escala de RNB, porém em 2015 o valor apresentado caiu para 8.840 (BANCO MUNDIAL).

Outro meio de avaliação é o Indicador do Produto Interno Bruto do País (PIB), em 1994 a Bósnia-Herzegovina(BiH) tinha um PIB de 1.256 Bilhões de Dólares, dois anos depois seu PIB tinha mais do que dobrado de tamanho alcançando os 2.786 Bilhões de Dólares, nos anos 2000 a Bósnia apresentava um PIB de 5.506 Bilhões de Dólares, cinco anos depois, no último

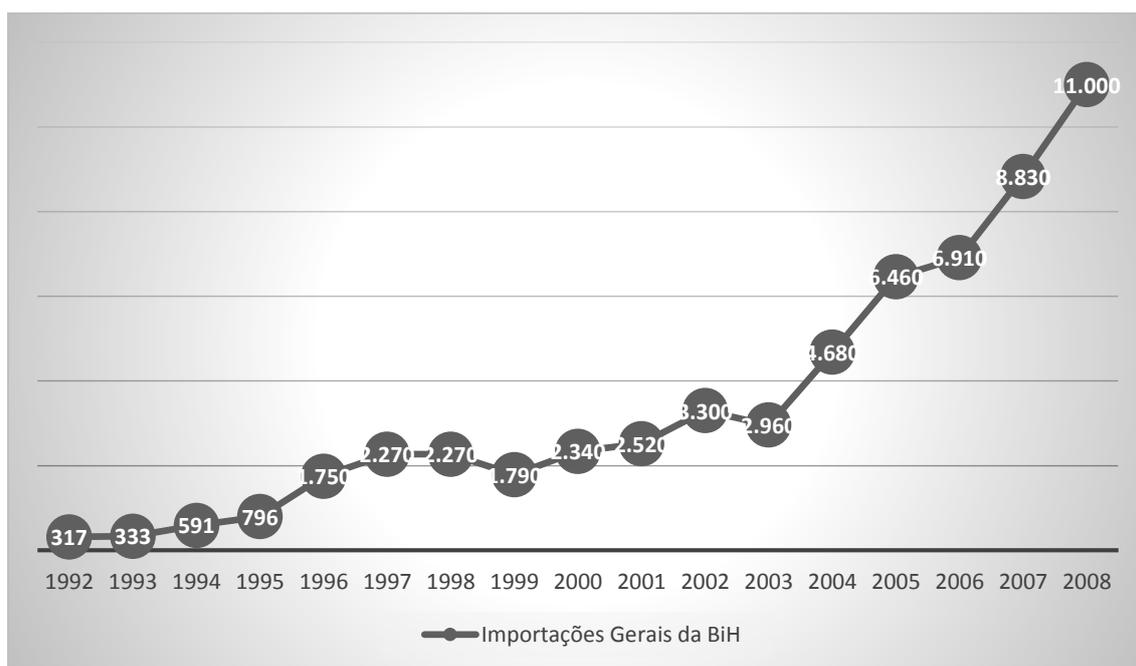
ano de operação da OTAN o PIB tinha dobrado de tamanho novamente para o patamar de 11.225 Bilhões de Dólares, já em 2015 a Bósnia-Herzegovina apresentou um PIB de 16.174 Bilhões de Dólares (BANCO MUNDIAL). Para fazer o contraste com o Brasil, podemos observar que em 1994 o país teve o PIB avaliado em 558.112 Bilhões de Dólares, em 2000 esse valor era de 655.421 Bilhões de Dólares, no ano de 2011 alcançamos o maior valor histórico de 2.616 Trilhões de Dólares, porém em 2016 esse valor caiu para 1.796 Trilhões de Dólares. (BANCO MUNDIAL)

Conseguimos observar o impacto dessa guerra na expectativa de vida da população local, um dos poucos dados que abrangem períodos de antes da guerra na Bósnia-Herzegovina. Observamos um crescimento na expectativa de vida da população local desde os anos 1960, onde a expectativa de vida era de 60.27 anos, aumentada para 66.06 anos dez anos depois e chegando ao patamar mais alto até então em 1986, com a expectativa em torno de 71.47, após esse ano os conflitos começaram a se intensificar e analisamos uma queda contínua até o patamar mais baixo de 70.51 em 1992, no início das operações de paz da OTAN a expectativa de vida era de 71.56, cinco anos depois era de 74.26 e no último ano da missão essa expectativa era de 75.08, em 2015 esse valor era de 76.64. (BANCO MUNDIAL). Para compararmos novamente com o Brasil, vemos que nos anos 60 tínhamos uma expectativa de vida de 54.21, em 1970 era de 59.15, em 1985 era de 63.56, 3 anos a mais do que um Bósnio vivia em média 25 anos antes, durante os anos 60. Em 1990 a expectativa de vida de um brasileiro era de 65.34 anos, em 1995 era de 67.60, nos anos 2000 era de 70,01, em 2005 era de 71.98 e em 2015 essa expectativa é de 75.19 anos de vida. (BANCO MUNDIAL)

É interessante observarmos esses dados para analisar se essas operações da OTAN na região tiveram efeito e se sim quais foram. Pudemos reparar nos dados do Banco Mundial que o PIB da Bósnia pós-guerra crescia de uma forma grandiosa, quase que dobrando o seu tamanho a cada 5 anos, sua população também foi afetada pela operação, tendo em vista que a expectativa de vida da população durante a guerra, chegando aos 70.51 no auge da guerra e depois, em 97, era de 74.26 anos de vida.

Observamos também que esse desenvolvimento da Bósnia fez com que houvesse um aumento nas importações de produtos estrangeiros como reparamos no gráfico abaixo:

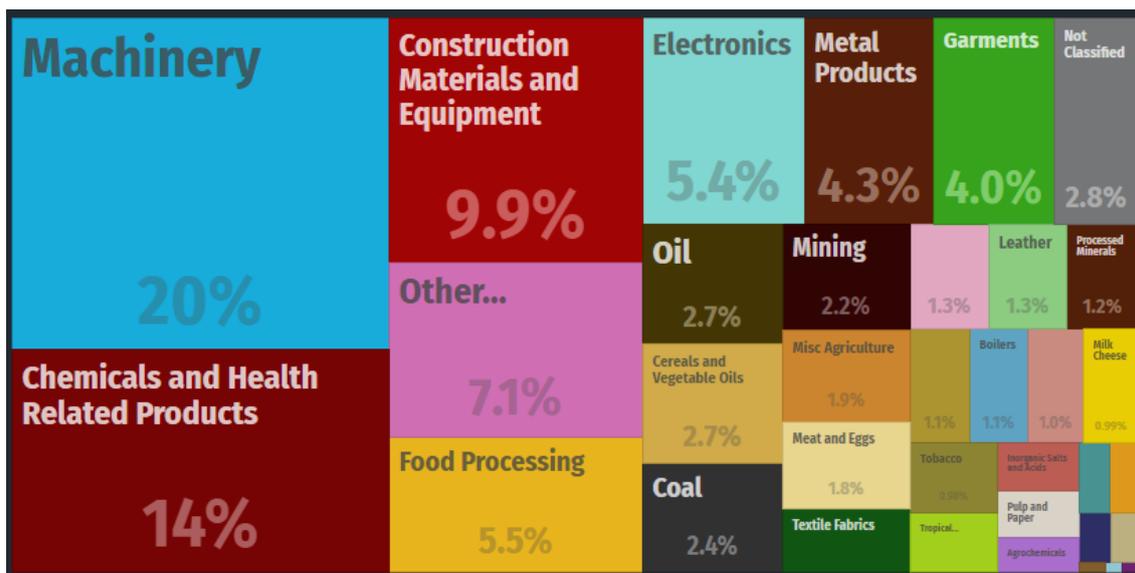
Figura 15: Importações Gerais da Bósnia-Herzegovina, em milhões de US\$.



Fonte: Observatory of Economic Complexity (OEC) – MIT

Em 1992 a Bósnia vivia em um período muito tenso na sua história recente, como vimos nos capítulos anteriores, e mesmo assim gastava em importações, cerca de 317 milhões de Dólares, em 1994, um ano antes do acordo de Dayton, o valor era de 591 milhões de Dólares. No início das operações de paz da OTAN o valor gasto em importações era de US\$796milhões e no ano seguinte era de US\$ 1.750 Bilhões e no segundo ano de operações o valor era de US\$2.270 Bilhões, em 2000 o valor era de US\$2.340 Bilhões, cinco anos depois, ano do fim das operações, o valor gasto pela Bósnia em importações de produtos atingiu o valor de US\$6.460 Bilhões e em 2008, último ano utilizado por essa pesquisa, constatou que o valor de importações atingia os US\$ 11 Bilhões. Para fins de curiosidade, os produtos mais importados pela Bósnia em 2008 estão relacionados da seguinte forma:

Figura 16: Percentagem das Importações da Bósnia-Herzegovina, em 2008.



Fonte: Observatory of Economic Complexity (OEC) – MIT

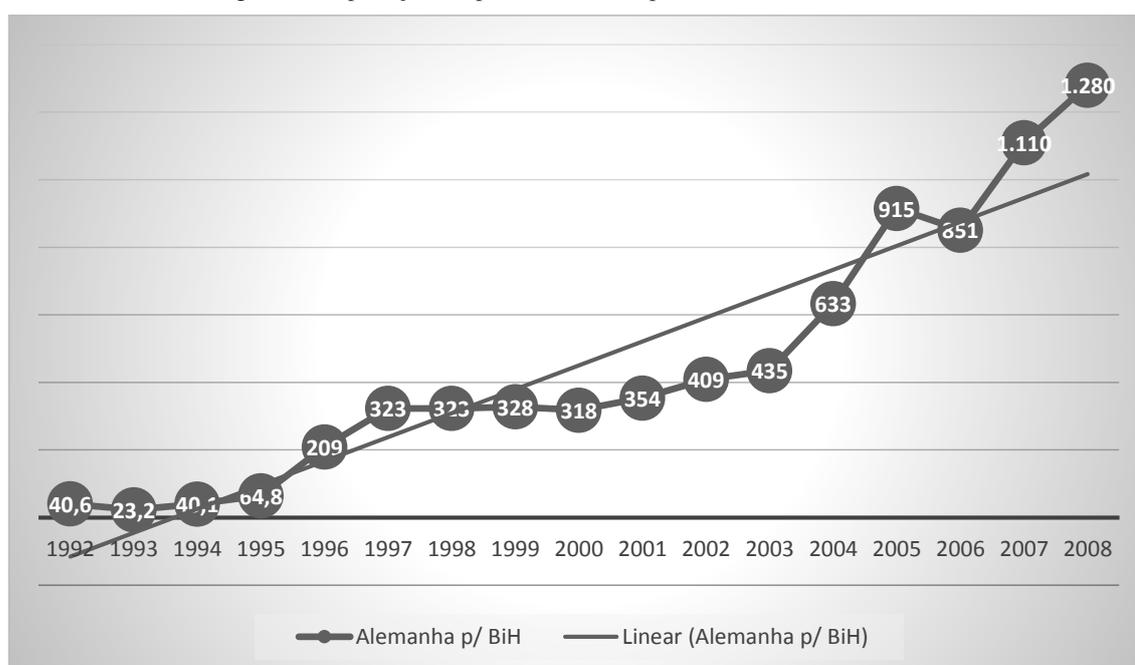
Para tocar no ponto desse trabalho analisaremos alguns dos países que participaram da SFOR se ao longo dessa operação aparecem algum dado, na comparação de exportações ao longo dos anos para Bósnia-Herzegovina, que nos deem alguma noção do motivo de tal país ter entrado na operação. Dentre os países que participaram das operações SFOR, selecionarei, Alemanha, Itália, Eslovênia e Estados Unidos, entre os que fazem parte da ONU, Argentina e Áustria dos que participaram das operações e não fazem parte da OTAN.

No gráfico abaixo podemos analisar o fluxo de exportações de produtos Australianos para a BiH, no período anterior a operação de paz, o fluxo de exportações alemãs caía do valor de US\$40.6 milhões, em 1992, para US\$40.1 milhões, em 1994. No ano do início das operações de paz, 1995, o valor de exportações era de US\$64.8 milhões, no ano seguinte era de US\$209 milhões, tendo uma curva mais íngreme do que em comparação às importações gerais da BiH no mesmo período, no ano 2000 esse valor já atingia os US\$318 milhões, um aumento na curva das importações de produtos diferente do visto no gráfico das importações gerais. Em 2005, ano final da missão, o valor de exportações alemãs para a BiH era de US\$915 milhões, seguido por uma queda similar as importações gerais e após esse período observamos um grande aumento nesse fluxo, observando que em 2006 o valor era de US\$851 milhões e em 2008 atingiu os US\$1.280 Bilhões, cerca de 11,63% do total das importações gerais, que no mesmo período teve um aumento similar, e se comparado ao ano do início da missão até o final o aumento das exportações alemãs foi de 1.412%. Também é interessante observar que a curva linear de exportações Alemanha/BiH, durante o período de 1992 até 2008, indicou um grande

aumento, mesmo com períodos de queda. Pegando os dados das exportações alemãs, a partir do período de um ano antes da operação para termos uma melhor perspectiva. Em 1990, a Alemanha exportava cerca de 363 bilhões de Dólares em toda sua rede comercial, em 1995, ano de início das operações, esse valor subiu para 448 bilhões de Dólares, em 1997, o valor subiu para 463 bilhões de Dólares, em 2000, a Alemanha exportava um montante de produtos avaliado, pela OEC, em 474 bilhões de Dólares, em 2005, último ano da missão, esse valor subiria para 834 bilhões de Dólares, e em 2008, último ano avaliado, esse valor foi de 1.21 trilhões de Dólares. (OEC)

Ao analisar o gráfico podemos reparar um possível interesse comercial na participação alemã na operação da Bósnia, devido ao fato de que houve um grande aumento nas exportações de produtos alemãs no período inicial das operações de paz em relação ao período anterior saltando de 64,8 milhões de dólares para mais de 300 milhões de dólares. Também podemos inferir que os laços entre Alemanha e Bósnia foram ficando mais apertados e que essa exportação alemã aumentou após o fim dessa operação ao invés de acabar diminuindo ao longo dos anos pós-operação. Outro ponto interessante de se observar é que a Alemanha é uma das lideranças regionais europeias, e que participar de tal operação pode ter sido de extrema importância devido à gravidade da situação que exigia uma resposta das lideranças regionais, dessa forma podemos dizer que um provável fator que tenha motivado essa participação alemã seja o político e humanitário.

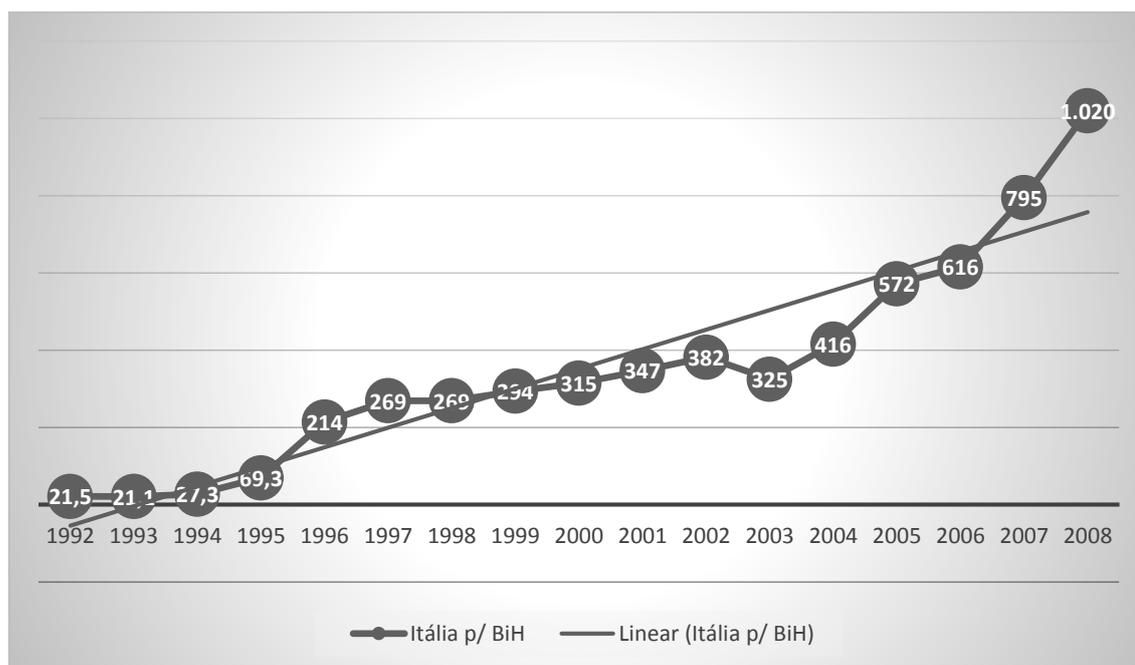
Figura 17: Importações de produtos alemães pela BiH, em milhões de US\$.



Conforme o observado no gráfico abaixo, a BiH importava da Itália, em 1992, cerca de US\$21 milhões, cerca de 6,6% do total importado pelo país, em 1993 houve um pequeno aumento de 100mil no valor do ano anterior, em 1994 esse valor era de US\$27.3 milhões, um aumento, entre 92 e 94 de 76,92%. No primeiro ano das operações de paz a exportação da Itália à BiH foi de US\$69 milhões, no segundo o aumento foi de US\$214 milhões, um aumento de 310%, em 1997 esse valor era de US\$269 milhões, nos anos seguintes teve uma leve queda, seguindo a mesma queda observada no gráfico das importações gerais da BiH. Nos anos de 2000 a 2002 houve um aumento de US\$315 milhões para US\$382 milhões, no ano seguinte houve uma queda e em seguida houve um crescimento grande até 2005 que para 2006 houve uma redução nesse crescimento que voltou a crescer seguindo a linha de importações gerais da BiH observada no mesmo período, alcançando em 2008, último ano observado, o valor de US\$1.020 Bilhões. Observamos assim que durante o período das operações de paz da OTAN, a Itália teve um aumento nas exportações se comparado o primeiro e último ano da missão de 825%. A Itália, nesse mesmo período exportou durante todo o ano de 1990 um total de 156 bilhões de Dólares, no ano do início das operações, 1995, a Itália exportou um total de 199 bilhões de Dólares, em 1997, esse valor subiu para o valor de 210 bilhões de Dólares, em 2000, o valor total de exportações da Itália foi de 205 bilhões de Dólares, em 2005, último ano da operação, esse valor subiu para 318 bilhões de Dólares, e em 2008, último ano avaliado esse valor foi de 469 bilhões de Dólares. (OEC)

Em uma situação semelhante à da Alemanha, observamos a Itália, podemos reparar que este país também teve um grande aumento em suas exportações a partir do início da operação de paz, saindo de um montante de aproximadamente 69 milhões de dólares para 214 milhões de dólares, em 1996, e 269 milhões de dólares em 1997, tendo um aumento de 200 milhões de dólares de exportações em um período de 2 anos. A Itália também, pode ter tido outros interesses nessa operação além dos econômicos como por exemplo, ao participar desse tipo de operação o país pode demonstrar um maior comprometimento com a organização, que no caso foi a OTAN.

Figura 18: Importações de produtos italianos pela BiH, em milhões de US\$.

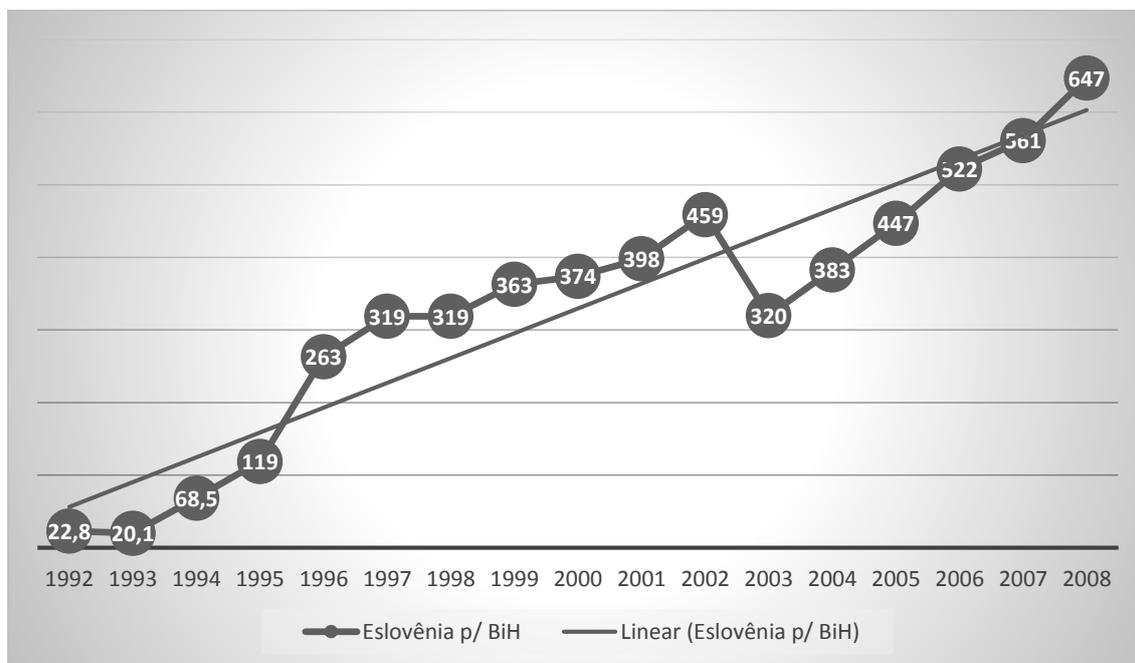


Fonte: Observatory of Economic Complexity (OEC) – MIT

Analisando o gráfico abaixo, podemos observar que exportação da Eslovênia para a BiH, vinha caindo de 1992 para 1993, após 1993 o valor foi subindo de US\$20.1 milhões, no mesmo ano, para US\$68.5 milhões no ano seguinte. No primeiro ano das operações de paz (IFOR) o valor era de US\$119 milhões, em 1996 esse valor aumentara para US\$263milhões, um aumento de 221%. Nos anos que seguiram as importações da BiH de produtos eslovenos aumentou e em 2002 chegou ao valor de US\$459 milhões, no ano seguinte teve uma queda para US\$320 milhões, queda seguida pelas importações gerais da BiH. No último ano da SFOR, o valor de importação de produtos eslovenos foi de US\$447milhões, um aumento de 375% em relação ao valor do início das operações. No ano de 2005 o valor era de US\$522 milhões, no penúltimo ano do gráfico observamos o valor de US\$561milhões e último ano observado o valor importado pela BiH foi de US\$647 milhões, dessa forma nos últimos anos houve um crescimento comparado ao crescimento da curva de importações gerais da BiH no mesmo período. No mesmo período o valor total das exportações da Eslovênia também sofreu alterações, no ano de 1992, esse valor era de 4.78 bilhões de Dólares, em 1995, ano do início das operações era de 7.79 bilhões de Dólares, em 1997, esse valor alcançava o valor de 8.36 bilhões de Dólares, em 2000, o valor era de 8,12 bilhões de Dólares, já em 2005, último ano da missão, as exportações da Eslovênia alcançava o valor de 14.6 bilhões de Dólares, e no último ano avaliado esse valor foi de 24 bilhões de Dólares. (OEC)

A Eslovênia também teve um grande aumento em seu fluxo de exportações para a Bósnia no período inicial das operações da OTAN naquele país, podemos analisar que em 1994 o seu fluxo de exportação era de 68,5 milhões de dólares em 1996 já era de 263 milhões de dólares, um salto muito grande em pouco tempo, isso indica que esse país pode ter se interessado em participar dessa operação, além de outros motivos, pelo motivo econômico.

Figuras 19: Importações de produtos eslovenos pela BiH, em milhões de US\$.



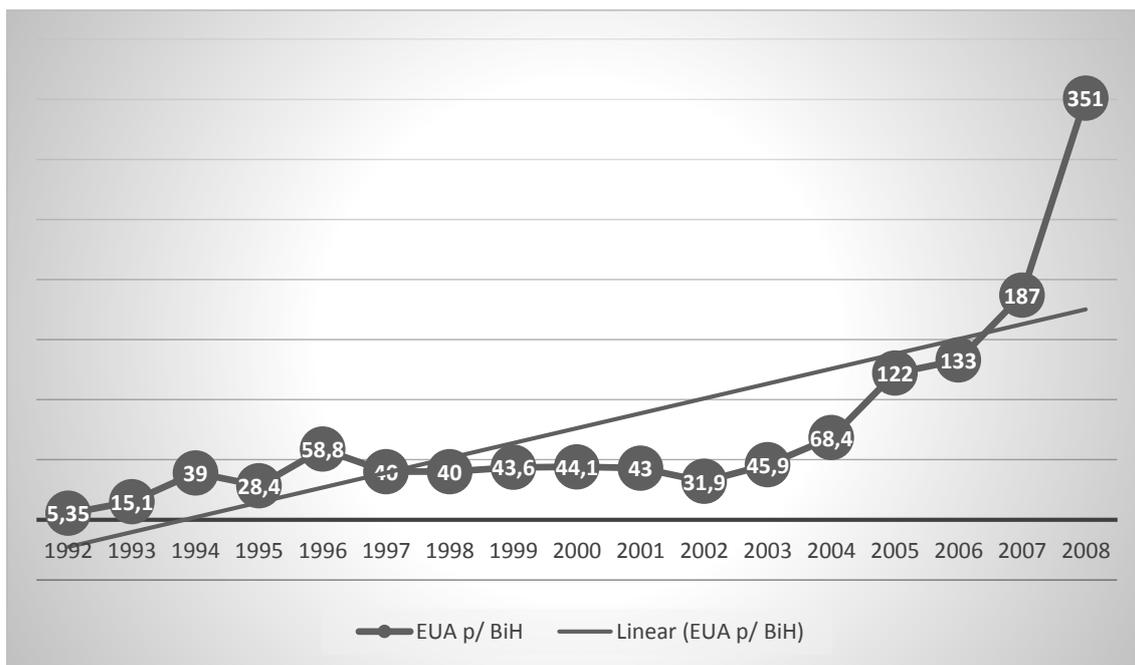
Fonte: Observatory of Economic Complexity (OEC) – MIT

Os Estados Unidos da América foi uma das principais nações que participaram das operações na Bósnia-Herzegovina. Como observamos no gráfico abaixo, essa participação não resultou em um aumento expressivo de exportações de produtos americanos. No início dos períodos analisados, 1992, os EUA exportavam cerca de US\$5.350 milhões para a BiH, esse valor foi subindo até 1994 e no ano de início das missões de paz, em 1995, houve uma queda nas exportações americanas, do valor de US\$39 milhões, em 1994, para US\$28.4 milhões em, 1995, após o primeiro ano de operações houve um aumento para US\$58.8 milhões nas exportações americanas para a BiH, porém em seguida esse valor voltou a cair para a casa dos US\$40 milhões e permaneceu assim até 2001, em 2002 esse valor caiu para a casa dos 30 milhões, mas em seguida voltou a subir atingindo no último ano da missão, 2005, o valor de US\$122 milhões, depois de dois anos o valor era de US\$187 milhões e no último ano avaliado pela pesquisa a BiH importou US\$351 milhões dos Estados Unidos da América. Observamos que após o fim das operações, a exportação americana para a BiH seguiu um caminho diferente

do que vinha tendo, e dessa forma começou a aumentar, seguindo a curva de importações da BiH, o que não vinha acontecendo durante todo o período de 1992 até 2003. Reparamos assim que a Curva linear das importações de produtos americanos pela BiH foi crescente, mais devido aos últimos anos da pesquisa do que pelo total e mesmo assim essa curva foi bem menor do que, por exemplo, a da Alemanha no mesmo período avaliado. No mesmo período selecionado os Estados Unidos da América exportaram, em 1992, um total de produtos avaliados em 418 bilhões de Dólares, em 1995, ano do início das operações, esse valor era de 556 bilhões de Dólares, em 1997, esse valor já subiria ainda mais para o valor de 647 bilhões de Dólares, em 2000, esse valor era de 726 bilhões de Dólares, em 2005, último ano da operação, esse valor era de 825 bilhões de Dólares, e no último ano avaliado esse valor atingiu o valor de 1.17 trilhões de Dólares.

O caso americano é diferente dos outros até então observados, seu fluxo comercial não foi muito intenso como em outros casos, pelo ao contrário, foi até bem baixo devido ao fato de os EUA serem um dos dois maiores exportadores mundiais. Algo que nos leva a pensar que o motivo econômico não viria a ser o predominante para a participação americana nessa operação. Porém observamos que após o fim das operações, a exportação americana para a BiH seguiu um caminho diferente do que vinha tendo, e dessa forma começou a aumentar, seguindo a curva de importações da BiH, o que não vinha acontecendo durante todo o período de 1992 até 2003. Dessa forma podemos avaliar outras probabilidades, como por exemplo, o incentivo político, por ser um dos líderes da OTAN, o país tem um dos papéis fundamentais nas operações da OTAN, logo não participar de uma operação pode ser algo ruim. Além disso também podemos avaliar o a probabilidade de ter um interesse Humanitário, pois ao se postar como um defensor da Democracia os EUA podem ter participado dessas operações para manter a vontade dos bósnios, medida em publicito anteriormente aqui exposto, a salvo. Essa região da Bósnia, Croácia e etc, por muito tempo foi controlada por um governo comunista e então após a queda da União Soviética e do muro de Berlim, os EUA tem expandido sua aérea de influência, algo que talvez pode ser sentido também com essa operação.

Figura 20: Importação de produtos americanos pela BiH, em milhões de US\$.



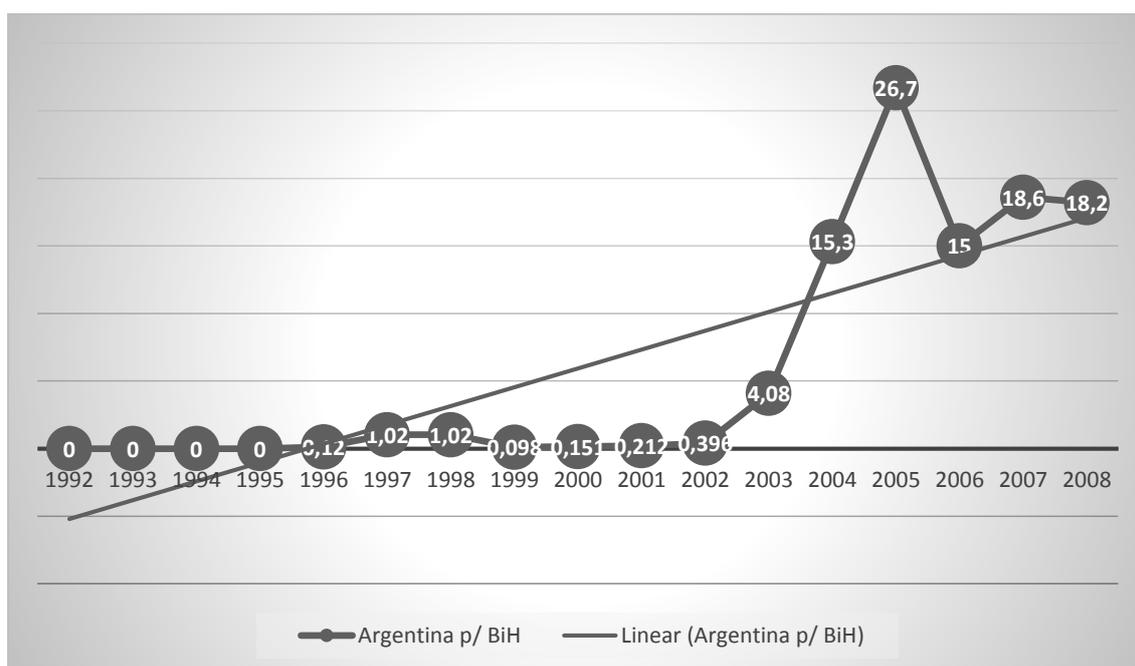
Fonte: Observatory of Economic Complexity (OEC) – MIT

Analisando o gráfico abaixo, temos as importações de produtos Argentinos pela Bósnia-Herzegovina durante o período de 1992 até 2008. Durante os anos de 1992 até 1996 não foram encontrados dados sobre as importações da BiH em relação a Argentina. Porém, em 1997 houve o primeiro registro que marcava um valor de US\$ 1,02 milhões essas importações continuaram estáveis até 1998 e em 1999 houve uma grande queda para o valor de US\$98 mil e se manteve constante até 2002 quando houve um crescimento para o ano seguinte de, US\$396 mil, em 2002, para US\$4,08 milhões no ano de 2003. Esse aumento continuou a crescer e em 2004 chegou aos US\$15.3 milhões, um aumento de 3.863% em comparação a 2002. No último ano da missão o valor importado pela BiH da Argentina era de US\$26.7 milhões, porém no ano seguinte voltou a cair para US\$15 milhões, seguindo linha das importações gerais da BiH que também teve queda no mesmo período. A exportação da Argentina durante o período foi diferente das constatadas por países que integram a OTAN, avaliados nessa pesquisa que seguiram, em grande parte, a mesma curva analisada nas importações gerais da Bósnia-Herzegovina, do gráfico apresentado anteriormente, diferentemente da Argentina que de 2002 a 2003 cresceu suas exportações, enquanto na maioria houve uma queda nessas importações pela BiH. A curva linear das importações da BiH de produtos da Argentina segue a mesma linha da dos produtos americanos, onde devido aos últimos anos que teve uma grande importação fez com que a curva linear fosse ascendente, mesmo durante a maior parte do tempo essa alteração ter sido pequena. Também é interessante analisarmos que em 1992, o valor das exportações

gerais da Argentina no cenário internacional era de 10.7 bilhões de Dólares, no ano do início da operação, 1995, esse valor era de 19.8 bilhões de Dólares, em 1997, o valor era de 24.7 bilhões de Dólares, em 2000, o total exportado dava um valor aproximado de 24.8 bilhões de Dólares, no último ano das operações esse valor era de 39.8 bilhões de Dólares, e no último ano analisado esse valor foi de 73,7 bilhões de Dólares (OEC).

No caso da Argentina também vimos que não houve um interesse comprovadamente comercial, pelo fato de nos anos iniciais não haver uma mudança grande em seu fluxo comercial com a BiH, porém podemos analisar a participação da Argentina, tendo em vista que não faz parte da OTAN, como uma nação que busca um maior espaço no cenário internacional, participando de operações com os países da OTAN, levando militares para serem treinados e assim estreitando seus laços com a OTAN. Outro ponto interessante é observarmos que a Argentina após o fim da operação de paz passou a evoluir suas exportações para a BiH, dessa forma possivelmente sua participação na operação de paz da OTAN pode ter ajudado aos países terem um maior envolvimento que possivelmente ajudou a aumentarem o fluxo comercial

Figura 21: Importação de produtos argentinos pela BiH, em milhões de US\$.



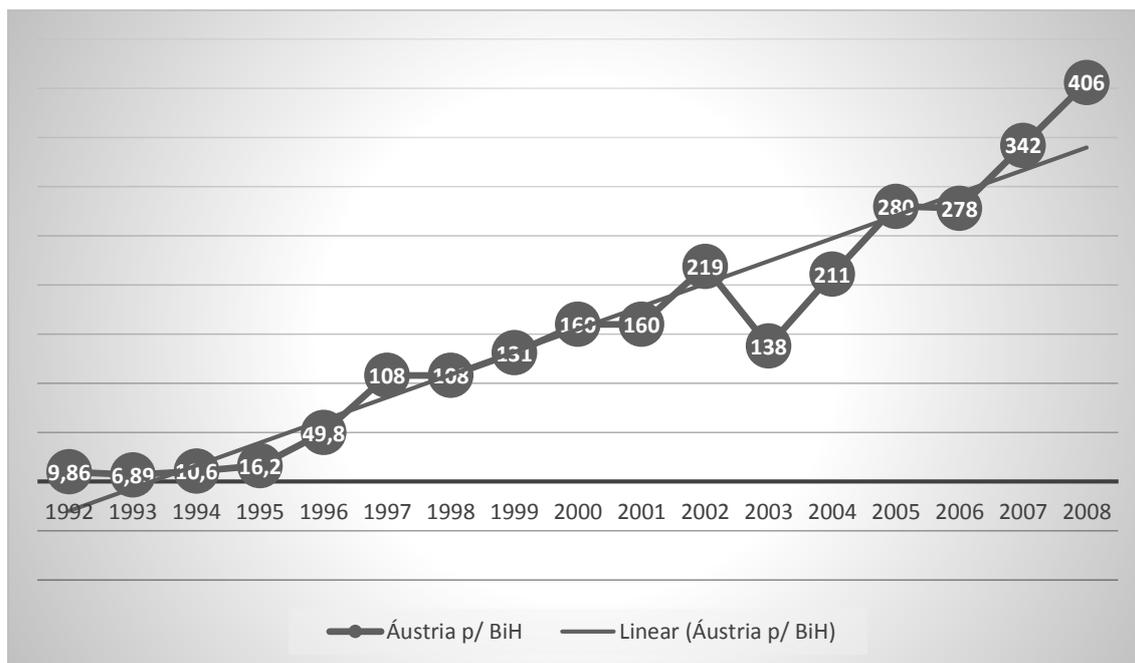
Fonte: Observatory of Economic Complexity (OEC) – MIT

Outro país que não faz parte da OTAN que participou dessas operações foi a Áustria, país que como vimos durante este capítulo teve ao longo de vários anos ligações e interesses com a região dos Balcãs. Segundo o gráfico abaixo, reparamos que anteriormente as operações IFOR/SFOR a Áustria tinha uma participação pequena e estável na rede de importações da BiH.

No ano anterior da implantação da IFOR, o valor de exportação de produtos austríacos para a BiH era de US\$10.6 milhões, em 1995, ano da implantação dessas operações o valor era de US\$16.2 milhões, no ano seguinte, 1996, esse valor pulou para US\$49.8 milhões e no ano seguinte era de US\$108 milhões. Assim, observamos que de 1995 até 1997, em apenas 2 anos, a exportação de produtos austríacos para a BiH aumentou cerca de 1.080%. A curva apresentada no gráfico mostra que as importações da BiH continuaram a crescer ao longo dos anos e em 2000 apresentava o valor de US\$160 milhões e dois anos depois o valor era de US\$219 milhões. De 2002 para 2003 houve uma queda, assim como também houve queda nas importações gerais pela BiH. Seguindo essa linha também nos anos que se seguiram com um grande crescimento, em 2005, último ano da missão, o valor apresentado era de US\$280 milhões, caiu um pouco no ano seguinte e em seguida voltou a crescer chegando em 2008 ao valor de US\$406 milhões. Observamos que as exportações da Áustria para a Bósnia-Herzegovina são, em grande parte, similares a curva encontrada no gráfico de importações gerais da BiH vistas anteriormente nessa pesquisa. A Áustria teve em sua balança de exportação, no ano de 1992, um valor de 42 bilhões de Dólares, em 1995, no ano de início das operações, esse valor foi de 47,2 bilhões de Dólares, dois anos depois esse valor passou para de 51.4 bilhões de Dólares, em 2000, esse valor era de 53.8 bilhões de Dólares, no último ano das operações esse valor exportado no comércio da Áustria foi de 97.5 bilhões de Dólares, e no último ano avaliado, pelo nosso gráfico esse valor foi de 141 bilhões de Dólares (OEC).

No caso da Áustria vimos que o país diferentemente da Argentina, que também não faz parte da OTAN, teve um grande aumento nas exportações para a Bósnia durante os primeiros anos da operação. Sendo assim provável que este país tenha vindo participar dessa operação para abrir mais os seus laços comerciais com a BiH, tendo em vista que em 1995 as exportações foram de 16,2 milhões de dólares e em dois anos subiu para 108 milhões de dólares e com o passar do tempo só aumentou. Também podemos analisar que conforme a história da BiH a Áustria teve desde o séc. 19 ligações com a Bósnia, dessa forma um outro possível interesse é o compromisso Indentitário.

Figura 22: Importações de produtos austríaco pela BiH, em milhões de US\$.



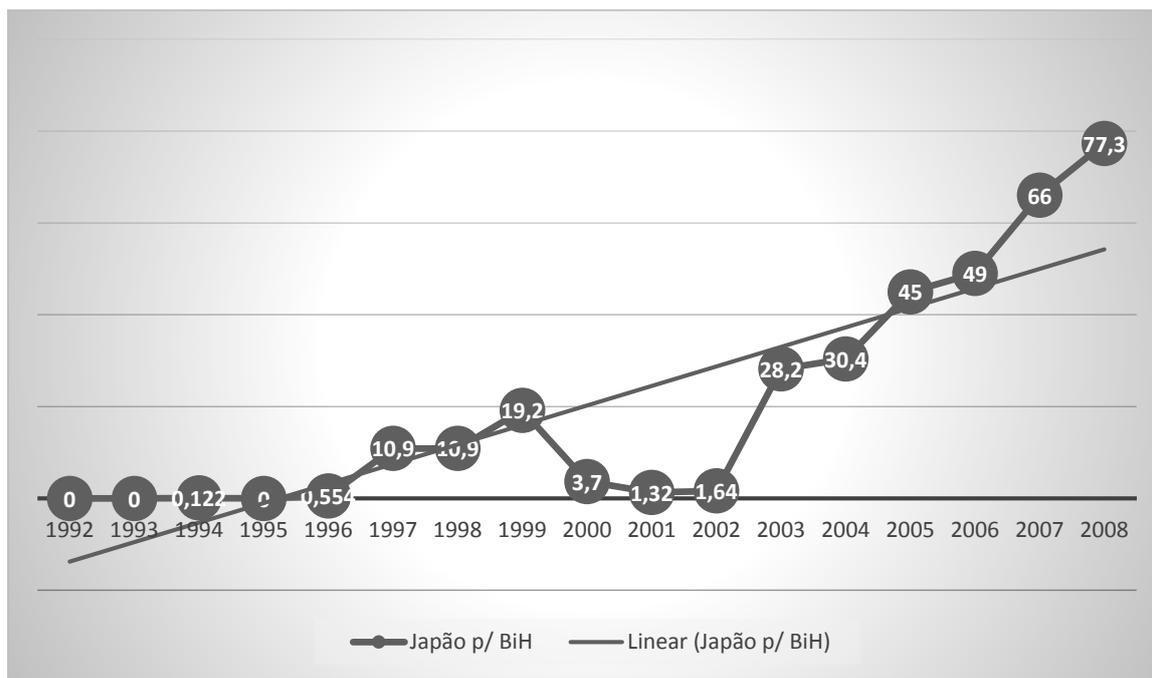
Fonte: Observatory of Economic Complexity (OEC) – MIT

Um outro ponto importante é incluir nessa análise um país que não participou de tal operação, assim como fizemos no capítulo 2, para observarmos se há alguma possível conexão, ou não, do aumento das importações dos produtos dos países anteriormente citados estar relacionado com o fato de integrarem essa operação. E o país escolhido foi o Japão, por ser um dos maiores exportadores mundiais.

O comércio entre o Japão e a BiH, teve um certo impacto com o início das operações, não tanto quanto percebemos em outros casos anteriormente citados, mas ainda sim de uma forma diferente como a reparada no caso da Holanda, no Capítulo 2.

O Japão teve um leve aumento nas exportações para a Bósnia durante 1997 à 1999, porém em seguida passou a cair novamente, chegando em 2002 à 1,64 milhões de dólares, após esse período o comércio passou a subir nos últimos três anos finais da missão e continuou subindo. Dessa forma não teria como ligar diretamente o início da operação da OTAN com o aumento do comércio entre os dois países. Porém podemos avaliar que talvez os efeitos dessas operações, como o aumento do PIB e outros parâmetros, que podem ter sido aumentados por ações dessas operações, seja direta ou indiretamente ligados a esta, que possibilitaram que a Bósnia tivesse condições de importar uma grande quantidade de produtos japoneses.

Figura 23: Importações de produtos austríaco pela BiH, em milhões de US\$.



Fonte: Observatory of Economic Complexity (OEC) – MIT

3.6 CONCLUSÃO

Nesse capítulo observamos, a princípio, a história da Bósnia-Herzegovina e da região a qual se encontra. Durante vários anos os povos eslavos foram unidos, mesmo com suas particularidades, porém momentos durante a história foram separando, aos poucos, esses povos, seja por religião, linguagem, cultura, ou por terem feitos alianças que resultaram em grande mágoa que no futuro fez com que, uma Iugoslávia unida não seria mais possível como era em tempos antigos.

Analisamos as atuações da comunidade internacional para conter a grande “limpeza étnica” que estava em curso pelo líder sérvio, e como essa comunidade, mesmo com grande dificuldade e de certa forma errônea, conseguiu salvar milhões de vidas, mesmo tendo perdido outras tantas devido a vários fatores.

Após a sangrenta guerra da Bósnia-Herzegovina vimos, com base em estudos realizados e com os resultados disponibilizado pelo Banco Mundial, que as operações da IFOR e a SFOR tiveram grande efeito na melhora da qualidade de vida da população local, na grande melhora apresentada pelo PIB da Bósnia-Herzegovina entre outros estudos apresentados que constataram essa grande evolução.

Além dos interesses humanitários serem atendidos nas operações de pós-guerra, vimos também que muitas nações que participaram dessas operações podem ter tido os mais diversos interesses ao participar de tais ações. Vimos que indefere se o país é ou não membro de uma organização ou se está ajudando essa ele pode ter ambições econômicas, militares, humanitárias ou somente querer um maior reconhecimento internacional ao participar de tais operações.

No caso dos países analisados, vimos que grande parte teve um grande aumento na exportação de seus produtos para o país destinatário de tais operações. Assim, vimos também que os EUA, que é membro da OTAN, teve pouca alteração em suas exportações para a BiH durante o período das Operações, 1995-2005, e que a Argentina, que não é membro de tal organização também não teve grandes alterações no valor de suas exportações para a BiH durante o período de tais operações. O similar desses dois casos é que após o fim das operações esses países incrementaram suas exportações para a BiH de uma forma não observada durante o tempo em que as operações eram realizadas, algo que podem refletir é que estes países tiveram outros interesses durante o período da Operação e que após o fim dessa operação passaram a comercializar mais, provavelmente devido a aproximação entre os dois países com a Bósnia.

A maioria dos países membros da OTAN, que foram analisados por essa pesquisa, seguiram em suas exportações para a BiH a mesma curva analisada pela curva de importação geral da BiH ao longo do tempo. Muitos deles aumentaram e muito suas exportações no mesmo período do início das operações da OTAN no país, esse caso também se deu pela Áustria, que não é membro da OTAN, logo não podemos afirmar que isso só aconteceu pelo fato de que são membros de tal organização, mas que pelo fato de terem participado de uma grande operação no país isso tenha ajudado para que essa aproximação comercial ocorresse.

Por fim, fazendo o contraste com as teorias apresentadas no capítulo 1, observamos que as organizações governamentais e não governamentais internacionais, certamente tiveram um papel fundamental na reconstrução da Bósnia. Porém no caso da guerra da Bósnia observamos que os interesses e perplexidade da comunidade internacional ao constatar a “limpeza étnica” que estava sendo realizada fez com que os países por meio da ONU dessem papeis importantes para a OTAN conseguisse impedir essa ação tendo em vista que as tropas da ONU não estavam conseguindo tomar conta da situação por sua grande burocracia, que mais tarde teve de ser reajustada devido ao grande fracasso que tiveram na tentativa de solucionar a situação naquele país.

CONCLUSÃO

Nesse trabalho analisamos as operações de paz e suas aplicações práticas, observando o estudo de dois casos, o do Timor-Leste e da Bósnia-Herzegovina, onde constatamos diferentes situações entre os países que participaram das operações com os países alvos de tais operações, tirando como contribuição deste trabalho ao campo, uma abordagem diferente das operações de paz observando os aspectos comerciais por trás delas entre os países que as compuseram e o país alvo da operação.

Ao analisar os dois casos reparamos que é mais comum que os países que participam de tais operações tenham um incremento nas exportações para o país destinatário da operação de paz, e que não necessariamente esse aumento seja significativo logo de início, mas que pode ocorrer com o passar do tempo, e em raros casos reparamos a falta desse aumento.

O aumento, ou o não, das exportações nos faz observar que os países podem ter os mais diversos interesses numa operação de paz, seja militar, econômico, político e etc. Por outro lado, reparamos num grande avanço, por diversos parâmetros, no desenvolvimento social tanto do Timor-Leste quanto da Bósnia-Herzegovina durante o período dessas operações, algo que indica que essas operações atingem grande parte de seus objetivos nessa área mais “social”.

Observamos que há uma certa diferença entre as duas operações, pois se pôde observar que nas operações da OTAN houve uma maior possibilidade de que os países participem por motivos econômico, do que as Operações de paz realizada pela ONU. Já que é muito mais comum vermos um grande aumento inicial desse comércio entre países das Operações da OTAN, com os países alvos das operações em comparação a outra operação realizada pela ONU.

Vimos que as duas teorias, tanto a realista quanto a idealista, podem estar certas em um mesmo cenário, ou seja elas não são excludentes, pois ao mesmo tempo que podemos analisar que alguns países tenham participado por interesses econômicos, militares, políticos, humanitários ou de compromisso identitário, também vemos essas instituições terem seus trabalhos fazendo efeito direto na vida da população que vive na região. Tanto no caso da Operação no Timor-Leste quanto no caso da Operação na Bósnia-Herzegovina foi constatado uma evolução nas notas obtidas pelos países em diferentes métodos de análises.

Acredito que ainda há muito para ser desenvolvido nessa área de pesquisa sobre as Operações de Paz, seja da ONU, da OTAN ou de outra entidade, para buscar encontrar outros possíveis interesses que possam mover os países a se envolverem em um conflito que não é

diretamente seu, utilizando-se para isso de dinheiro, recursos e arriscando vidas de seus cidadãos.

Esse trabalho buscou agregar mais conhecimentos a comunidade acadêmica trazendo o estudo de dois casos de operações de paz, uma da ONU e outra da OTAN, para identificar e também tentar ver com olhos científicos o que realmente acontecesse durante essas operações, buscando encontrar a real razão de vários países participarem dessas operações.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERTAZZO, Juliana. Atuação da OTAN no Pós-Guerra Fria: Implicações para a Segurança Internacional e para a ONU. Vol.32, no 1. Rio de Janeiro: Contexto int, 2010.

BOUTROS-GHALI, Boutros. *An agenda for peace* : preventive diplomacy, peacemaking. UN doc. A/47/277 – S/24111, 17 jun 1992.

CARR, Edward Hallett. O poder na política internacional. In: MACHADO, Luiz Alberto Figueiredo. *Vinte Anos de Crise: 1919-1939. Uma Introdução ao Estudo das Relações Internacionais*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001. p.135

CAVALCANTE, Fernando. Rendering peacekeeping instrumental? The Brazilian approach to United Nations peacekeeping during the Lula da Silva years (2003-2010) Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292010000200008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 18 Set. 2016.

CARTA DAS NAÇÕES UNIDAS. São Francisco, CA. 26 jun 1945. Disponível em: <<http://www.un.org/en/charter-united-nations/index.html>> acesso em 19 setembro de 2016.

CUNHA, João Carneiro da. A Questão De Timor-Leste Origens e Evolução. Disponível em: <http://funag.gov.br/loja/download/25-Questao_de_Timor-Leste_A.pdf>. Acesso em: 24 jun. 2017.

DATA, United Nations: Timor-Leste. Disponível em: <<http://data.un.org/Search.aspx?q=Timor-Leste>>. Acesso em 29 set. 2017.

DOMIN, Mr. Thierry. History of Bosnia and Herzegovina from the origins to 1992. Disponível em: <<http://www.nato.int/sfor/indexinf/bihistory.htm>>. Acesso em 20 ago. 2017

FAGANELLO, Priscila Liane Fett. Operações de manutenção da paz da ONU: de que forma os direitos humanos revolucionaram a principal ferramenta internacional da paz; capítulo 6: Responsabilização de *Peacekeepers* - Brasília: FUNAG, 2013.

FINNEMORE, Martha. Constructing Norms of Humanitarian Intervention. Disponível em: <<http://users.metu.edu.tr/utuba/Finnemore.pdf>>. Acesso em: 3 abr. 2017.

FONTOURA, Paulo Roberto Campos Tarrisse da. O Brasil e as Operações de Manutenção da Paz das Nações Unidas; Capítulo 2 / Paulo Roberto Campos Tarrisse da Fontoura.– Brasília : FUNAG, 1999.

WHEELER, Nicholas. The limits of humanitarian Intervention from the Air: The Cases of Bósnia and Kosovo. WHEELER, Nicholas. *Saving Strangers: Humanitarian Intervention in International Society*. New York: Oxford University Press Inc, 2003. p.243 – 284.

KEOHANE, Robert O.; MARTIN, Lisa L. The Promise of Institutional Theory. *International Security*. Massachusetts, v.20, n. 1, p. 39-51, out. 1995.

KRATOCHWIL, Friedreich; RUGGIE, John Gerard. International Organization: A State of the Art on an Art of the State. *International Organization*., Autumn, v. 40, n. 4, p 753-775, 1986.

MEARSHEIMER, John J., The False Promise of International Institutions. *International Security*, Massachusetts, v. 19, n. 3, p. 5-49, jan. 1995.

MEARSHEIMER, John J., A Realist Replay. *International Security*, Massachusetts, v. 20, n. 1, p. 82-93, out. 1995.

MORGENTHAU, Hans J. A luta pelo Poder: a política do status quo. In: BIATO, Oswaldo. *A política entre as nações: a luta pelo poder e pela paz*. São Paulo: Editora Universidade de Brasília, 2003. p.88.

NEACK, Laura. UN Peace-Keeping: In the Interest of Community or Self? / Laura Neack *Journal of Peace Research*, Vol 32, No. 2 (May, 1995), 181-196

Observatory of Economic Complexity (MIT), disponível em: <<http://atlas.media.mit.edu/en/>> Acesso em: 29 set 2017.

RIZZI, Kamilla R. A construção do Estado no Timor-Leste: colonização, ocupação e independência. Disponível em: <<http://seer3.fapa.com.br/index.php/arquivos/article/view/49/44>>. Acesso em: 25 jun. 2017.

SILVESTRE, Amauri. *Timor Leste: um conflito de interesses*. 2004. 105. Dissertação (Mestrado) - Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2004

SEAY, Misha. Realism, liberalism and humanitarian intervention: is there a middle ground? *MSc Human Rights at the London School of Economics and Political Science*, Londres, v.1, n. 1, p. 03, abr. 2007

SFOR, Mission. Disponível em <<http://www.nato.int/sfor/organisation/mission.htm>>. Acesso em 17 ago. 2017.

SPIELER, Paola Bartolini. A Indeterminação do Conceito de Intervenção Humanitária: Reflexo no Caso Timor Leste. Disponível em: https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/Busca_etds.php?strSecao=resultado&nrSeq=10564@1.> . Acesso em: 24 jun. 2017.

SPOONER, Kevin A.. ¿Pacificar o no pacificar? Una comparación entre Canadá y México. Disponível em:<http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1665-899X2014000100003&lng=es&nrm=iso>. Acesso em 19 set. 2016.

UNITED NATIONS. Department of Peacekeeping Operations; Department of Field Support. Principles and Guidelines [Doutrina Capstone]. Disponível em: http://www.un.org/en/peacekeeping/documents/capstone_eng.pdf. Acesso em 20 set. 2016.